

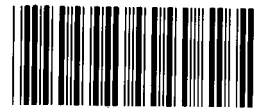
Maria da Conceição Pereira Soares

Modificação de Actos Ilocutórios, em Português

Porto, 1996

Maria da Conceição Pereira Soares

Modificação de Actos Ilocutórios, em Português



583550

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA

N.º 49022

Ex. 2

Data 18 / 02 / 19 97

Tese de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

043M

1996

S655 m

Ex. 2

Por todo o apoio que me prestou e pela disponibilidade e compreensão manifestadas ao longo destes meses, o meu agradecimento muito especial ao Professor Doutor Joaquim Fonseca. Igualmente lhe estou reconhecida pelas suas observações críticas e pela bibliografia que pôs à minha disposição.

A minha gratidão também a todos aqueles que me incentivaram e acompanharam com interesse o meu trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
-------------------------	----------

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I - A teoria de actos ilocutórios de J. Searle	9
--	----------

Capítulo II - A noção de modificação de actos

1. Força Ilocutória vs Objectivo Ilocutório	12
2. Ilocuções Indirectas vs Ilocuções Directas	14
3. Perspectiva de abordagem da modificação de actos ilocutórios: um percurso cronológico	17
3.1. Lakoff (1980)	17
3.2. Fraser (1980)	25
3.3. J. House e G. Kasper (1981)	31
3.4. R. Meyer-Herman (1984)	37
3.5. J. Holmes (1984)	40
3.6. S. Blum-Kulka (1992)	52
3.7. A concluir	55
4. Balanço crítico	56

SEGUNDA PARTE

Capítulo I - Introdução	75
--------------------------------------	-----------

Capítulo II - Actos Directivos

0. Introdução	81
1.1. Mecanismos de reforço utilizados	
1.1.1. Modificação Interna	84
1.1.2. Modificação Externa	92
1.1.3. Modificação Interna + Modificação Externa	94
1.2. Mecanismos de atenuação utilizados	

0. Introdução	119
1.2.1. Modificação Interna	122
1.2.2. Modificação Externa	125
1.2.3. Modificação Interna + Modificação Externa	128

Capítulo III - Actos Assertivos

0. Introdução	138
1.1. Mecanismos de reforço utilizados	
1.1.1. Modificação Interna	142
1.1.2. Modificação Externa	152
1.1.3. Modificação Interna + Modificação Externa	156
1.2. Mecanismos de atenuação utilizados	
1.2.1. Modificação Interna	159
1.2.2. Modificação Externa	164
1.2.3. Modificação Interna + Modificação Externa	166

CONCLUSÃO	168
------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia citada	172
2. Fontes do <i>corpus</i>	178

INTRODUÇÃO

Nesta minha dissertação, abordarei a problemática da *Modificação de Actos Ilocutórios*. Trata-se de uma matéria de particular actualidade e relevância no quadro da Pragmática Ilocutória, que tem dado lugar a um elevado número de estudos sobre as principais línguas de comunicação (alemão, inglês e espanhol).

A modificação de actos de discurso não tem sido objecto de um estudo sistemático em português. São escassos os trabalhos que versam esta questão. Assinalo, porém, o contributo de Meyer-Herman (Meyer-Herman, 1984) de que me ocuparei na *Primeira Parte, capítulo II*, ponto 3.4.. Encontrei ainda alguns elementos em Franco 1991 e, sobretudo, em Fonseca 1992b. e, em particular, Fonseca 1994c., que propõe mesmo um esquema global de tratamento do tema.

O interesse de que se reveste esta matéria prende-se com as suas implicações na conversação, nas relações interpessoais e na sequencialidade discursiva, já que a modificação de actos põe o problema da coerência pragmático-funcional do discurso que rege o desenvolvimento conversacional, activa mecanismos atinentes a factores sócio-culturais e interactivos, está ao serviço de estratégias diversificadas, em que as modalidades de atenuação e de reforço estão ao serviço da manipulação adequada dos objectivos comunicativos-informativos perseguidos pelos falantes. Esta questão articula-se ainda com dimensões concernentes à cortesia linguística e à ironia.

Na *Primeira Parte* da dissertação, depois de evocar a teoria dos actos ilocutórios elaborada por Searle (Searle, 1976) e a tipologia por ele estabelecida (capítulo I), procurarei configurar com rigor a noção de *Modificação de Actos Ilocutórios* e fazer uma resenha crítica de alguns estudos que considero mais relevantes nesta área.

Apresentarei, assim, as perspectivas teóricas propostas por Lakoff (Lakoff, 1980), Fraser (Fraser, 1980), House e Kasper (House e Kasper, 1981), Holmes (Holmes, 1981), Meyer-Herman (Meyer-Herman, 1984) e Blum-Kulka (Blum-Kulka, 1992). De um modo geral, todos os autores evidenciam, nos seus artigos, o modo como, por meio do uso de configurações linguísticas específicas, os intervenientes na conversação expressam o seu propósito pragmático-comunicativo, atribuindo menor importância ao modo como aqueles desenvolvem o seu relativo conhecimento sobre um determinado tópico. Por isso, se essas configurações codificam sentidos pragmáticos, o objectivo do falante, ao qualificar o acto que enuncia, é não tanto o de comunicar informações importantes, mas sobretudo o de confirmar e fortificar relações, de transmitir dados relevantes sobre as disposições do contexto. Se, com respeito à função pragmática de tais configurações, os autores chegam a resultados consensuais, o mesmo não se verifica quanto à terminologia utilizada para designar essas formulações.

A *Segunda Parte* é consagrada à descrição-explicação de um *corpus* de produções discursivas do português contemporâneo. Nesse *corpus*, procurarei analisar os suportes linguísticos e os mecanismos accionados na modificação de actos ilocutórios, remetendo sempre que possível para o enquadramento teórico que sustenta essa análise.

O meu projecto inicial contemplava o estudo de três tipos de actos - Actos Directivos, Actos Assertivos e Actos Comissivos. Recolhi material para cada um deles e procedi ao respectivo tratamento.

Por uma questão de economia de tempo e de espaço, decidi abandonar o tratamento dos comissivos. Faço notar, contudo, que, no capítulo dedicado aos directivos, terei oportunidade de me ocupar de alguns aspectos dos comissivos, embora sem a extensão e a sistematicidade que seriam desejáveis. É também por uma questão de tempo e de espaço que me restringirei ao estudo das intervenções iniciativas, não deixando, todavia, de fazer algumas anotações sobre, por exemplo, o modo como as intervenções iniciativas intervêm reformulações do acto principal.

Nesta Segunda Parte, depois de algumas notas introdutórias (capítulo I), ocupar-me-ei da análise da modificação de actos directivos (capítulo II) e de actos assertivos (capítulo III).

A dissertação remata com uma breve conclusão e com a indicação das referências bibliográficas.

PRIMEIRA

PARTE

0. A noção de *modificação de actos ilocutórios* tem sido caracterizada segundo perspectivas diversificadas.

Nesta *Primeira Parte*, procurarei dar conta das principais propostas neste domínio. Antes, porém, julgo oportuno apresentar uma breve análise da taxonomia dos actos ilocutórios estabelecida por John Searle (Searle 1976), que tomarei como referência de base.

Capítulo I - A teoria de actos ilocutórios de J. Searle

1. Na sua tipologia de actos¹ (Searle, 1976), Searle distingue cinco grandes categorias ou tipos ilocutórios, cada um deles susceptível de se dividir em sub-tipos. São eles: actos representativos², actos directivos, actos comissivos, actos expressivos e actos declarativos. Estes actos possuem propriedades³ específicas que os identificam como tal e que indicarei de seguida:

(i) **Representativos:** o objectivo ilocutório define o conteúdo referido na proposição como verdadeiro ($\vdash$); as palavras ajustam-se ao mundo ($\downarrow$); o estado psicológico expresso é a crença do locutor na verdade da proposição (“*belief*”

¹ Em Searle 1976, o autor propõe uma classificação de actos de discurso, apoiando-se unicamente em quatro dos doze critérios propostos em Searle 1971. São eles: objectivo ilocutório, direcção de ajustamento realidade $\leftrightarrow$ palavras, estado psicológico e conteúdo proposicional.

² Em Searle 1982, o linguista passa a denominar estes actos de *assertivos* (Searle, 1982:52). Será esta designação que adoptarei na *Segunda Parte* desta dissertação.

³ A tipologia de actos de Searle (Searle, 1976) assenta, como disse, apenas em quatro critérios básicos, que, no entender do autor, constituem um prolongamento e uma continuação das condições de satisfação propostas em 1969, à excepção do segundo princípio de classificação (“*direcção de ajustamento realidade $\leftrightarrow$ palavras*”), que é um critério novo. Os restantes oito critérios (não considerados) são subsidiários.

De facto, o **objectivo do acto ilocutório** ou **objectivo ilocutório** corresponde, na versão de 1969, à condição essencial; o critério atinente aos **estados psicológicos expressos** retoma a condição de sinceridade; as **diferenças a nível do conteúdo proposicional** que são determinadas pelos **mecanismos ligados à força ilocutória** correspondem à condição de conteúdo proposicional.

→B); o grau de empenhamento do locutor é marcado pelas dimensões de crença ou de compromisso. A representação simbólica destes actos é a seguinte (*ibidem*:8):

$$\vdash \downarrow B(p)$$

(ii) **Directivos**: o objectivo ilocutório do locutor é o de controlar o comportamento do seu interlocutor, levando-o a realizar uma acção futura (!); a realidade ajusta-se às palavras ($\uparrow$); o estado psicológico expresso é o desejo (“want” →W) do locutor; o conteúdo proposicional especifica uma acção futura do alocutário. Simbolicamente, Searle representa os actos directivos do seguinte modo (*ibidem*:9):

$$! \uparrow W (H \text{ does } A)$$

(iii) **Comissivos**: o objectivo ilocutório define uma obrigação por parte do locutor em realizar uma acção futura (C); a direcção de ajustamento vai da realidade às palavras ($\uparrow$); o estado psicológico é a intenção (I); o conteúdo proposicional representa uma acção futura do locutor. Vejamos o esquema simbólico dos comissivos (*ibidem*: 9):

$$C \uparrow I (S \text{ does } A)$$

(iv) **Expressivos**: o objectivo ilocutório é a expressão de uma atitude ou estado psicológico do locutor especificado na condição de sinceridade (E); não há direcção de ajustamento entre a realidade e as palavras e vice-versa ($\emptyset$) e a verdade da proposição está pressuposta; o estado psicológico está associado à natureza do acto expressivo. Os expressivos representam-se simbolicamente como segue (*ibidem*:10):

$$E \emptyset (S) (S/H + p)$$

(v) **Declarativos:** o objectivo ilocutório é o de tornar efectiva a realização da acção descrita no conteúdo proposicional (D). Estes actos implicam uma instituição extralinguística assim como estatutos bem determinados e específicos quer para o locutor quer para o alocutário; a direcção de ajustamento é dupla ($\uparrow\downarrow$); não se verifica a expressão de qualquer tipo de estado psicológico ($\emptyset$). O esquema simbólico dos declarativos é o seguinte (*ibidem*: 12):

$$D \uparrow\downarrow \emptyset (p)$$

1.1. Estes actos apresentam uma realização directa ou indirecta ⁴.

1.2. Importa ainda acrescentar que a teoria dos actos ilocutórios - nesta formulação sugerida por Searle em 1976 - não se adequa à caracterização do discurso dialogal/conversação, pois os princípios constitutivos que regem o desenvolvimento conversacional diferem dos princípios constitutivos dos actos.

Nessa proposta de classificação, Searle não contempla, pois, as dimensões de natureza interactiva e sequencial dos actos de discurso, apesar de estas se encontrarem latentes na sua teoria de actos. Por exemplo, dos quatro critérios que estão na base da classificação dos actos de discurso, o *objectivo ilocutório* e o *estado psicológico* configuram uma caracterização dos actos centrada sobre o falante. Encontra-se aqui, embora em estado embrionário, a consideração do ilocutório aberta a uma dimensão de natureza interactiva, que contempla o locutor e a sua tentativa de influenciar o seu interlocutor.

Noto, porém, que, apesar de a tipologia elaborada por Searle servir de base à exploração do *corpus* que selecionei (cfr. *Segunda Parte*), procurarei alargar o meu comentário descritivo-explicativo para além do domínio estritamente frásico numa tentativa de retirar os actos do isolamento a que o linguista os havia votado.

⁴ Sobre este assunto, cfr. Searle 1982 (capítulo 2., págs.71-100) e o ponto 2. do capítulo II deste trabalho.

Capítulo II - A noção de modificação de actos

0. Neste capítulo, procurarei fazer, num primeiro momento, uma resenha dos artigos que abordam o tema da modificação dos actos ilocutórios, sublinhando as suas incidências no desenvolvimento descritivo. Farei, depois, um balanço crítico das principais propostas disponíveis nesses artigos.

Antes, porém, quero relembrar a importância da noção de *força ilocutória* apresentada em Searle 1976 para um melhor entendimento das modificações que se localizam a esse nível. Merece também um especial destaque a indirectão por se articular com a questão da cortesia, estratégia apontada por Lakoff (Lakoff, 1980), House e Kasper (House e Kasper, 1981) e Blum-Kulka (Blum-Kulka, 1992) como um dos factores intervenientes na projecção em discurso da modificação de actos .

1. Força Ilocutória vs Objectivo Ilocutório

Interessa-me, em primeiro lugar, relembrar, em traços muito gerais, a diferença entre força ilocutória e objectivo ilocutório (cfr. Searle, 1976):

(i) A força ilocutória de um acto de discurso não equivale à força ou intensidade do objectivo ilocutório⁵;

(ii) A força ilocutória resulta da combinação de diversas componentes, sendo o objectivo ilocutório apenas uma delas, como escreve Searle (*ibidem*:2): “In general, one can say that the notion of illocutionary force is the resultant of several

⁵ Em Holmes 1984, a linguista liga a *força ilocutória* ao grau de intensidade com que é expresso o objectivo ilocutório. Cfr. anotação 26.

elements of which illocutionary point is only one, though, I believe, the most important one.”;

(iii) O objectivo ilocutório está relacionado com os aspectos gerais convocados na caracterização de actos de discurso, a partir dos quais surgem dimensões particulares associadas à especificidade da acção linguística realizada pelo sujeito falante, dimensões essas que evidenciam, por conseguinte, uma diversidade de forças ilocutórias⁶;

(iv) Em alguns casos, objectivo ilocutório e força ilocutória coincidem⁷;

(v) As diferentes forças ilocutórias caracterizam-se por modulações qualitativas emanadas da instância da enunciação, bem como por valores quantitativos - positivo ou negativo - afectos ao acto de discurso;

(vi) Na modificação ou qualificação da força ilocutória, coexistem significações quantitativas, expressas em graus de intensidade, e significações qualitativas ou enunciativo-pragmáticas emanadas do sujeito falante.

⁶ Entendo que, de uma maneira geral, o objectivo ilocutório difere de força ilocutória, pois, enquanto que o primeiro se identifica com a intenção do sujeito falante subjacente à realização de cada acto de discurso, já a segunda corresponde a uma acção linguística mais específica. Por exemplo, diz-se “acto directivo com força ilocutória de ordem, pedido, sugestão,...”. Quer isto dizer que os actos de ordem, pedido e sugestão têm o mesmo *objectivo ilocutório* (tentar que o alocutário faça algo), mas *forças ilocutórias* distintas (de ordem, pedido e sugestão), co-determinadas, entre outros factores, pela intensidade do desejo do locutor (grau de intensidade do estado psicológico) e pela sua (im)possibilidade de o impor ao outro participante (variação nas condições preparatórias).

⁷ Acontece que, por vezes, o acto de discurso apresenta um valor de intensidade neutro e características gerais, no que concerne, obviamente, às condições de satisfação. Nestes casos, o objectivo ilocutório do acto em questão coincide com a força ilocutória.

2. Ilocuções Indirectas vs Ilocuções Directas

Também me interessam as realizações indirectas dos actos ilocutórios por algumas delas serem motivadas pelo princípio de “cortesia”, como acentua Searle (Searle, 1975) a propósito das ilocuções directivas: “In the field of indirect illocutionary acts, the area of directives is the most useful to study because ordinary conversational requirements of politeness normally make it awkward to issue flat imperative sentences (...) or explicit performatives (...), and we therefore seek to find indirect means to our illocutionary ends (...). In directives, politeness is the chief motivation for indirectness.” (*ibidem*: 64)⁸.

2.1. Quando o alocutário interpreta o enunciado sem recorrer a quaisquer tipo de dados contextuais - i.e., identifica imediatamente a intenção comunicativa do locutor -, o acto é realizado directamente. Se, pelo contrário, a intenção do falante não for explícita(da), o alocutário deverá, em princípio, inferí-la com base nos seus conhecimentos anteriores, nos princípios comunicativos, nas disposições do contexto situacional, nas suas relações com o falante..., para que o acto ilocutório seja realizado com sucesso. Nesta situação, o acontece é que, num mesmo acto linguístico, ao valor comunicativo literal junta-se outro valor, o não-literal, o qual corresponde ao verdadeiro objectivo ilocutório do sujeito falante ao enunciá-lo. Este complexo ilocutório constituído por dois níveis (ilocutórios), concernentes, respectivamente, à ilocução literal e à ilocução primária não-literal, Searle designou-o de *actos indirectos*. Entende-se, assim, por ilocução indirecta aqueles actos de discurso cujo tipo ilocutório, marcado literalmente por marcadores formais específicos, não coincide com uma outra função ilocutória (não-literal) também integrada nesse acto.

2.2. Como é que se passa de um acto ilocutivo secundário literal a uma ilocução primária não-literal? De acordo com a proposta de tratamento dos actos indirectos contida em Searle 1982, essa passagem torna-se possível devido ao conhecimento do

⁸ Em 1982, Searle retoma esta mesma ideia ao escrever: “En ce qui concerne les directifs, c’est la politesse qui constitue la principale motivation en faveur de l’indirectivité.” (*ibidem*: 77)

mundo partilhado pelos interlocutores e, sobretudo, à capacidade inferencial⁹ do ouvinte, que lhe permite estabelecer relações entre o sentido literal da proposição e o sentido não-literal da enunciação do locutor (*ibidem*:33) e compreender em que medida o objectivo ilocutório primário (ligado ao *sentido da enunciação*) diverge do objectivo ilocutório literal (associado, como é óbvio, ao *sentido da proposição*).

2.2.1. Para Searle, a apreensão do sentido primário dos actos de linguagem indirectos requer, assim, não só o apoio de informações (linguísticas e não-linguísticas) anteriores compartilhadas pelos intervenientes bem como o recurso à estratégia inferencial. Por exemplo, recusar um convite para ir ao cinema, afirmando a necessidade de estudar para um exame:

“Étudiant X: Allons au cinéma ce soir.”

“Étudiant Y: Je dois travailler pour mon examen.” (ibidem:74)

O linguista diz que o acto ilocutório de recusar o convite comunica a intenção do falante, sendo, por isso, primário relativamente à asserção (*“Je dois travailler pour mon examen.”*), que é um acto ilocutório secundário. Aquele realiza-se indirectamente por meio da realização deste, como referencia Searle: “(...) actes de langage indirects dans lesquels un acte illocutoire est accompli indirectement par l’accomplissement d’un autre acte illocutoire.” (*ibidem*:72)

2.2.2. Há também casos em que o sujeito falante pode enunciar uma frase do tipo “Podes fechar a janela?” e o seu interlocutor entendê-la não como uma pergunta, mas antes como um pedido, uma vez que, em circunstâncias normais, a intenção primária (e única) do sujeito falante não é a de formular uma pergunta sobre as capacidades físicas do seu interlocutor, mas sim de lhe pedir que feche a janela, servindo-se de uma

⁹ Segundo Searle, a estratégia inferencial é composta por dez etapas, que descrevem a passagem de uma locução literal secundária a uma não-literal primária. A este propósito, o linguista escreve: “L’auditeur n’a aucun moyen de comprendre les actes illocutoires s’il n’a pas une stratégie inférentielle quelconque lui permettant de découvrir dans quels cas le but illocutoire primaire diverge du but illocutoire littéral.” (1982: 76)

formulação linguística convencional, constituída, como vimos, pelo verbo modal “poder” e pela frase interrogativa¹⁰.

2.2.3. Entre os diversos factores intervenientes na projecção em discurso de actos indirectos, há a assinalar a negociação de papéis e o princípio de cortesia¹¹.

2.2.4. Este específico papel da indirectação torna-se também evidente na modificação de actos ilocutórios, constituindo, por isso, um dos mecanismos accionados neste domínio, como procurarei ilustrar na parte descritivo-explicativa do meu trabalho.

2.3. Todavia, devo ainda sublinhar o facto de, em algumas situações de comunicação, o uso de formas de indirectação nem sempre implicar respeito ou deferência especiais do falante para com o ouvinte, pois, por vezes, essas formas não são mais do que convenções sociais/convenções de uso, aplicadas mecanicamente no dia-a-dia pelos interlocutores, como referi em 2.2.2. a propósito do valor da frase interrogativa e do verbo modal “poder”.

2.4. Resta, neste domínio, observar que, como seria de esperar, a diferença básica entre a realização directa e a indirecta dos actos linguísticos reside no facto de naquela o enunciado conter meios linguísticos convencionais de expressar funções ilocutórias, o que permite ao ouvinte interpretá-lo sem que seja necessário recorrer a quaisquer tipo de informações extra-linguísticas. Já nas ilocuições indirectas, a correcta interpretação da função ilocutória depende do conhecimento que o alocutário possui da situação comunicativa concreta. Logo, uma ilocução é tanto mais indirecta quanto maior for a sua dependência em relação ao contexto, no que respeita à situação enunciativa, às informações retidas em conversas anteriores, à identidade do outro interveniente, ao conhecimento do mundo,...

¹⁰ Referindo-se a casos deste género, Searle diz: “(...) il est important de souligner que l'énonciation est adressée comme une demande; c'est-à-dire que le locuteur a l'intention de produire chez l'auditeur la connaissance qu'une demande lui a été faite; il a l'intention de produire cette connaissance en faisant reconnaître son intention de la produire par l'auditeur.” (*ibidem*:72)

¹¹ Ver, na *Segunda Parte*, a explicação que acompanha os exemplos (34) e (35).

3. Perspectivas de Abordagem da Modificação de Actos Ilocutórios: um percurso cronológico

Apresentarei, de seguida, uma resenha de alguns artigos que abordam a modificação de actos de discurso, procurando acompanhar o curso da investigação neste domínio e dar conta da importância e contributo das teorias defendidas pelos autores.

Tentarei, depois, em 4., fazer um balanço crítico das linhas mais importantes disponíveis nesses artigos.

Importa, entretanto, referir que, na recolha bibliográfica que efectuei para elaborar esta tese, deparei-me com diferentes opiniões entre os linguistas sobre o seu entendimento de *modificação de actos de discurso*, tendo esta noção sido tratada por alguns apenas na modalidade da Atenuação e, dentro desta, da Mitigação¹². Os vários conceitos propostos acarretaram obviamente algumas dificuldades e problemas de definição que procurarei esclarecer a partir de uma análise crítica das diversas abordagens sobre o assunto.

3.1. LaKoff (1980)

No seu artigo sobre a qualificação de actos comunicativos, Lakoff (Lakoff, 1980) nunca chega a definir explicitamente o que entende por *qualificação*, mas é possível inferirmos o seu entendimento do conceito a partir das explicações que acompanham os exemplos apresentados. A linguista parece-me, assim, ter associado a questão da "qualificação" à tomada de posição do sujeito falante perante o conteúdo de verdade do enunciado, podendo ocorrer nas suas modalidades de mitigação e de intensificação, embora a autora nunca o afirme explicitamente.

¹² No seguimento de Fraser (Fraser, 1980), Holmes (1984) inclui a "mitigação" na modalidade da "Atenuação", uma vez que, segundo a autora, aquela se aplica apenas aos actos de discurso com efeitos negativos sobre o ouvinte. Na minha abordagem deste assunto, não adoptarei esta distinção e utilizarei os termos "mitigação" e "atenuação" como sinónimos.

Nesse artigo, o objectivo de Lakoff é o de comparar os meios linguísticos usados na qualificação “in terms of what is being qualified, and how, and why.” (*ibidem*:31). Antes, porém, descreve e exemplifica sucintamente o funcionamento de três tipos de enunciados performativos (explícitos e implícitos) *não-qualificados*: enunciados interrogativos, declarativos e imperativos.

3.1.2. Para a autora, a escolha por parte do falante de um enunciado performativo não-qualificado impõe mutuamente obrigações aos dois participantes na interacção. Assim, na enunciação de um acto declarativo não-qualificado, supõe-se que o falante possui informações relevantes que o seu interlocutor desconhece e de que deseja tomar conhecimento. Por exemplo, ao enunciar 1. (a) e (b) (*ibidem*:32)

1. (a) “*I say that pigs have wings.*”
- (b) “*Pigs have wings.*”

o locutor tem o direito de esperar que o alocutário acredite na sua informação. Numa pergunta não-qualificada, como em 2. (a) e (b) (*ibidem*:32)

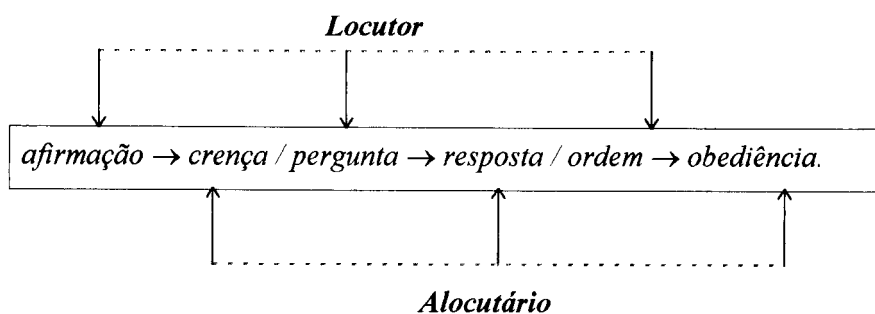
2. (a) “*I ask you whether bats eat cats.*”
- (b) “*Do bats eat cats?*”

supõe-se que o ouvinte possui a informação de que o falante precisa e, em princípio, está disposto a colaborar com este, respondendo à sua pergunta. Finalmente, nos enunciados imperativos não-qualificados, como em 3. (a) e (b)

3. (a) “*I order you to come here.*”
- (b) “*Come here.*”

supõe-se que o falante tem poder para controlar as acções e o comportamento do ouvinte; por outro lado, espera-se que o alocutário possa acatar a instrução contida no acto e (re)aja em conformidade.

Neste tipo de enunciados (não-qualificados), o tipo de exigências conversacionais contraídas pelo locutor e cometidas ao alocutário, no momento da enunciação do acto, possui uma dupla natureza, orientada, como é óbvio, para os dois intervenientes na conversação:



Ora, através do uso do mecanismo de qualificação, em particular, das formas de mitigação, o falante, no dizer da autora, dispensa, real ou convencionalmente, o outro participante das habituais obrigações que lhe seriam impostas se o acto não fosse qualificado (“(...) *mitigated forms* (...) they allow the addressee (at least conventionally) not to perform what ordinarily be his part in the successful completion of a speech act (...)”, *ibidem*:33).

3.1.3. A autora distingue basicamente três modos de mitigação: os “*sentential hedges*” que me proponho traduzir por *hedges frásicos*, os “*hedges*” *lexicais* e a *substituição de um acto performativo* por outro menos ameaçador e penoso, quanto às suas consequências negativas sobre o ouvinte. Nos tipos de *hedges*, Lakoff inclui ainda as *perguntas “tag”*.

3.1.3.1. Na categoria dos *hedges frásicos*, incluem-se os verbos cogitativos¹³ usados performativamente. Este tipo de verbos caracteriza-se por estabelecer com o seu complemento uma relação de incerteza ou suposta verdade. Lakoff observa, porém, que, quando usados sem ser na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, tais verbos sugerem que o seu complemento é falso. A autora exemplifica em 4. (a) e (b) (*ibidem*:34):

4. (a) “*John thinks that Carter is a Republican.*”
 (b) * “*John thinks that Carter is a Democrat.*”

¹³ Os verbos cogitativos pertencem à classe semântica de pensar. É o caso de “achar”, “supor”, “acreditar”,...

O enunciado (b) é inaceitável, pois, como referi antes, o uso não preformativo de um verbo cogitativo anula o valor de suposta verdade do seu complemento, falseando-o. Mas, se, em 4. (b), o sujeito for substituído pela primeira pessoa do singular, o enunciado torna-se aceitável (*ibidem*:34), como podemos constatar em 5.:

5. “*I think that Carter is a Democrat.*”

Por isso, Lakoff conclui que “*think* is non-dubitative only in the performative environment.” (*ibidem*:34).

3.1.3.2. Ao contrário dos *hedges frásicos* que se centram sobretudo na tomada de posição do locutor perante a validade da informação contida no enunciado, as *perguntas “tag”*, pelo contrário, orientam-se para as (re)acções do ouvinte, nomeadamente, para o seu conhecimento de um determinado estado de coisas e a sua (im)possibilidade de assegurar a realização de um acto.

De facto, para Lakoff, o emprego de uma pergunta “*tag*” “asserts that the final decision as to how to respond to the speech act is up to the addressee.” (*ibidem*:36). Quer isto dizer que, através das “*tags*”, o enunciador deixa o outro interveniente escolher o modo de realização do acto. Portanto, neste tipo de enunciados, o falante deixa o alocutário escolher e não lhe impõe, aparentemente, quaisquer obrigações. Verifica-se, por isso, tal como escreveu Lakoff alguns anos antes (Lakoff,1973:38), uma redução do papel do alocutário, “absolving him of the requirement to perform appropriately.”. Tal escolha pode ser real ou convencional. Assim, a autora é da opinião que, a escolha real “means that the addressee may disbelieve, not respond or disobey without the speaker being nonpleased or offended.” (Lakoff, 1980:36), ao passo que a escolha convencional “means that if the addressee chooses to act as he is apparently invited to, the speaker will be dissatisfied.”(*ibidem:idem*).

De acordo com o que fica exposto em 3.1.3.1. e 3.1.3.2., comparemos os efeitos dos seguintes enunciados (*ibidem:idem*):

6. (a) “*I guess it’s getting late.*”
(b) “*It’s getting late, isn’t it?*”

Os enunciados contidos em 6. são ambíguos, pois podem funcionar como comentários à hora tardia ou implicar que o locutor pretende ir-se embora: em (a), a forma verbal qualifica a precisão do acto performativo, negando a capacidade do sujeito falante de estar certo daquilo que afirma; em (b), por outro lado, por meio do emprego da pergunta “*tag*”, o locutor solicita ao alocutário a sua opinião mais por uma questão de cortesia do que propriamente de incerteza. Porém, apesar das diferenças apontadas, quer em (a), quer em (b), o enunciador não exige, real ou convencionalmente, que o seu interlocutor cumpra as funções de “acreditar” ou de “obedecer”, que lhe estão incumbidas.

Assim, os operadores de mitigação contidos nos exemplos 6. (a) e (b) (*hedge frásico* e pergunta “*tag*”, respectivamente) podem qualificar (estrategicamente) a capacidade de precisão e de certeza da instância enunciativa (6. (a)) ou a possibilidade do alocutário de determinar o modo de realização do acto (6. (b)).

3.1.3.2.1. Logicamente associada à distinção entre “escolha real” e “escolha convencional” está a diade *cortesia real* vs *cortesia convencional*¹⁴, proposta por Lakoff em 1973.

A autora considera que, na cortesia real, o locutor, através da expressão de incerteza, não pretende impor a sua opinião ou vontade ao alocutário. Deixa-o, por isso, decidir o modo de actuação mais conveniente, i.e., concede-lhe uma possibilidade de escolha verdadeira. Ao passo que, na cortesia convencional, o falante serve-se tacticamente de certas manobras que lhe permitirão atingir o objectivo comunicativo pretendido - a possibilidade de escolha é igualmente convencional.

3.1.3.2.1.1. Na perspectiva de Lakoff, nos enunciados que comunicam cortesia convencional, embora o falante não exija explicitamente algo do ouvinte,

¹⁴ Cfr. a seguinte definição de “cortesia convencional”: “(...) conventional politeness, the speaker expresses polite uncertainty, not to allow the addressee his options, but to make it appear that he is allowing options when, in fact, both speaker and hearer have no real option but to go along with the speaker.” (Introdução a *Proceedings of the Texas Conference*, 1977:XV).

indirectamente quer que este cumpra o papel que lhe está destinado. Isto é, o locutor pretende obrigar o alocutário, mas estrategicamente tenta camuflar essa sua pretensão, deixando-o decidir entre a actuação ou não. Parece-me, portanto, que este tipo de mitigação viola o princípio da clareza comunicativa de Grice, porque o locutor não diz claramente ao alocutário o que pretende dele, mas deixa-o inferir a acção subjacente ao estado de coisas configurado no enunciado.

3.1.3.3. Lakoff trata, de seguida, da estratégia de substituição de um acto de discurso por outro.

Adoptando a perspectiva teórica de Austin (Austin, 1965), a autora observa o emprego de qualificadores em enunciados performativos declarativos, imperativos e interrogativos. Estes três tipos de enunciados determinam inequivocamente relações específicas entre os intervenientes na conversação: o uso do modo imperativo acarreta consequências negativas para o ouvinte, na medida em que exige deste um esforço (físico) ao submeter-se à vontade do falante, o que implica uma perda de face por parte daquele - o ouvinte ocupa um lugar enunciativo inferior ao do falante; num enunciado declarativo, o sujeito da enunciação espera que o outro participante acredite na informação de que dispõe; e, por último, num interrogativo, o ouvinte possui a informação de que o falante precisa - este está numa posição de inferioridade ou de dependência em relação àquele.

Seguindo uma ordem crescente em termos de perda de face para o alocutário, Lakoff hierarquiza os actos performativos do seguinte modo: [*perguntar* → *afirmar* → *ordenar*].

Ora, se o sujeito falante quiser algo do ouvinte, mas, ao mesmo tempo, não lhe pretender impor a sua vontade, pode enfraquecer a ilocução imperativa (7.(a)), substituindo-a por uma declarativa (7.(b)) ou uma interrogativa (7. (c)), como podemos verificar nestes exemplos, sugeridos pela autora (Lakoff, 1980:38):

- 7. (a) "Take out the garbage."
- (b) "The garbage needs to be taken out."
- (c) "Will you take out the garbage?"

Se desejar mitigar um enunciado declarativo, o locutor poderá substituí-lo por uma pergunta, como em 8. (b) (*ibidem:idem*):

8. (a) "*These claims are correct.*"
(b) "*Aren't these claims correct?*"

Dado que os enunciados interrogativos são os menos impositivos e, por isso, não constituem grande ameaça para o ouvinte, tais formulações não podem ser substituídas por nenhuma das anteriores.

3.1.3.3.1. A substituição de actos de discurso constitui também uma forma de mitigação, porque, apesar de não libertar totalmente os interactantes das exigências conversacionais que recaem sobre eles, neutraliza os efeitos negativos do acto primário subjacente.

3.1.3.4. Lakoff descreve e exemplifica, depois, o valor funcional dos *hedges lexicais* através do confronto com os *hedges frásicos* e as perguntas "*tag*"¹⁵ (*ibidem*: 39), como em 9. (a), (b) e (c):

9. (a) "*It must be snowing.*"
(b) "*I guess it's snowing.*"
(c) "*It's snowing, isn't it?*"

Em 9.(a), por meio do emprego do *hedge lexical* ("*must*"), o falante nega a possibilidade de assegurar a precisão ou certeza do conteúdo assertado; em 9. (b), o verbo cogitativo serve para atenuar (estrategicamente) os efeitos comunicativos do enunciado declarativo; e, finalmente, em 9. (c), através do uso da pergunta "*tag*", o enunciador solicita ao outro interveniente uma opinião mais válida.

3.1.4. Lakoff estabelece ainda um confronto entre os operadores de *mitigação* e os "*intensives*" (*ibidem*:41), expressos linguisticamente pelos verbos performativos e pelos "*lexical intensives*" (*ibidem*:44).

¹⁵ Cfr. a seguinte análise apresentada por Lakoff, no que respeita às funções dos diversos qualificadores: "So one way we could contrast the functions of the various qualifiers is this: They all have roughly the same range of usability, but where one makes one think explicit and allows the others to be logically inferred, the others make other things explicit." (*ibidem*:39)

O uso de enunciados com verbos performativos explícitos¹⁶ acarreta, na opinião da linguista, consequências pragmáticas e interacionais evidentes. Por exemplo, nos enunciados 10. (a), (b) e (c) (*ibidem*:42)

10. (a) "I'm telling you that bats eat cats."
(b) "I'm asking you when you got home last night."
(c) "I'm ordering you to marry Hrothgar."

o locutor reforça o acto porque (1) o alocutário não acreditou nele, não lhe obedeceu ou não lhe respondeu ou (2) tem razões para supor que isso possa acontecer, eliminando, deste modo, quaisquer dúvidas ou recusas por parte do seu interlocutor quanto à veracidade da afirmação contida na mensagem emitida ou ao cumprimento da acção que lhe foi incumbida. Por isso, como salienta a autora, a escolha de "an explicit statement of the performative implies that the speaker is concerned that the addressee should recognize the speech act correctly and respond appropriately to it." (*ibidem*:42)

3.1.4.1. Aos três tipos de marcadores de mitigação¹⁷ anteriormente abordados, Lakoff contrapõe os intensificadores, que, na opinião da linguista, se expressam de forma idêntica, embora, como é óbvio, exerçam funções opostas.

De facto, a cada tipo de mitigação, a autora faz corresponder uma forma de intensificação análoga: os "*hedges*" frásicos são correlatos dos *performativos explícitos* (cfr. 10.(a), (b) e (c)); os "*hedges*" lexicais dos *intensificadores lexicais*, estes últimos exemplificados em 11. (a) e (b) (*ibidem*:43):

11. (a) "Shot that *goddam* noise."
(b) "John is a *goddam* communist."

Quanto às funções deste tipo específico de intensificadores, lembro uma passagem do texto de Lakoff (*ibidem*:44): " (...) lexical hedges perform their pragmatic function by leaving the decision how to respond up to the addressee, essentially freeing the speaker of

¹⁶ Para Lakoff, o propósito do uso dos performativos explícitos é o de "reinforce the sense that the speaker holds the power to perform the relevant speech act." (*ibidem*:45). Por isso, por meio do uso de performativos explícitos, o locutor, hierarquicamente superior ao alocutário, insiste no seu direito de "controlar" as acções do seu interlocutor e na obrigação deste de cumprir convenientemente o seu papel.

¹⁷ Relembrarei que, de acordo com a lista proposta pela linguista, os operadores de mitigação incluem os *hedges* frásicos, os *hedges* lexicais e a substituição de actos linguísticos.

responsability. Lexical intensives apparently do the reverse: they indicate that there is one and only one proper way to respond to what the speaker say, and he'll show you how."

Seria também de esperar que Lakoff propusesse uma forma de intensificação inversa à substituição de actos linguísticos, mas, segundo a autora, tal situação provocaria ambiguidades: por exemplo, uma pergunta pode ser enunciada unicamente como pergunta, mas também pode substituir actos declarativos e imperativos. Como apenas o enunciador tem o poder de atribuir ao seu acto um valor comunicativo específico, poderiam surgir por parte do outro participante más interpretações: Qual teria sido a intenção primária do falante? Teria sido a de enunciar uma pergunta, uma afirmação ou uma ordem?

O que importa reter é que, ao contrário das formas de mitigação, os intensificadores evidenciam, por um lado, a autoridade do locutor e a sua intenção de impor (com mais intensidade) a sua crença, vontade e desejo ao alocutário e, por outro, a obrigação por parte deste de cumprir o seu papel para que o acto seja bem sucedido.

3.2. B. Fraser (1980)

Fraser, num estudo que fez sobre a mitigação conversacional, uma das modalidades da atenuação, define-a de modo vago e estrito, utilizando o termo "força" (illocutória?), que envolve o domínio das intenções do locutor, para se referir ao efeito comunicativo da mensagem sobre o ouvinte, i.e., à reacção deste perante o conteúdo proposicional do acto enunciado.

A "mitigação" caracteriza-se, pois, no dizer do linguista, como uma tentativa "of reducing the harshness or hostility of the force of one's actions (...)" (Fraser, 1980:342), protegendo os interactantes das consequências do próprio acto. A estratégia de mitigação é, assim, caracterizada e identificada como um comportamento específico, cujo propósito é o de minimizar os efeitos negativos de um acto ilocutório, reduzindo

ou eliminando, deste modo, quaisquer conflitos ou situações que possam levar a alterações entre os participantes. O autor entende, pois, que a estratégia de mitigação “involves certain effects that arise as a result of the utterance” e acrescenta que “To mitigate (...) is to soften the effects of an order, ease the blow of bad news, make a criticism more palatable, and the like.” (*ibidem*:342).

Noto, contudo, que, nesta definição, Fraser não deixa bem claro o seu entendimento de “efeito”: tratar-se-á de um efeito perlocutório? de um efeito ilocutório? do efeito negativo da mensagem sobre o alocutário? Portanto, *mitigar* será enfraquecer as consequências (negativas) que os actos de discurso têm sobre o ouvinte? reduzir o efeito comunicativo/ilocutório do enunciado do locutor sobre o alocutário? ou atenuar a negatividade do conteúdo proposicional?

Ora, a força ilocutória de um acto linguístico (e respectivo efeito) é determinada pela intenção do sujeito falante e distingue-se do efeito perlocutório. Por exemplo, quando digo a alguém “Fecha a janela!”, o meu enunciado é um acto directivo com uma força comunicativa de ordem e, por isso, deverá ser reconhecido como tal pelo meu interlocutor, independentemente de o efeito perlocutório ser raiva, incompreensão, indiferença,... Em termos ilocutórios, o efeito seria, portanto, o reconhecimento da minha intenção e posterior aceitação ou recusa do meu programa de acção.

3.2.1. Para o linguista, mitigação não é sinónimo de cortesia, embora possam co-ocorrer num mesmo enunciado. Ao passo que a primeira “involves a reduction in the unwelcome effect of what is done” (*ibidem*:343), a estratégia da cortesia depende sobretudo da adequação do enunciado ao contexto, i.e., do cumprimento pelos participantes do contrato conversacional estabelecido no decorrer da interacção, no qual negociaram o direito e/ou o dever por parte de um dos intervenientes de tratar o outro participante por “tu” ou “você”, de agir com mais formalidade ou deferência caso um dos intervenientes possua um estatuto social mais elevado, de se manifestar de um modo pouco cortês,... Opondo-se à mitigação, o autor define, então, um enunciado cortês nestes termos: “(...) we can say that an utterance is polite, to the extent to which the

speaker, in the hearer's opinion, has not violated the rights or obligations which are in effect at that moment." (*ibidem*: 343/344).

3.2.1.1. Fraser distingue 2 tipos de mitigação, "*self-serving*" e "*altruistic*" (1980: 344). Estas modalidades diferem uma da outra pelo facto de modificarem os efeitos negativos que afectam directamente ou o falante ou o ouvinte, respectivamente.

Para ilustrar a mitigação "*self-serving*", o autor considera todos aqueles actos cujos efeitos negativos, apesar de também afectarem o ouvinte, atingem inicialmente o falante. Por exemplo, comunicar ao alocutário que foi requerido para trabalhar durante o fim-de-semana numa tarefa desagradável pode provocar por parte deste diversas reacções, como rancor, ressentimento, hostilidade, ódio¹⁸, ..., para com o locutor. Em consequência, para enfraquecer os efeitos negativos que poderão recair sobre o ouvinte, o sujeito falante pode usar um enunciado do tipo:

12. (a) "*It is my duty as Project Director to perform the most unwelcome task of telling you that ...*" (*ibidem*:344).

3.2.2. No que concerne aos mecanismos linguísticos de mitigação, Fraser descreve e exemplifica a *indirecção*, o processo de "*immediacy*" (*ibidem*:346) e os "*disclaimers*" (*ibidem*:347), que agrupam os "*sentence-initial phrases*" (*ibidem*:347), os verbos parentéticos e as perguntas "*tag*". Estes dois últimos subtipos de "*disclaimers*" retomam dois indicadores que já foram abordados em Lakoff 1980: os hedges frásicos e as perguntas "*tag*" (cfr. 3.1.3.1. e 3.1.3.2.), respectivamente.

3.2.2.1. Algumas realizações indirectas dos actos linguísticos constituem dispositivos de mitigação devido ao facto de a sua correcta interpretação depender do conhecimento que o ouvinte possui sobre o contexto (cfr. 2.2. e seguintes, capítulo II). Ora, à medida que o "trabalho" do alocutário para determinar a intenção comunicativa do locutor aumenta, a participação activa e o grau de responsabilidade exigidos àquele na decisão final aumentarão proporcionalmente.

¹⁸ Todas estas reacções constituem efeitos perlocutórios, como já referi.

3.2.2.2. O autor designa de “*immediacy*” o segundo processo de mitigação, que visa diminuir a distância entre falante e ouvinte por meio da expressão de sentimentos e atitudes positivas daquele para com este.

Neste grupo, o linguista inclui a referência directa ao(s) ouvinte(s) - por oposição ao uso de formas impessoais - de maneira a reduzir a distância entre os interactantes, estando, por isso, a meu ver, ao serviço de uma estratégia de procura de adesão. Se essa referência aparecer destacada no início do enunciado, o efeito de “*immediacy*” (ou de sentimento positivo) será maior. Para ilustrar esta posição, Fraser apresenta os exemplos seguintes (*ibidem*:347):

13. (a) “*You are requested to fasten your seat belts.*”
(b) “*FAA regulations require that all passengers fasten their seat belts.*”

Segundo o autor, em 13.(b), o apelo aos regulamentos do FAA e o uso impessoal de “*all passengers*” contribuem para criar um sentido de “*non-immediacy*”, ao contrário do que sucede em 13.(a).

O que convém reter é que o efeito de “*immediacy*” é utilizado sobretudo na mitigação “*self-serving*”, pois favorece ambos os participantes. Associados a este tipo de mitigação, estão também os “*disclaimers*”.

3.2.2.3. Os “*disclaimers*” dividem-se, como já referenciei, em três subgrupos: os “*sentence-initial phrases*”, os verbos parentéticos e as perguntas “*tag*”.

Com respeito aos “*sentence-initial phrases / disclaimers*”, o autor fornece uma lista contendo uma variedade de exemplos (*ibidem*:347), que transcreverei de seguida:

- “*If I’m not wrong...*”
“*Unless I misunderstood you,...*”
“*Unless I heard it incorrectly,...*”
“*If you haven’t lost me,...*”
“*On the assumption that my head is all there,...*”

Por meio do emprego de cada um destes items, o sujeito falante desculpa-se da possibilidade de estar incorrecto quanto à validade da informação contida no acto de discurso que está prestes a realizar, relativizando, deste modo, a sua responsabilidade

assertiva ao enunciá-lo. Tal acto possui quase sempre a força de um julgamento, de uma crítica, de uma queixa, de um diagnóstico, ou de actos similares, cujos efeitos sobre o ouvinte são claramente negativos. Tomemos, pois, os exemplos sugeridos pelo autor (*ibidem*:348):

14. (a) *“Unless I’m mistaken about the situation,
the plane is total loss (Estimate)
you may not ever go there again (Forbidding)
it is time to come in (Request)
you clearly are at default (Criticism)”*

Outro tipo de “*sentence-initial disclaimer*” contém fórmulas, tais como, “*If you wouldn’t mind...*”, “*If it’s not too much trouble...*”, “*If you are sure that it’s O.K. ...*”, “*If it’s not an inconvenience...*”, fórmulas essas usadas apenas em actos directivos, como é possível verificar nos seguintes enunciados (*ibidem*:348):

15. (a) *“If you wouldn’t mind,
sit down.
You can take it out now.
Please leave at once.
Do it for me.
Could you spare a dime?”*

Com respeito aos verbos parentéticos, tais como, “*I guess*”, “*I think*”, “*I conclude*”, “*I suppose*”, “*I expect*”, “*I predict*”,..., que correspondem, como disse, aos “*hedges*” frásicos na terminologia de Lakoff (Lakoff,1980), tais formulações enfraquecem a capacidade de precisão do locutor em relação à verdade do estado de coisas contido na proposição, como refere Fraser, citando Urmson: “ ‘we shall indeed find the whole point of some parenthetical verbs is to modify or to weaken the claim of truth which would be implied by a simple assertion ‘p’ ... (Urmson:1952)” (Fraser,1980:348)

Continuando a citar Urmson, Fraser acrescenta à lista dos verbos parentéticos os advérbios de modo “*presumably*”, “*admittedly*”, “*certainly*”, “*undoubtedly*”, “*probably*”, “*unfortunately*” e “*possibly*” (Fraser, 1980:348), que exercem quase a mesma função ilocutória, nomeadamente, a de enfraquecer a tomada de compromisso do locutor quanto à validade da informação descrita na mensagem. A única diferença, seguindo

ainda uma passagem de Urmson analisada por Fraser¹⁹, reside no facto de os advérbios permitirem uma leitura impessoal ao contrário do que se verifica com os verbos parentéticos, cujo uso na primeira pessoa do singular os liga necessariamente ao sujeito enunciador.

3.2.2.3.1. Julgo, porém, que a diferença entre ambos - verbos parentéticos e advérbios de modo - é mais complexa e, em alguns casos, demarca-os claramente. Por exemplo, na passagem de Urmson citada por Fraser, entendo que o traço [- pessoal] / [+ pessoal] não só distingue o advérbio “*admittedly*” e a forma verbal “*I admit*”, mas também os opõe. Ora, se o advérbio é mais impessoal, o seu emprego sugere que o estado de coisas capturado na proposição representa uma realidade que, à partida, é partilhada pelos interlocutores e considerada como algo já conhecido e que não suscita quaisquer dúvidas. Logo, esse uso (assim como também o de “*certainly*” e “*undoubtedly*”), em vez de reduzir a tomada de compromisso do locutor, como opinou Fraser, reforça-a. Pelo contrário, através do uso de “*I admit*”, o locutor comunica apenas a sua tomada de posição perante o conteúdo de verdade do enunciado, a qual poderá não coincidir com a do seu interlocutor. Aqui, há verdadeiramente uma desresponsabilização do locutor quanto à veracidade da mensagem assertada. Ao mesmo tempo, o uso dessas formas verbais pode também servir como uma estratégia de procura de adesão ou de aprovação por parte do ouvinte.

Esta oposição entre a função atenuadora dos verbos parentéticos e a de reforço dos advérbios acima indicados será retomada neste trabalho a propósito do estudo de House e Kasper (House e Kasper, 1981). Estes autores diferenciam claramente as duas subcategorias, designando-as, respectivamente, de “- (*minus*) *Committer*”, um subtipo de “*Downgrader*”, e de “+ (*plus*) *Committer*”, um subtipo de “*Upgrader*”²⁰.

¹⁹ Cfr. a diferença proposta por Urmson entre os advérbios acima citados e os verbos parentéticos: “Apart from the question of nuance of meanings, the adverbs are more impersonal - *admittedly* suggests that what is said would be regarded by anyone as an admission whereas “*I admit*” shows only the way that the statement is to be regarded here. (1952)” (Fraser, 1980: 349).

²⁰ Cfr., respectivamente, 3.3.1., alínea 7. e 3.3.2., alínea 3..

3.2.2.4. Por último, Fraser analisa o efeito mitigador das perguntas “tag”. Assim, para o autor, enunciados como 16. (a) e (b) (*ibidem*:349)

16. (a) “*You were there, weren’t you?*”

(b) “*I am right, aren’t I?*”

constituem formas mais atenuadas de assertar, respectivamente, “*You were there*” e “*I am right*” (*ibidem*:349).

3.2.3. Com base no que Fraser expõe neste artigo, parece-me que o autor, ao caracterizar os diversos mecanismos de mitigação, confunde dois domínios distintos da modificação de actos linguísticos: a modificação da força ilocutória do acto (ligada ao sentido de “*immediacy*”) e a modificação ou qualificação do conteúdo proposicional (associada aos “*sentence-initial phrases*”, usados em enunciados assertivos). Em 3.5. (e segs.) e 4.1. (e segs.), procurarei diferenciar e descrever pormenorizadamente estes domínios.

3.3. J. House e G. Kasper (1981)

Também sobre os modificadores ilocutivos, House e Kasper, num artigo que versa os marcadores de cortesia em inglês e alemão, propõem uma distinção entre dois tipos de “*modality markers*”: os “*downgraders*” e os “*upgraders*” com funções atenuadoras e intensificadoras, respectivamente (House e Kasper, 1981:166). Os primeiros servem para reduzir o impacto que o acto linguístico terá, à partida, sobre o alocutário. Através do seu emprego, o enunciador (1) impõe a sua vontade com menos força em benefício do outro participante, (2) evita uma especificação do conteúdo proposicional, camuflando, assim, a possível provocação que esse conteúdo constituiria para o outro interactante, e, por último, (3) deixa ao alocutário opções em aberto,... Já os segundos, os “*upgraders*”, servem para aumentar o valor ilocutório do acto, diminuindo os factores [*escolha*] e [*benefício*] em prejuízo do alocutário.

3.3.1. Na classe dos “*downgraders*”, os autores distinguem onze subtipos. São eles:

1. *Marcadores de cortesia*

Por meio da utilização destes elementos, o locutor manifesta deferência pelo seu interlocutor e solicita-lhe a sua cooperação. É, por exemplo, o caso de “*please*” (*ibidem*:166);

2. “*Play-down*”

Neste subtipo, incluem-se todos aqueles dispositivos sintácticos que visam atenuar os efeitos de um enunciado (*ibidem*:166). Por exemplo:

- (a) “Past tense” : “*I wondered if...*”
- (b) Marcador durativo: “*I was wondering (...)*”
- (c) Negação: “*Mightn’t it be a good idea ...*”
- (d) Pergunta: “*Mightn’t it be a good idea?*”
- (e) Verbo modal: “*Mightn’t ...*”;

3. “*Consultative Device*”

Por meio destes dispositivos, o locutor pretende envolver o alocutário na realização do acto e solicita-lhe a sua cooperação.

Exemplo: “*Would you mind if ...*” (*ibidem*:166);

4. “*Hedge*”

O tipo de “*hedges*” que House e Kasper tratam neste artigo correspondem aos *hedges lexicais* já aqui abordados a propósito de Lakoff (Lakoff, 1980). Esta categoria contém todos aqueles elementos que servem para evitar uma especificação do estado de coisas descrito na mensagem de modo a eliminar potenciais contendas que tal especificação poderia provocar. Como escrevem os autores, mediante o emprego dos *hedges*, “ X leaves the option open for Y to complete his utterance and thereby imposes his own intend less forcefully on Y.” (*ibidem*:167).

Os exemplos apresentados englobam formulações, tais como: “*kind of*”, “*sort of*”, “*somehow*”, “*and so on*”, “*and what have you*”, “*more or less*”, “*rather*”,... (*ibidem*:167);

5. “Understater”

Por “understater” os autores entendem aqueles modificadores adverbiais por meio dos quais o locutor representa com um menor grau de intensidade o estado de coisas contido na proposição. É o caso de “a little bit”, “a second”, “not very much” e “just a trifle” (*ibidem*:167).

6. “Downtoner”

Modificadores de frases - tais como, “just”, “simply”, “possibly”, “perhaps” e “rather” (*ibidem*:167)- usados pelo locutor para enfraquecer o impacto que o seu enunciado pode ter sobre o outro interlocutor.

7. “- (‘minus’) Committer”

Por meio do uso destes dispositivos, o locutor explicita no enunciado um parecer de carácter pessoal, contribuindo, assim, para enfraquecer a sua tomada de compromisso quanto ao valor de verdade da opinião emitida. Estes dispositivos foram também tratados por Lakoff (Lakoff, 1980) e Fraser (Fraser,1980), embora tivessem outra designação (cfr., respectivamente, *hedges frásicos*, 3.1.3.1., e *verbos parentéticos*, 3.2.2.3.) e englobam, como vimos, as formas modais “I think”, “I guess”, “I believe”, “I suppose”, “in my opinion”,... (*ibidem*:167).

Os autores tomam como exemplo o enunciado 17. (a) (*ibidem:idem*):

17. (a) “I think you’ve made a mistake.”;

8. “Forewarn”

Trata-se de um mecanismo utilizado pelo locutor para avisar o alocutário de algo potencialmente ameaçador como forma de antecipar e prevenir uma possível reacção negativa. Inclui-se neste subgrupo as formas “far be it from me to belittle your efforts, but...”, “You’re a nice guy, Jim, but...”, “this may be a bit boring to you, but...” (*ibidem*:168);

9. “*Hesitator*”

Neste subgrupo, os autores incluíram formulações, tais como “*erm*” e “*er*” (*ibidem*:168), que assinalam uma hesitação por parte do locutor em comunicar algo ao seu interlocutor.

10. “*Scope-Stater*”

Através destes elementos, o locutor expressa a sua opinião quanto ao estado de coisas descrito na proposição, reduzindo, deste modo a força do seu enunciado. Holmes e Kasper tomam os seguintes exemplos (*ibidem*:168):

18. (a) “*I’m affraid you’re in my seat; I’m a bit disappointed that you did P; I’m not happy about the fact that you did P (...).*”;

11. “*Agent Avoider*”

Dispositivos sintácticos por meio dos quais o locutor evita uma referência directa a si próprio e ao outro interveniente enquanto agentes responsáveis pela realização de um determinado acto. É o caso da voz passiva e de construções impessoais contendo “*people*”, “*they*”, “*one*” e “*you*” (*ibidem*:168) como agentes neutros.

3.3.1.1. A esta lista de onze “*downgraders*”, House e Kasper acrescentaram ainda os “*supportive moves*” que me proponho traduzir por “*proposições-suporte*” ou “*proposições adjuntas*”, i.e., proposições que apoiam a proposição central, representada pelo acto ilocutório principal (ver 3.6. e a *Segunda Parte* desta dissertação).

As proposições-suporte podem ser de três tipos:

1. “*Steers*”

Através do seu emprego, o falante pretende orientar o seu discurso tendo em vista a realização bem sucedida da sua intenção comunicativa;

2. “*Grounders*”

Por meio do emprego de “grounders”, o locutor justifica a intenção comunicativa expressa no acto ilocutório. Trata-se, pois, de fórmulas de teor justificativo-explicativo que podem aparecer pospostas ou antepostas ao acto ilocutório principal. No exemplo apresentado pelos autores, o “grounder” antecede o acto principal (*ibidem*:169):

19. (a) “**God, I’m thirsty.** *Get me a beer, will you?*”²¹ .

3. “Preparators”

Mediante o emprego destes elementos, o locutor indica ou sugere a força ilocutória do acto que pretende realizar, sem, contudo, especificar a natureza do conteúdo representado na proposição, como podemos verificar em 20. (a) (*ibidem*:169):

20. (a) “*I would like to ask you a question.*” ;

Estes segmentos visam preparar, sustentar e, em particular, garantir a eficácia da intervenção do locutor e, uma vez que apoiam a ilocução principal, denominá-los-ei de *actos subordinados* (Cfr. 3.6. e a *Segunda Parte* deste estudo).

3.3.2. Paralelamente aos “downgraders”, os autores descrevem ainda os “upgraders” com formas e funções opostas às daqueles, servindo, como seria de esperar, para aumentar a força do impacto que a enunciação do acto terá sobre o alocutário.

House e Kasper distinguem basicamente seis subtipos de “upgraders”. São eles:

1. “Overstater”

A categoria dos “overstater” contém modificadores adverbiais, tais como “*absolutely*”, “*purely*”, “*terribly*” e “*frightfully*” (*ibidem*:169), que servem para representar com um elevado grau de crença, desejo ou compromisso a realidade descrita na proposição, aumentando, deste modo, a força do enunciado. Os autores tomam o seguinte exemplo (*ibidem:idem*):

21. (a) “*I’m absolutely disgusted that you left the bathroom in such a state.*” ;

²¹ Sublinhado por mim. O segmento assinalado pelos caracteres mais acentuados representa a ilocução-suporte, adjunta ao acto directivo principal, este último marcado pelos caracteres em itálico.

2. “Intensifier”

Esta categoria inclui modificadores adverbiais, tais como “very”, “so”, “such”, “quite”, “really”, “just” e “indeed” (*ibidem*:169), por meio dos quais o locutor reforça determinados elementos da proposição do seu enunciado. Vejamos o enunciado 22. (a) (*ibidem* : *idem*):

22. (a) “I’d be really pleased if you could help me.” ;

3. “+ (‘plus’) Committer”

Modificadores de frases, tais como “I’m sure”, “certainly”, “obviously” e “really” (*ibidem*:170), por meio dos quais o locutor indica a sua tomada de compromisso, expressa com um elevado grau de intensidade, quanto à verdade do estado de coisas contido na proposição, como é possível verificar em 23. (a) (*ibidem:idem*):

23. (a) “You should certainly have informed me” ;

4. Intensificadores lexicais

Os intensificadores lexicais, anteriormente analisados em Lakoff 1980, são constituídos por itens lexicais fortemente marcados por uma atitude social negativa. Inclui-se neste grupo todas as *palavras insultuosas*. Os autores exemplificam em 24. (a) (*ibidem:idem*):

24. (a) “That’s bloody mean of you.” ;

5. Perguntas Agressivas

Através do emprego deste tipo de perguntas, o locutor envolve explicitamente o seu interlocutor, intensificando, por conseguinte, o impacto do seu enunciado. Vejamos o enunciado 25. (a) (*ibidem:idem*):

25. (a) “Why haven’t you told me?” ;

6. “Rhetorical Appeal”

Por meio do emprego deste dispositivo, o locutor tenta convencer o seu interlocutor a aceitar o estado de coisas representado na proposição. Vejamos algumas formulações representativas deste mecanismo: “You must understand that”, “anyone

can see that”, “*it’s common knowledge that*”,... (*ibidem:idem*). House e Kasper tomam como exemplo o enunciado 26. (a) (*ibidem:idem*):

26. (a) “*You must understand that this is public property.*” .

3.3.3. Na distinção proposta por House e Kasper entre *downgraders* e *upgraders*, estão implícitas, a meu ver, escalas que determinam o grau de coercibilidade do acto em termos do seu impacto (*positivo, neutro ou negativo*) sobre o outro interveniente e clarificam, ao mesmo tempo, os diversos tipos de relações que se estabelecem entre os intervenientes. Entendo, pois que essas escalas têm um papel determinante na força ilocutória (ver 4.4.1. e segs.).

3.4. R. Meyer-Herman (1984)

Também Meyer-Herman, no seu artigo sobre as formas de atenuação no ensino do Português, abordou a modalidade de Mitigação.

Aí, o autor conceptualiza esta noção pouco pormenorizadamente, definindo-a apenas como uma redução estratégica dos efeitos (ilocutórios) dos actos de discurso no estado de obrigações dos intervenientes. Assim, a estratégia da atenuação é, no dizer do autor, “uma função interactiva de um acto comunicativo *a* (contendo meios de atenuação) graças à qual (...) os participantes da interacção aceitam e/ou estabelecem menos obrigações do que no acto comunicativo *a*’.” (Meyer-Herman, 1984:175/176).

Uma vez que a lista dos actos comunicativos que afectam as faces (positiva e negativa) dos falantes compreende qualquer tipo de acção linguística que envolve a relação interpessoal, a comunicação estabelece determinados direitos e obrigações e, por este motivo, é intrinsecamente ameaçadora para os interactantes. Ora, na perspectiva do autor, a atenuação marca estrategicamente uma tentativa de aproximação e de mais intimidade do locutor para com o outro interactante num determinado contexto situacional, dispensando-os em parte das habituais obrigações que poderão recair sobre eles pela enunciação de um acto comunicativo. Por

consequente, o efeito pragmático-comunicativo resultante do emprego dos operadores de atenuação é o de permitir ao alocutário libertar-se do papel que usualmente lhe está destinado e ao locutor da responsabilidade de realizar um acto que constituiria, em princípio, uma ameaça para aquele. Os atenuadores comunicam, assim, presumível solidariedade entre os falantes.

Seguindo a perspectiva de Meyer-Herman e invertendo a sua análise para o lado oposto da atenuação, os mecanismos de reforço, apesar de não terem sido teorizados pelo autor, intensificariam, a meu ver, o estado de obrigações dos interlocutores: o locutor insistiria no seu direito de realizar o acto ilocutório e de exigir que o outro participante cumprisse a sua parte na comunicação para que o acto enunciado fosse eficaz. Assim, os marcadores de reforço cumpririam a função pragmática de insistir na autoridade do sujeito falante de realizar com sucesso a sua intenção comunicativa.

3.4.1. Sem pretender ser exaustivo na sua exposição, Meyer-Herman fornece, depois, uma lista de formas / meios de atenuação disponíveis em português e exemplifica-as/os com base em produções discursivas interaccionais (*ibidem*:176-186)²²:

1. No primeiro grupo, Meyer-Herman inclui advérbios como *talvez, às vezes, por vezes, possivelmente, provavelmente,...* (*ibidem*:177), tendo já alguns deles sido tratados por Fraser (Fraser,1980) no seguimento de Urmson (cfr. 3.2.2.3.);

2. O segundo grupo é constituído, como diz o autor, “*pelas partículas e equivalentes, como, por exemplo, assim, pouco, bocado, bocadinho, mais ou menos, não sei, sei lá, ou qualquer coisa, não é (posição final), etc.*” (*ibidem*:178). Retoma-se, aqui, um indicador da abordagem de House e Kasper (House e Kasper,1981) (cfr. 3.3.1, alínea 5. “*Understater*”);

²² Julgo importante mencionar que o autor, apesar de integrar as formas de atenuação em sequências discursivas interaccionais, analisa essas formas linguísticas apenas a nível frásico, não havendo, pois, qualquer referência ao transfrásico (ver 4.7.1. e 4.7.1.1. desta *Primeira Parte*, capítulo II).

3. O terceiro grupo contém os “*hedges*” - que correspondem aos *hedges frásicos*, aos verbos parentéticos e aos “- (*minus*) *Committer*”, já aqui tratados em Lakoff 1980, Fraser 1980 e House e Kasper 1981 (cfr. respectivamente, 3.1.3.1., 3.2.2.3. e 3.3.1., alínea 7.), tais como os verbos modais *dever*, *poder*, *querer*, *é capaz de* + infinitivo, *julgo que*, *penso que*, *parece que*, *tenho a impressão*, *se bem entendi*, *se bem percebi* (*ibidem*: 180-183);

4. O quarto grupo é constituído pelos *tipos de frases*, em que o emprego de uma interrogativa ou de uma interrogativa negativa em vez de uma afirmação pode servir para atenuar as obrigações dos interactantes. Este meio retoma, em parte, o mecanismo de *substituição de actos de discurso* descrito por Lakoff no seu artigo sobre a qualificação de actos (Lakoff, 1980:183) (cfr. 3.1.3.3.).

5. O quinto grupo inclui o recurso a certos tempos verbais, como, por exemplo, o *futuro simples*, o *condicional*, o *imperfeito* e o *modo conjuntivo* ²³ (*ibidem*:184);

6. O sexto grupo engloba os “*fenómenos de hesitação*”, que compreende formulações específicas, tais como *digamos*, *quer dizer*, mas também certas pausas sonoras como *ah*, *eh*,... (*ibidem*:185). Este fenómeno foi também abordado por House e Kasper sob a denominação de “*hesitator*” (cfr. 3.3.1., alínea 9);

7. Finalmente, o autor refere ainda a *metacomunicação* como meio de atenuação (*ibidem*:186) ²⁴.

Apesar de, neste artigo, Meyer-Herman descrever fundamentalmente as formas da atenuação em português, não deixa, todavia, de reconhecer que um ensino mais

²³ Para mais pormenores sobre o valor modal do *Conjuntivo*, ver Fonseca, F. I., 1994: 29-36 / 133-145.

²⁴ Vejamos o exemplo apresentado pelo autor:

“eu continuo a pensar (.) e quer dizer tenho a minha opinião (') (.) foi simplesmente um hipótese (') (.) está a compreender (-) (.) para si (') ... [...] Jeui dei-lhe uma hipótese (.) dei-lhe a minha hipótese (k) a opinião (.) está a compreender (.) [...] Jeui dei simplesmente uma hipótese que continuo a tê-la (.) ... mas não quer dizer que seja verdade (').” (*ibidem*:186)

consistente e adequado deste fenómeno deveria tomar como base não as suas diversas formas, mas sim as suas funções. Contudo, dado que, como opina o autor, não há ainda “uma base científica que sirva ao ensino da atenuação” (*ibidem*:188)²⁵, a sua análise desta matéria centra-se, portanto, sobre os aspectos formais que operam a nível frásico, remetendo para segundo plano a sua funcionalidade.

3.5. J. Holmes (1984)

A modificação da força ilocutória²⁶ de actos de discurso foi igualmente uma questão estudada por Holmes que a definiu de acordo com uma das suas funções interaccionais. A autora é, assim, da opinião que uma das funções interactivas que mais fortemente está associada à modificação de actos de discurso é a expressão de “a variety of attitudes to the hearer, ranging from very positive to very negative attitudes.” (Holmes, 1984:349).

Também num artigo publicado alguns anos antes, a linguista havia já caracterizado a modificação da força ilocutória como a expressão de uma atitude por parte do falante e havia sublinhado que, através do uso de marcadores de reforço e de atenuação, o sujeito enunciador pretendia comunicar (1) um significado modal (i.e., uma atitude epistémica, expressa de acordo com uma escala gradativa, em relação à validade do conteúdo proposicional assertado) ou exprimir (2) um significado afectivo (i.e., a sua atitude (emotiva) para com o outro interactante). O *significado modal* e o *significado*

²⁵ Cfr. a seguinte reflexão de Meyer-Herman sobre o ensino da atenuação: “A descrição de uma função interactiva equivale a uma resposta à pergunta: ‘Para que serve a redução das obrigações dos interactantes na interacção?’. Ainda não há respostas a esta pergunta. Portanto não existe, no fundo, uma base científica que sirva ao ensino da atenuação, mais exactamente, para podermos ensinar os processos que a língua portuguesa põe à nossa disposição para exprimir determinadas funções interactivas através da utilização de meios de atenuação.” (Mayer-Herman, 1984:189)

²⁶ Neste artigo, Holmes entende a força ilocutória como um subtipo do objectivo ilocutório ligado ao grau de intensidade com que este é expresso. Cfr. a seguinte anotação da autora sobre “força ilocutória”: “The terms ‘illocutionary force’ and ‘illocutionary point’ are sometimes used interchangeably to describe the function or purpose of a speech act. I have consistently used only ‘illocutionary point’ in this sense. The term ‘illocutionary force’ is used in this paper to refer to the strength with which the illocutionary point is presented (cfr., Searle 1976:5).” (Holmes, 1984: 345)

afectivo constituiriam, portanto, as duas razões básicas que motivariam o locutor a qualificar o acto de discurso enunciado. É também esta a posição defendida no seu estudo mais recente sobre esta matéria (Holmes, 1993). Nesse artigo, a autora diz que os marcadores de reforço e de atenuação podem funcionar, e passo a citar, como um "*content-oriented* (...) qualifying the precision of an element of the proposition to which it relates"²⁷ (Holmes, 1993:102) - atitude modal - ou um "*addressee-oriented*" (*ibidem:idem*) - atitude afectiva -, intensificando ou mitigando a força do acto comunicativo em que ocorre. Estas duas modalidades da modificação são, pois, orientadas para o conteúdo proposicional ou para a relação entre os interlocutores. Esta distinção será abordada mais pormenorizadamente dada a sua importância para um entendimento correcto e adequado do conceito de *modificação de actos ilocutórios*.

3.5.1. O significado afectivo, expresso em termos dos efeitos (positivos e negativos) que provoca na relação interpessoal, contribui, na perspectiva de Holmes, para aumentar ou diminuir a distância social ou a solidariedade e intimidade entre os participantes. Por oposição àquele, o significado modal especifica a atitude do locutor em relação ao valor de verdade da mensagem configurada no enunciado.

3.5.1.1. Com efeito, a autora observa que o falante atenua ou intensifica o valor de verdade do estado de coisas descrito no conteúdo proposicional para expressar, respectivamente, dúvida (27 (a)) ou certeza absoluta (27.(b)) quanto à validade da informação transmitida. No fim de contas, o significado modal envolve, no entender da linguista, "the speaker's expressed degree of certainty concerning the validity or truth of the proposition asserted in the utterance." (Holmes, 1984:348)), como podemos constatar nos exemplos por ela apresentados (*ibidem:idem*):

27. (a) "I'm not at all sure Mary's coming."

(b) "A. Is Jeremy likely to stand then?

B. Certainly he is - there'll be no stopping him."

²⁷ sublinhado por mim

3.5.2. Para além de uma abordagem, embora superficial, da diferença entre significado modal e significado afectivo, constitui outro ponto central do artigo de Holmes a discussão, seguida de exemplificação, das consequências decorrentes do uso das estratégias de atenuação e de reforço em “*positively affective speech act*” (*ibidem*:346) e em “*negatively affective speech act*” (*ibidem:idem*), i.e., actos cujo conteúdo é avaliado como favorável ou desfavorável, respectivamente, pelo outro participante.

3.5.2.1. A autora começa por descrever e ilustrar pormenorizadamente os mecanismos linguísticos usados para intensificar diferentes actos de discurso e, em seguida, aplicá-los à modalidade de atenuação.

3.5.2.1.1. Os dispositivos usados no reforço são de natureza diversa. São eles:

1. Dispositivos Prosódicos

Para Holmes, o tom de voz contrastivo (mais baixo ou mais alto do que o normal) e o volume igualmente contrastivo são dispositivos que podem ser usados com o propósito de aumentar a força do acto de discurso (*ibidem*:351).

2. Dispositivos Sintácticos

Como principais dispositivos sintácticos, Holmes aponta as perguntas (28. (a) e (b)), os enunciados exclamativos (28. (c) e (d)) e as afirmações “tag” (28. (e)) (*ibidem*:352). O primeiro tópico já foi abordado em Lakoff 1980 (cfr. *substituição de actos de discurso*, 3.1.3.3.) e em Meyer-Herman 1984 (cfr. *tipos de frases*, 3.4.1., alínea 4). Todos aqueles dispositivos servem para expressar o valor de verdade contido na mensagem do locutor com mais intensidade. Essa mensagem pode variar em significado afectivo (*avaliação positiva vs avaliação negativa*). Tomemos, então, os exemplos apresentados pela autora:

- 28. (a) “Isn’t she lovely?”
- (b) “Didn’t she sing badly?”
- (c) “Isn’t that great!”
- (d) “What a mess you’ve made!”
- (e) “That was a lark that was.”

3. Dispositivos lexicais

Este grupo é constituído pelos “Intensificadores” (“Boosters”) (*ibidem*:352). Holmes propõe uma distinção entre três tipos de intensificadores:

(i) Intensificadores orientados para o locutor

Neste grupo, a linguista inclui items, tais como, “*candidly*”, “*frankly*”, “*honesty*”, “*truly*”, “*truthfully*”, “*in all honesty*”, “*in my opinion*” (*ibidem*:352), por meio dos quais o locutor assegura a validade da mensagem com base na sinceridade do seu testemunho ou crença.

O uso de formas verbais como “*I believe*”, “*believe me*” e “*I assure you*” bem como dos adjectivos “*sure*” e “*certain*” (*ibidem*:353) também fazem parte deste grupo. Os enunciados 29. (a) e (b) (*ibidem*:353) ilustram a intensificação de um elogio e de uma queixa, respectivamente:

29. (a) “*Quite frankly we’ve moved much more swiftly than any other party.*”
(b) “*Believe me it was boring.*”

(ii) Intensificadores orientados para o alocutário

Este subtipo de intensificadores apoia-se na experiência do alocutário e no seu conhecimento do mundo e engloba items lexicais, como “*you know*”, “*you see*”, “*as you know*” e “*you know what I mean*” (*ibidem*:353). Holmes observa, porém, que estes marcadores podem ocorrer quer na modalidade de atenuação quer na de reforço, sendo necessário recorrer a informações contextuais, prosódicas (entoação) e sintácticas (posição no enunciado) para *entender* correctamente o efeito ilocutório *intendido*.

Os advérbios “*naturally*” e “*of course*” (*ibidem:idem*) referenciam também conhecimentos anteriores compartilhados pelos falantes, intensificando, deste modo, o acto.

Os exemplos 30. (a) e (b) (*ibidem*:354) contêm marcadores de reforço orientados para o alocutário e intensificam o valor ilocutório de crítica e de promessa, respectivamente:

30. (a) “*The film as you know was a failure.*”

(b) “*Well naturally I’ll be there.*”

(iii) *Intensificadores orientados para o conteúdo*

Neste grupo, distinguem-se duas subcategorias:

- a primeira é constituída por itens que veiculam comentários pessoais, tais como, “*certainly*”, “*it is certain (that)*”, “*indubitably*” e “*without doubt*” (*ibidem*:354), que servem para validar a informação assertada. Estes itens correspondem aos “+ (*plus*) *Committer*” já aqui tratados por House e Kasper (cfr.3.3.2., alínea 3., e, ainda, as anotações contidas em 3.2.2.3. e 3.2.2.3.1.). O exemplo 31. (a) ilustra o reforço de um acto de queixa (*ibidem:idem*):

31. (a) “*You’ve certainly taken long enough.*”

- a segunda subcategoria inclui advérbios de intensidade que servem para reforçar determinados elementos lexicais da proposição, tais como advérbios, adjectivos e verbos. Holmes aponta os seguintes exemplos: “*absolutely*”, “*completely*”, “*just*”, “*quite*”, “*totally*” e “*very*” (*ibidem:idem*). Esta lista de advérbios de intensidade havia também sido fornecida, em parte, por House e Kasper (cfr. “*Intensifier*”, 3.3.2., alínea 2.). Em seguida, a autora ilustra em 32. (a) (*ibidem:idem*):

32. (a) “*Undoubtedly I think that’s absolutely right.*”

4. *Dispositivos discursivos*

Este grupo contém dispositivos intratextuais ou metapragmáticos, cuja função é a de intensificar a força ilocutória do enunciado. A autora começa por mencionar os marcadores explícitos de força ilocutória, em particular, as formulações “*I ask you*”, “*I tell you*”, “*I warn you*” e “*I beg you*” (*ibidem*:354/355). Associados a estas formas, estão os dispositivos retóricos “*and I repeat*”, “*let me stress*” e “*I would emphasize*” (*ibidem*:355).

Holmes refere ainda aqueles dispositivos metadiscursivos que dão conta do contributo dos outros participantes no discurso. É o caso de “*as you say*” e “*as X just said*” (*ibidem:idem*).

Os enunciados 33. (a) e (b) exemplificam o uso dos mecanismos discursivos (*ibidem:idem*):

33. (a) "As you say there are a number of important issues."

(b) "I'll tell you just one more time sit down."

3.5.2.1.2. Holmes fornece, depois, a mesma lista de marcadores usados no reforço de actos de discurso, mas aplica-os à modalidade de Atenuação.

1. Dispositivos Prosódicos

Para Holmes, a entoação descendente pode ser usada para atenuar ou reduzir a força ilocutória de um acto de discurso;

2. Dispositivos Sintácticos

Holmes aponta dois dispositivos sintácticos que podem enfraquecer a força ilocutória dos actos de discurso: as *perguntas "tag"* - já aqui estudadas por Lakoff (cfr. 3.1.3.2.) e por Fraser (ver 3.2.2.4.) -, e um caso particular de *dupla negação*.

Quanto às *perguntas "tag"*, a autora distingue três tipos:

(i) *perguntas "tag" de polaridade-contrastante*. Para ilustrar este primeiro subtipo, Holmes retira os exemplos 34. (a) e (b) de Fraser (Fraser, 1980:349) e aproveita para comentar a sua análise deste assunto:

34. (a) "*You were there weren't you?*"

(b) "*I am right aren't I?*"

(ii) *perguntas "tag" com a mesma polaridade* (35. (a)) (Holmes, 1984:357):

35. (a) "*It's still bubbling away is / it?*"²⁸

(iii) *perguntas "tag" invariáveis*, assinaladas, por exemplo, por "*huh?*", "*eh?*", "*right?*" e "*OK?*" (*ibidem*:357)

²⁸ A linha ascendente (/) representa a entoação ascendente.

Holmes acrescenta que a influência das condicionantes que incidem sobre os factores “volume”, “velocidade” e “tom de voz” alteram o significado modal de uma forma linguística. Daí que, segundo a autora, uma descrição correcta e adequada das diferentes funções das perguntas “tag” deveria incluir uma análise conjunta das suas diversas ocorrências e dos mecanismos prosódicos aí utilizados.

Para além deste tipo específico de dispositivo sintáctico, a linguista menciona outros casos, em particular, as construções passivas, o uso de formas impessoais, como “it” e “one” (*ibidem*:358) e as nominalizações, mecanismos que retomam os “Agent Avoider” apresentados em House e Kasper 1981 (cfr. 3.3.1., alínea 11).

Holmes acrescenta, por último, a esta lista o mecanismo de “dupla negação”, que aponta para uma construção redundante, constituída formalmente pelo prefixo de negação “un-” precedido de “not”. Holmes propõe algumas fórmulas: “not unlikely”, “not unhappy” e “not unreasonable” (*ibidem*:358). Devido à sua natureza redundante, estes itens provocam um efeito atenuador que não se verifica na expressão logicamente equivalente ao seu significado, como podemos comprovar em 36. (a) e (b) (*ibidem*:358), respectivamente:

36. (a) “The relationship here is not unproblematic.”
(b) “The relationship is problematic.”

Observe-se que, se compararmos estes dois enunciados, a *nuance* mitigadora agregada a 36.(a) perdeu-se em 36.(b), devido, justamente, à ausência/eliminação do dispositivo de *dupla negação*.

3. Dispositivos lexicais

Nesta categoria, Holmes propõe, à semelhança da classificação que estabeleceu para os intensificadores, uma distinção entre três subcategorias de “downtoners”.

(i) “Downtoners” orientados para o locutor

Este grupo engloba itens lexicais, tais como formas do tipo “it seems to me”, “in my opinion” e os verbos parentéticos (terminologia adoptada por Fraser) “I

gather”, “*I guess*”, “*I suppose*” e “*I reckon*” (*ibidem*:359). Retoma-se aqui um tópico já analisado por Lakoff, Fraser, House e Kasper e Meyer-Herman²⁹.

Outros itens referenciam a possibilidade de o locutor estar enganado relativamente à informação que possui sobre uma determinada realidade. A categoria dos “*disclaimers*”, anteriormente tratada por Fraser (cfr. 3.2.2.3.) e retomada neste artigo por Holmes, elucida-nos quanto ao tipo de formulações que pertencem a este subgrupo: “*if I’m not mistaken*”, “*unless I misunderstand you*”, “*unless I heard it incorrectly*”,... (*ibidem*:359).

(ii) “Downtoners” orientados para o alocutário

Alguns dos itens descritos na subcategoria dos “*Intensificadores orientados para o alocutário*” podem também funcionar como marcadores de atenuação. É o caso de “*you know*”. Pertencem ainda a este subtipo alguns exemplos de “*disclaimers*” apontados por Fraser e que Holmes menciona no seu artigo: “*if you wouldn’t mind*”, “*if it’s not too much trouble*”, “*if you are sure that it’s OK*” (*ibidem*:360).

(iii) “Downtoners” orientados para o conteúdo (ou para outros aspectos)

Entre os diversos mecanismos usados com o propósito de sugerir a dubiedade da informação representada no enunciado, Holmes começa por indicar os verbos modais epistémicos “*could*”, “*may*” e “*might*” (*ibidem*:360), assim como os advérbios “*possibly*”, “*probably*” e “*likely*” (*ibidem:idem*). Também Meyer-Herman, no seu artigo sobre as formas de atenuação disponíveis na língua portuguesa, aborda os verbos modais, incluindo-os na categoria dos *hedges* (cfr. 3.4.1., alínea 3.), e seus equivalentes adverbiais (cfr. 3.4.1., alínea 1.).

Ligados a estas fórmulas, a autora acrescenta aqueles dispositivos que explícita ou implicitamente servem para atribuir a responsabilidade pela validade das asserções a uma terceira pessoa. São eles: os advérbios “*allegedly*”,

²⁹ Cfr., respectivamente, *hedges frásicos*, 3.1.3.1.; *verbos parentéticos*, 3.2.2.3.; “- (minus) Committer”, 3.3.1., alínea 7. ; e, por último, *hedges*, 3.4.1., alínea 3..

“*reportedly*”, “*presumably*” e “*supposedly*” e as fórmulas “*according to X*” e “*X’s view or opinion*”. (*ibidem*:360).

Para além destes dispositivos de desresponsabilização, a linguista registou outras formulações, tais como “*on the face of it*”, “*ostensibly*”, “*outwardly*”, “*nominally*”, “*strictly speaking*”, “*superficially*” e “*theoretically*” (*ibidem*:361), que implicam que o locutor duvida da validade da informação assertada, mas a “evidência” (ou melhor, a “verdade aparente”) dos factos aponta esse estado de coisas como verdadeiro. Holmes toma como exemplos os enunciados 37. (a), (b) (c) e (d) (*ibidem:idem*):

- 37. (a) “*Theoretically he should have left by now.*”
- (b) “*Technically you’re wrong.*”
- (c) “*Strictly speaking this is my desk not yours.*”
- (d) “*Superficially this is an insect.*”

A esta categoria pertencem ainda aqueles advérbios que atenuam elementos específicos no interior da proposição, enfraquecendo, deste modo, o acto de discurso. É o caso de “*fairly*”, “*pretty*”, “*quite*”, “*rather*” e “*somewhat*” (*ibidem:idem*).

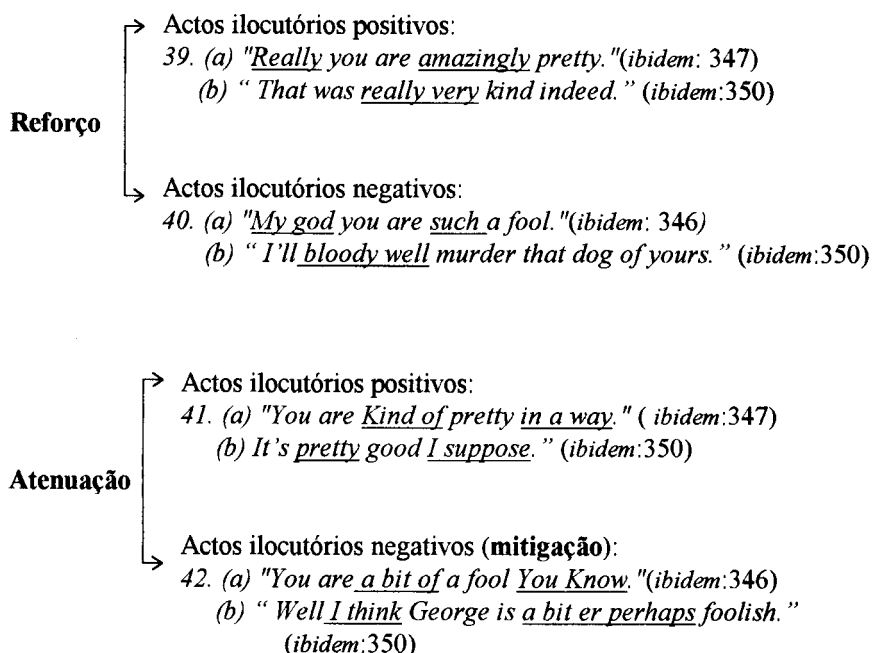
4. Dispositivos Discursivos

Esta categoria é constituída por dispositivos linguísticos que marcam a coesão intratextual. Tais formas podem ser usadas com o propósito de atribuir pouca importância ao acto de discurso que introduzem. Este efeito, como escreve Holmes, “is achieved by suggesting that the content of the speech act is not of major relevance to the discourse as a whole.” (*ibidem*:362).

Este último grupo engloba, assim, os itens “*by the way*”, “*incidentally*”, “*while I think of it*”, “*while I remember it*” e “*that reminds me*” (*ibidem:idem*). Os enunciados 38. (a) e (b) (*ibidem:idem*) exemplificam a atenuação da força ilocutória de um pedido indirecto mediante o emprego deste mecanismo:

- 38. (a) “*Hi Ann how’s things (...) by the way have you had time to type that letter to X yet*”
- (b) “*Oh you’ve had your hair done - it looks great (...) oh that reminds me are you free to babysit tonight*”

3.5.2.2. Holmes aplicou, como referenciei em 3.5.2., as estratégias básicas de modificação a dois tipos de actos : "*positively affective speech act*" e "*negatively affective speech act*". O esquema que propõe é bastante elucidativo pelo que o transcreverei, complementando-o com alguns dos exemplos apresentados no seu trabalho:



Esquema 1.: Estratégias de atenuação e de reforço aplicadas a actos ilocutórios positiva e negativamente avaliados pelos participantes.

Julgo oportuno mencionar o facto de a autora definir a mitigação como uma subcategoria da atenuação que serve apenas para reduzir a força de actos ilocutórios avaliados negativamente.

Para Holmes, a atenuação de um acto de discurso negativo (42. (a) e (b)) pode consistir numa estratégia usada pelo locutor com o intuito de manter um bom relacionamento com o seu interlocutor, diminuir a distância social entre ambos e, dado que comunica sentimentos positivos, aumentar a solidariedade - atenuar actos ilocutórios já por si avaliados negativamente equivale, em termos lógicos, à expressão

de sentimentos e atitudes positivas. A linguista observa ainda que o reforço de um acto de discurso positivo (39. (a) e (b)) serve uma função afectiva muito próxima, podendo ser interpretado como uma atitude amigável e conciliadora do falante para com o ouvinte.

O efeito contrário é produzido por meio da atenuação de um acto de discurso positivo (41. (a) e (b)). Tal atenuação pode contribuir para aumentar a distância social entre os interactantes e reduzir a solidariedade. De igual modo, a intensificação dos efeitos de um acto ilocutório negativo (40. (a) e (b)) poderá ser interpretada como uma estratégia que visa igualmente distanciar socialmente o falante do ouvinte e enfraquecer a relação de camaradagem entre eles. O que acontece é que, em 41.(a), por exemplo, os hedges ("*kind of*" e "*in a way*"), dado que comunicam um conteúdo avaliativo desfavorável por parte do sujeito falante, modificam o valor do adjetivo "*pretty*", com conotação positiva, accionando uma dimensão depreciativa e de crítica³⁰. É claro que as consequências da enunciação deste acto na relação entre os interactantes são evidentes, tal como sublinha Holmes: "(...) the attenuation of a positively affective speech act can be interpreted as a strategy likely to increase the social distance between the speaker and the hearer; to 'cool' the effects of a positive speech act is likely to reduce rather than maintain solidarity." (*ibidem*: 350).

3.5.3. Ainda neste trabalho, a autora sugeriu um critério delimitativo do âmbito das duas modalidades de modificação: a referência explícita às condições inerentes a cada acto de discurso, que correspondem às condições de satisfação de Searle.

³⁰ As modalidades de atenuação e de reforço podem ser respectivamente representadas pelos sinais (-) e (+) e aos actos negativos e positivos atribuem-se os mesmos sinais ((-) e (+)). É curioso que, se combinarmos esses sinais (que representam, respectivamente, tipos de modalidade e tipos de actos), obtemos resultados lógico-matemáticos, que nos ajudam a compreender melhor o funcionamento dos atenuadores e dos intensificadores quando aplicados a determinados actos de discurso, como podemos verificar neste esquema que proponho:

(i) - (-) → efeitos positivos (+); (ii) - (+) → efeitos negativos (-); (iii) + (+) → efeitos positivos (+); (iv) + (-) → efeitos negativos (-)

3.5.3.1. Holmes observa que a modificação da força ilocutória envolve a atitude afectiva do locutor e, por conseguinte, uma referência explícita às condições de sinceridade, que indiciam o seu estado psicológico.

Com efeito, a autora acentua que a referência explícita às condições de sinceridade constitui uma estratégia possível de modificar o valor comunicativo do acto. A este propósito a autora escreve: "Modifying the illocutionary force of speech acts from different categories involves the speaker in expressing degrees of belief, desire, strength of feelings, and commitment or seriousness of intention." (*ibidem*:347).

Em seguida, descreve sumariamente o modo como o estado psicológico do falante serve para atenuar ou reforçar os actos do discurso.

Assim, segunda a autora, os actos *Representativos* podem ser modificados mediante a explicitação, por um lado, da crença do locutor quanto à verdade da informação assertada ou, por outro, do modo como pretende influenciar ou provocar um comportamento específico no outro participante (*ibidem*:347):

43. (a) "I guess it's *probably* a day-school. "
(b) "I'm *quite sure* it's a day-school. "

A modificação de actos que pertencem à categoria dos *Directivos* envolve a referência explícita ao grau de intensidade do desejo do falante de demandar algo ao seu interlocutor (*ibidem*:347):

44. "I *really want* you to read this to me. "

Os actos *Expressivos* podem ser atenuados ou reforçados através do emprego de estratégias linguísticas que expressam graus de sentimentos (*ibidem*:346/347):

45. (a) "My god you are *such* a fool." (reforço de um acto "negativo")
(b) "You are *a bit of* a fool *you know*." (atenuação de um acto "negativo")
(c) "Really you are *amazingly* pretty." (reforço de um acto "positivo")
(d) "You are *a kind of* pretty *in a way*." (atenuação de um acto "positivo")

Finalmente, na categoria dos actos *Comissivos*, a modificação envolve o uso de meios linguísticos associados à manifestação da intenção do falante de fazer algo (*ibidem*:347):

46. (a) "I *solemnly promise* I won't be late home today. "



(b) "I guess I'll probably ring you later."

Por último, darei conta da proposta apresentada por Blum-Kulka.

3.6. S. Blum-Kulka (1992)

3.6.1. Outro contributo importante na delimitação do âmbito da Modificação Ilocutória é o de Blum-Kulka. No seu artigo que versa a metapragmática dos actos comunicativos na sociedade israelita (Blum-Kulka, 1992), a autora aponta duas dimensões básicas que assinalam a cortesia dos actos comunicativos: (1) "choice of strategy at a particular level of directness" e (2) "internal and external modification" (*ibidem*:266). A primeira dimensão, no dizer da linguista, "relates to choice of form and illocutions" ao passo que a segunda "represents types of mitigation independent of choice of strategy (...)" (*ibidem:idem*). É esta segunda dimensão que me interessa particularmente devido ao facto de introduzir a distinção entre *Modificação Interna* e *Modificação Externa*.

Devo, antes de mais, anotar que Blum-Kulka aplica o conceito de "mitigação" à cortesia linguística, o que me parece incoerente, porque como é possível atenuar atitudes corteses se a mitigação, tal como a cortesia, se caracteriza como um "lubrificante social" (Watts, R., 1992:137) usado para enfraquecer o grau de coercibilidade de um acto comunicativo ameaçador?

De facto, para a autora, a mitigação é constituída por estratégias (não) linguísticas que servem para modificar não o acto ilocutório, mas sim atitudes corteses. A linguista é, pois, da opinião que a estratégia de mitigação "encompasses the repertoire of verbal and non-verbal means available for modifying polite attitudes." (*ibidem*:266).

3.6.2. Os dois tipos de modificação propostos - interna e externa -, diferem, na perspectiva de Blum-Kulka, em quatro pontos essenciais:

- (i) meios (linguísticos e não linguísticos) utilizados;
- (ii) orientação para uma "cortesia positiva" vs "cortesia negativa";
- (iii) atitudes associadas a cada tipo de modificação;
- (iv) funções interaccionais.

Todavia, uma vez que o meu objectivo é o de estudar a modificação de actos de discurso (e não a "modificação de atitudes corteses"), considerarei apenas o ponto (i) na delimitação dos dois tipos de modificação e tentarei aplicá-lo ao domínio que me interessa.

Caracterizarei, assim, no seu essencial, as noções de *modificação interna/nuclear* e de *modificação externa/periférica* e articulá-las-ei com a função ilocutória e a função interactiva, associadas, respectivamente, ao "*Head Act*" e aos "*Supportive Moves*"³¹ (*ibidem*), expressões que traduzirei pelos termos *Acto Principal/Director* e *Acto Subordinado/Adjunto/Auxiliar*.

3.6.2.1. Segundo a autora, a designação de "*Modificação Interna*" deve-se fundamentalmente ao facto de esta actuar "on the strategy proper, or the Head Act (...)" (*ibidem*:266/267). Já a designação de "*Modificação Externa*" está associada a determinado tipo de proposições que actuam "externamente" - i.e., na periferia do acto - "as a supportive move to the strategy proper." (*ibidem*:267). É esta também a posição de Kasper (Kasper, 1990), que, num estudo sobre esta matéria, e citando Færch e Kasper (1989), escreve: "(...) internal and external modification operate independently, *internal modifiers being mandatory, external modifiers optional choices in the examined request context*."³² (Kasper, 1990:200).

Com respeito aos meios linguísticos utilizados e de acordo com a díade acto principal / acto subordinado, os dispositivos usados na modificação interna, localizando-se no núcleo do acto principal, incluem, por isso, componentes sintácticos (perguntas e afirmações "tag"), lexicais ("hedges", expressões de carinho,

³¹ Ver ainda 3.3.1.1. (House e Kasper, 1981)

³² sublinhado por mim.

diminutivos,...) e frásicos ("consultatives" e "understaters"³³) (*ibidem*: 267). Por outro lado, os mecanismos de modificação externa, dado que se situam na periferia do acto principal, são constituídos por sequências discursivas subordinadas de teor justificativo-explicativo ou coordenadas, como confirmação, infirmação, acrescento,... Há ainda os preliminares, os pré-preliminares³⁴ e outro tipo de formulações que sirvam de suporte à ilocução principal. Gostaria de acrescentar que os preliminares, também designados de “*preparators*” por House e Kasper (House e Kasper, 1981), obtêm relevância no estudo das sequências discursivas como segmentos que preparam, sustentam e garantem o sucesso do acto em curso.

3.6.2.2. Os dois tipos de modificação ocupam, no fim de contas, níveis de textualização distintos: a modificação interna efectua-se a nível do acto Director (Acto Ilocutório); já a modificação externa actua a nível do acto Adjunto.

3.6.3. Ora, se a modificação externa não pertence ao domínio dos actos ilocutórios, em que medida modifica a sua força comunicativa? Apesar de não se situar a nível do acto Director, a introdução de actos subordinados consiste, afinal, numa estratégia de credibilização que serve não só para validar e conferir legitimidade e pertinência ao acto principal, mas também para preparar o ouvinte para a indicação ilocutória afecta àquele. Esses actos são, assim, necessários para, como referem House e Kasper (House e Kasper, 1981:182), “(...) to carefully prepare the ground for their speech act in order to avoid conflict.”. Assim, a ausência de qualquer tipo de modificador ilocutivo situado internamente não significa necessariamente que a modificação não se efectue. Pelo contrário, na *Segunda Parte* desta dissertação, ilustrarei que a qualificação de actos de discurso, em português, se opera por três vias possíveis: (1) apenas internamente; (2) apenas externamente; e, por último, (3) interna e externamente.

³³ Kasper e House (1981) incluíram os “consultatives” e os “understaters” na categoria dos “downgraders”.

³⁴ Os pré-preliminares, denominados de “pre pre” por Roulet (Roulet et alii, 1985:87), indiciam antecipadamente a função ilocutória do acto enunciado pelo falante.

3.6.3.1. O processo de modificação externa, contendo acréscimos linguísticos ou informações acessórias - “modifiers optional choices”, no dizer de Færch e Kasper (Færch e Kasper, 1989) - com funções interactivas diversificadas, está igualmente relacionado com o esforço verbal - ou “volubility” - investido pelo locutor na realização do acto, como também o afirma Blum-Kulka (Blum-Kulka,1992): “(...) notions of external modification by way of justifications, explanations and grounders are related to the notion of volubility: politeness in certain circumstances is directly linked to quantity of verbal effort invested in performing the speech act.” (*ibidem*:269).

A “volubilidade”, ligada ao investimento verbal do falante, parece, pois, ser uma consequência resultante do uso de estratégias linguísticas que assinalam a modificação externa.

3.7. A concluir

É este o enquadramento teórico em que se insere o meu interesse pelo estudo da *Modificação de Actos de Discurso*. Até aqui, pretendi basicamente, traçando um percurso cronológico, resenhar e explorar propostas de abordagem da modificação ou qualificação de actos e perspectivar o desenvolvimento da reflexão neste domínio.

Ao longo da investigação que empreendi sobre este assunto, a necessidade de compreender melhor e de diferenciar tipos de modificação, as suas formas e funções fundamentais de que se pode revestir tornou-se uma preocupação central, que constituiu a base do meu trabalho. Assim, após a apresentação das propostas disponíveis sobre “*Modificação de Actos Ilocutórios*”, farei, de seguida, um balanço crítico das principais linhas de investigação nessa área.

4. Balanço Crítico.

4.1. Começo por mencionar que a modificação ou qualificação de actos de discurso deve estar em conformidade com as pressuposições activadas pela instância da enunciação num tempo, espaço e contexto conversacional específicos, no qual se inscrevem e interagem factores diversificados, tais como a relação entre os interactantes, a tomada de compromisso do locutor, expressa numa escala de intensidade, quanto à validade ou grau de consecução do estado de coisas representado na proposição, a intenção comunicativa do falante ao enunciar o acto, o seu estado psicológico,... Estas pressuposições correspondem às condições preparatórias de Searle, i.e., ao estado de coisas que o locutor supõe actual ao realizar o acto num tempo e num contexto situacional particulares.

As condições preparatórias de qualquer acto especificam as suposições do falante sobre a realização da acção, no que concerne ao grau de verdade atribuído à informação descrita no conteúdo proposicional - significado epistémico -, ou às expectativas e atitudes do falante para com o seu interlocutor - significado afectivo³⁵.

4.1.1. Parece-me, pois, legítimo insistir no facto de os marcadores, que veiculam uma atitude modal genuína, funcionarem como operadores lógico-modais, pois representam um julgamento epistémico da instância da enunciação e, por isso, uma vez que o seu valor está logicamente implicado no enunciado, não servirem o propósito comunicativo de transmitir informações de natureza pragmático-contextual, ao contrário do que

³⁵ Há, como disse, dois tipos de pressuposições que determinam modificações a nível ou do conteúdo proposicional ou da força ilocutória do acto em curso. A atitude do enunciador deve, por isso, ser interpretada de acordo com estas variantes.

O primeiro subtipo supõe a factualidade e a validade do estado de coisas descrito na proposição: as pressuposições sobre o valor de verdade da informação indicada no conteúdo proposicional têm de ser verdadeiras no mundo de referência para que esse conteúdo também o seja. Este primeiro subtipo incide, portanto, sobre a atitude do locutor quanto ao valor de verdade do enunciado - atitude modal.

O segundo subtipo de condições envolve as suposições do enunciador no que concerne ao grau de intensidade do seu estado psicológico e à natureza da sua relação com o outro interveniente, entre outras. Este segundo subtipo de pressuposições incide sobre a atitude do falante para com o ouvinte - atitude afectiva/emotiva.

Interessa salientar, mais uma vez, que a *atitude modal genuína* e a *atitude afectiva/emotiva* do falante incidem, respectivamente, sobre o *conteúdo proposicional* e a *força ilocutória*.

ocorre nos enunciados que comunicam significado modal convencional / estratégico ou significado afectivo puro³⁶.

4.2. Importa também notar que a força ilocutória pode ser estrategicamente “desviada”, i.e., (+) / (-) enfraquecida ou (+) / (-) intensificada de maneira a que o falante possa atingir determinados objectivos comunicativos pré-estabelecidos.

O que acontece é que o locutor, mediante um balanço calculado e cuidadoso das necessidades do ouvinte, tem a possibilidade de as negociar na interacção conversacional num esforço de diminuir a distância social e aumentar a solidariedade para com este. O falante regula, pois, a sua interacção de maneira a atender em especial às necessidades de (1) respeitar o seu interlocutor nos seus direitos de independência, privacidade e decisão (respeitar a sua *face negativa*) e de (2) ser solidário com os seus sentimentos, desejos, opiniões (neste caso, respeitar a sua *face positiva*³⁷). Para atingir este objectivo, o enunciador pode seleccionar entre os meios linguísticos disponíveis os marcadores de reforço ou de atenuação que considera mais apropriados à consecução dos seus objectivos.

Se, por outro lado, o sujeito falante não atender (aparentemente, em alguns casos) às necessidades (1) e (2) do ouvinte, contribui, com este procedimento, para diminuir a solidariedade e, simultaneamente, aumentar a distância entre eles.

O que importa, entretanto, reter é que o uso de atenuadores e de intensificadores resulta quase sempre de uma escolha estratégica do locutor. Por isso, os enunciados que contêm esses dispositivos são formulações linguísticas, nas quais vazam os objectivos ilocutórios do sujeito enunciador, e possuem uma força comunicativa adequada à situação em curso.

³⁶ Ao contrário da modalidade epistémica, que marca o modo como o locutor avalia o valor de verdade da proposição, na modalidade emotiva, dado que assinala as suposições e expectativas do falante para com o ouvinte, a modificação localiza-se a nível da força ilocutória do acto linguístico (e não da proposição).

³⁷ Para mais informação sobre a questão das faces (*face positiva* e *face negativa*), ver Brown e Levinson 1978 e os pontos 4.5.1. e 4.5.1.1., contidos neste balanço crítico.

4.2.1. Seria errado diferenciar as modalidades de “atenuação” e de “reforço”, tomando como critério o seu contributo na relação interpessoal em termos de aumento ou diminuição da distância social ou da solidariedade entre eles. Recorrendo a qualquer uma destas modalidades, o sujeito falante pode produzir precisamente o mesmo efeito sobre o seu interlocutor. Esta posição havia já sido defendida por Holmes (Holmes, 1984)³⁸.

4.3. Para uma melhor compreensão deste tipo específico de modificação (ou qualificação), que pertence ao domínio da *Pragmática Ilocutória*, julgo interessante e oportuno compará-la com a qualificação que ocorre nos planos morfológico e, em particular, no sintáctico-semântico³⁹.

Colocando lado a lado estes dois níveis - Plano Pragmático e Plano Sintáctico-Semântico -, encontrei algumas semelhanças:

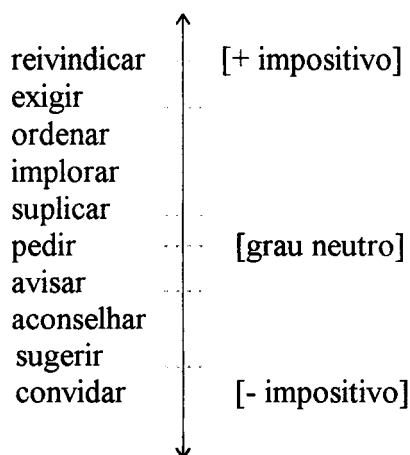
<i>Qualificação de Actos Ilocutórios - Plano Pragmático</i>	<i>Qualificação no Plano Sintáctico-semântico</i>
(a) a qualificação é assinalada por marcadores de atenuação e de reforço;	(a') a qualificação é marcada pelos “adjectivos qualificativos” (e alguns advérbios);
(b) a qualificação pode incidir sobre as propriedades intrínsecas dos actos ilocutórios;	(b') os adjectivos qualificativos denotam qualidades ou propriedades inerentes aos seres ou objectos (qualificados);
(c) a qualificação de actos ilocutórios admite graus de intensidade:	(c') os adjectivos admitem gradação. Há dois tipos de expressão de grau:
(i) a qualificação manifesta-se sob a	(i') o grau é expresso por um advérbio

³⁸ Ver 3.5.2.2..

³⁹ Ao plano morfológico, pertencem os sufixos e prefixos usados na formação de aumentativos e de diminutivos; no plano sintáctico-semântico, integram-se os adjectivos (i') que serão analisados no quadro.

forma de uma escala gradativa que compreende valores positivos (de reforço), um valor neutro e valores negativos (de atenuação);

(ii) soluções léxicas de reforço e de atenuação: verbos ilocutórios que dentro de um mesmo tipo estabelecem uma escala:



que modifica o adjectivo, formando o grau comparativo e o superlativo; a ausência de advérbio marca o grau positivo;

(i'') o grau pode também ser afixado aos substantivos e aos adjectivos, modificando os significados das bases a que se agregam⁴⁰. Neste caso, a expressão da categoria de grau compreende valores negativos (tais como diminuição, negação, privação), valores positivos (de intensificação, de aumento, de superlativização) e um grau neutro⁴¹;

Nota: a modificação de um adjectivo por meio de um advérbio ou a de um substantivo por meio desse adjectivo ((i')) é encarada por Rio-Torto (Rio-Torto, 1987) como uma estrutura analítica que pode ter equivalência a nível das formulações sintéticas ((i'')).

(ii') adjectivos irregulares de (i') que têm incorporada a indicação de grau:

- bom - melhor - ótimo
- mau - pior - péssimo
- pequeno - menor - mínimo
- grande - maior - máximo

- os adjectivos (i'') têm afixada a indicação de grau: por exemplo, os sufixos *-inho/-zinho/-ito* são monemas de grau que exercem a função de modificadores diminutivos; *-ão/-íssimo* são monemas de grau que exercem a função de intensificadores.

⁴⁰ Eis algumas estruturas sufixais disponíveis em português para veicular a intensidade de grau: *-íssimo*, *-ilimo*, *-errimo* / *-inho* / *-ão*, *-aço* / *-ote* / *-ete*. Registam-se também estruturas prefixais, a saber: *arqui-* / *extra-* / *hiper-* / *sobre-* / *super-* / *supra-* / *ultra-* (Rio-Torto, 1987).

Estes monemas de intensidade funcionam como modificadores de adjectivos e de substantivos.

⁴¹ Para ulterior informação sobre a expressão da intensidade em português e o valor dos diminutivos, ver respectivamente Rio-Torto (Rio-Torto, 1987) e Pedro (Pedro, 1993)

(d) tem-se uma relação de qualificação de um acto sempre que os operadores de atenuação e de reforço modificarem interna ou externamente o acto ilocutório (ver <i>Primeira Parte</i>, capítulo II, pontos 3.6. e segs.); se a modificação for externa, os marcadores constituem formas adicionais com funções interactivas que suportam esse acto. Logo, os modificadores intervêm interna ou externamente; (e) trata-se de um processo de modificação do valor pragmático comunicativo do acto ilocutório.	(d') tem-se uma relação de qualificação de um substantivo sempre que o adjectivo estiver directamente ligado ao substantivo que qualifica ou especifica; se o modificador for o advérbio, sempre que este estiver ligado ao adjectivo que qualifica; (e') a situação apresentada em (i') opera uma modificação sintáctico-semântica que se traduz pela qualificação de classes morfológicas, uma vez que o grau é expresso por elementos especificamente denotativos que veiculam um significado igualmente denotativo; na situação (i''), trata-se de um processo de modificação de natureza pragmático-comunicativa, que se traduz pelo emprego de meios linguísticos por meio dos quais o sujeito da enunciação manifesta a sua subjectividade. Este segundo tipo de expressão de grau está, pois, ao serviço da modificação pragmática, sendo um dos mecanismos linguísticos aí utilizados.
--	---

Quadro II: Comparação de dois planos distintos de qualificação: pragmático e sintáctico-semântico.

Ao elaborar este quadro tive de consultar algumas gramáticas⁴² e verifiquei, em todas elas, que a componente da pragmática era praticamente colocada à parte. Um utilizador mais atento e interessado em tomar conhecimento, por exemplo, dos factores intervenientes da projecção em discurso da expressão de grau ((i'')) ou do seu valor na interacção, teria muitas dificuldades em adquirir este tipo de informação pelo facto de a componente ligada à Pragmática não estar devidamente contemplada na nossa gramática.

⁴² Mauger (1968), Cuesta (1971), Figueiredo (1985), Cunha (1986), Goosse (1988) e Vilela (1995).

A verdade é que, no que concerne à variação de grau, sempre que um locutor possa escolher entre uma estrutura analítica ((i')) (enunciado 47. (c)) e uma estrutura sintética ((i'')) (como, por exemplo, 47. (a), (b), (d) e (e)), a opção por uma forma condensada é motivada sobretudo pelo valor expressivo-emotivo que esta veicula. Com este procedimento, o falante projecta no discurso marcas explícitas da sua subjectividade. Em nenhuma das gramáticas que consultei obtive esta “simples” reposta e parece-me que esta diferença entre as estruturas sintética e analítica merecia estar registada.

Comparemos, assim, a expressão do grau de intensidade em 47. (a), (b), (c), (d) e (e):

47. (a) Tu és *espertinho*, mas não consegues atingir a positiva...
- (b) Ela é *bonitinha*... Mas não sei se conseguirá passar na entrevista.
- (c) Não consegui perceber bem o filme, porque estava à minha frente um homem *muito alto e bastante forte* que não me deixou ver nada...
- (d) És um *grosseirão*... Na escola nunca te ensinaram a ter maneiras?...
- (e) Por mais *valentão* que queiras parecer parecer, tu não consegues...
Comoves-te sempre com isto... És sempre o mesmo *sentimentalão*...

Em 47. (a), o uso do diminutivo serve para expressar familiaridade, carinho e informalidade do locutor para com o seu interlocutor. Neste caso, o diminutivo satisfaz, portanto, as necessidades de face positiva do interlocutor (ver 4.5.1.). Em (b), o sufixo afectivo *-inho* agregado a um adjectivo de conotação positiva provoca uma atenuação do seu significado semântico, acrescentando um valor pragmático de compaixão, condescendência e, até mesmo, de aceitação.

Nos enunciados (d) e (e), o monema de intensificação *-ão* pode ser parafraseado por “*muito*” ou “*bastante*”. Para além da função de quantificador, esse sufixo também veicula conteúdos avaliativos quer favoráveis ((e)) quer desfavoráveis ((d)), assumindo-se, por isso, como um modificador qualitativo.

Daí que, em (e), os vocábulos “valente” e “sentimental” acrescidos de *-ão* sejam portadores de semas apreciativos, dado que as significações emanadas desse lexema-base são de natureza eufémica. Em (d), pelo contrário, o sufixo *-ão* agregado ao

lexema “grosseiro”, além de intensificar uma propriedade já por si disfémica, veicula significações depreciativas.

No enunciado (c), o locutor não transmite qualquer juízo valorativo: limita-se a comentar o tamanho e o peso (em proporções superiores às normais) de um indivíduo que o impediram de ver o filme. O sujeito falante não deixa, contudo, de transparecer algum aborrecimento ou incómodo por esse facto.

4.3.1. Nos exemplos assinalados em 47., o emprego de diminutivos e de aumentativos indica que, o locutor mais do que comunicar ideias ou reflexões, pretende acima de tudo exprimir de modo espontâneo e sincero o que sente, o que o impressiona e o que o comove - quer seja um impulso positivo como carinho, desejo, ternura, prazer,..., quer seja negativo como ofensa, troça, desprezo,... Trata-se, em ambos os casos, de expressões espontâneas de emoções como forma de, por um lado, envolvimento pessoal e interesse ou, por outro, de manifesto desinteresse pelo outro interlocutor.

Na expressão sufixal dos graus de intensidade, a dimensão intersubjectiva sobrepõe-se, pois, à rigidez e à precisão dos significados de natureza denotativa. Por este motivo, a modificação do lexema-base activa sentidos contextuais e pragmáticos, servindo, por isso, como um dos meios linguísticos disponíveis para modificar a força ilocutória do acto que integram. Há, portanto, a interpenetração de dois domínios distintos, em que a modificação de um elemento do conteúdo proposicional afecta a força ilocutória do acto de discurso. Vejamos, em 4.3.1.1., o que ocorre com a projecção em discurso do sufixo *-inho*.

4.3.1.1. O dimensionamento operado pelo monema de intensidade *-inho* não é absoluto (como nas estruturas analíticas), mas sim relativo, uma vez que é portador de semas quantitativos e/ou qualitativos que variam de acordo com a subjectividade dos falantes. Assim sendo, os sentidos quantitativos decorrentes da modificação por meio deste sufixo podem ser parafraseados, na opinião de Rio-Torto (1987: 105), por “um pouco”, “um tanto”, “consideravelmete”, “bastante” ou “completamente”. A autora

comprova este facto, tomando como exemplos alguns adjektivos e respectivas paráfrases (*ibidem*: 106):

“cheiinho = bem, bastante, completamente cheio.”

“fresquinha = consideravelmente, bastante, um tanto fresca.”

“bonitinho = um pouco, um tanto bonito; menos bonito que o grau máximo, mas ainda assim consideravelmente bonito.”

“baixinho = um pouco baixo; mais baixo que o normal; bastante baixo.”

“sujinho = um pouco, um tanto, razoavelmente sujo; mais sujo que o admissível.”

O sufixo *-inho* é, portanto, considerado como um modificador em que coexistem valores de intensidade que oscilam entre a atenuação e a intensificação linguística - significado quantitativo - e significações subjectivas / valorativas (favoráveis ou desfavoráveis) - significados qualitativos. É justamente devido a esta indefinição na escala de valores que as formulações sintéticas funcionam, a meu ver, como “hedges”⁴³. Sendo este um dos meios linguísticos disponíveis para modificar a força ilocutória dos actos de discurso, a modificação operada por *-inho* (e também por outros monemas sufixais que exprimem graus de intensidade) projecta-se não só a nível lexical, mas também pragmático.

As significações atenuadoras e intensificadoras veiculadas pelos lexemas modificados cristalizam, portanto, uma diversidade de conotações para cada acto ilocutório.

4.3.1.2. Devido à forte carga conotativa de que são portadoras, as formas sintéticas constituem um meio de modificar o acto ilocutório através da alteração de uma estrutura léxica.

Aqui retomo e desenvolvo a posição defendida por Holmes (Holmes, 1984) na sua descrição e exemplificação do funcionamento dos atenuadores e dos intensificadores quando aplicados em actos positiva e negativamente avaliados (ver 3.5.2.2.). Nos exemplos apresentados pela autora (39.(a) e (b)/40.(a) e (b)/41.(a) e (b)/42.(a) e (b)), constatamos claramente que a modificação de um elemento da proposição afecta a força ilocutória⁴⁴. Daqui resulta uma alteração na qualidade da relação interpessoal: a

⁴³ Ver 3.3.1., alínea 4. e 3.5.2.2..

⁴⁴ Ver 3.5.2.2..

enunciação do acto tem um impacto *positivo*, *neutro* ou *negativo* sobre o outro interveniente de acordo com o grau de coercibilidade desse acto, quer se trate de reforço quer de mitigação.

4.4. Acrescento que na determinação do grau de coercibilidade do acto, em termos dos seus efeitos sobre o ouvinte, está implícita uma escala que nos permite também clarificar a natureza das relações entre falante e ouvinte. Entendo ainda que estas escalas têm um papel fundamental na determinação da força ilocutória do acto em curso.

4.4.1. Neste domínio, será conveniente retomar e desenvolver a concepção teórica de Leech (1983:123), nomeadamente o conjunto de escalas que integram o conceito de "*tacto*"⁴⁵ por ele proposto. Articularei tal conceito com as condições de satisfação de Searle (ver *anotação 3.*), pois entendo que cada uma dessas escalas constitui um desdobramento e uma continuação de, pelo menos, uma destas condições. São elas:

(i) *Escala de custo/benefício* - esta escala é um prolongamento da condição essencial, pois especifica o custo ou o benefício que o acto ilocutivo representa para os falantes, no que concerne ao tipo de obrigações que recaem sobre cada um deles;

(ii) *Escala de opção* - esta escala continua também a condição essencial de Searle, uma vez que indica uma concessão por parte do falante de facultar ao ouvinte a possibilidade de escolher o modo de realização do acto ilocutivo;

(iii) *Escala de autoridade* - esta escala combina as condições preparatórias com as de sinceridade, pois representa o direito / obrigação relativa do locutor de impor o seu objectivo ilocutório ao outro participante;

⁴⁵ Através desta estratégia, o locutor pretende minimizar os custos para o alocutário e concomitantemente maximizar os seus benefícios.

(iv) *Escala de distância social (vs intimidade)* - esta escala é uma continuação da anterior, uma vez que indica o grau de solidariedade / familiariedade vs poder / autoridade entre falante e ouvinte;

(v) *Escala de direcção* - esta escala combina as três condições referidas acima: a recepção do acto pelo ouvinte e o consequente reconhecimento da intenção comunicativa do seu enunciador pode ser imediato ou mediato, dependendo do tipo de realização do acto ilocutivo - acto directo ou indirecto, respectivamente.

4.4.1.1. Impõe-se, neste momento, interpretar as diferentes combinações destas escalas de modo a determinar uma hierarquia de imposição e, por conseguinte, de *seriedade* (i.e., de coercibilidade e de ameaça) do acto, o que pressupõe relações específicas entre os interactantes.

4.4.1.1.1. Na minha opinião, um acto de discurso é tanto mais ameaçador da face do ouvinte quanto mais negativo for o seu impacto sobre este.

Entendo também que quanto mais elevados forem os factores [*opção*] e [*benefício*] para os participantes, mais atenuado é o acto comunicativo em questão. Assim, um acto ilocutivo é tanto mais atenuado quanto mais indirecta for a formulação da mensagem expressa no conteúdo proposicional e mais o falante, devido ao facto de se encontrar, em princípio, numa posição de relativa igualdade, conceder ao ouvinte, pelo menos convencionalmente, a possibilidade de escolher o modo de realização do acto.

Em consequência, os benefícios sobre o falante tendem a ser maximizados, enquanto que os custos sobre o ouvinte minimizados; a distância social entre os interactantes decrescerá proporcionalmente. Um acto é mais ameaçador e ofensivo para o ouvinte (i.e., envolve um elevado grau de risco para a sua face) se (1) puser em risco a sua liberdade de acção ou os seus sentimentos, interesses e necessidades, (2) o falante tiver

mais autoridade e (3) os interactantes estiverem socialmente mais distantes - neste tipo de interacções, há um grau de escolha mais reduzido para o ouvinte.

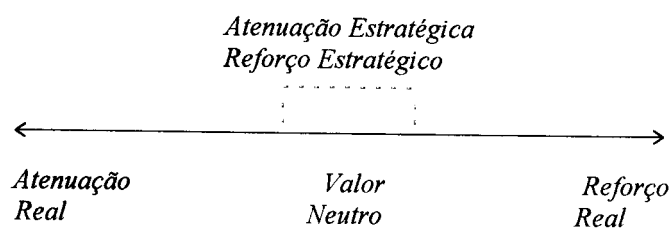
4.4.1.2. Apoando-me nos factores [*intencional*] vs [*não-intencional*] e [*convencional*] vs [*real*], inerentes a cada uma das escalas, tentarei alargar o conceito de "atenuação" (e de "reforço") para além daquilo que os linguistas o têm entendido. Proponho, assim, uma distinção entre *atenuação estratégica* (intencional, convencional) e *atenuação real* (não estratégica). Ao passo que a primeira, fazendo parte de uma manobra táctica do falante, depende das situações discursivas concretas, em particular do desejo do locutor de respeitar os direitos de privacidade, deferência e liberdade de território do outro participante (i.e., a necessidade de manter a face negativa do ouvinte)⁴⁶, já a segunda está associada a comportamentos e acções específicas do falante, que, por uma questão de amizade, consideração ou simpatia pelas opiniões, necessidades, comportamentos, atitudes e sentimentos do ouvinte (i.e., respeito pela sua face positiva), utiliza esta estratégia sem quaisquer propósitos de influenciar o seu interlocutor. Por outro lado, a *atenuação real* representa a expressão linguística de um determinado comportamento social e, ao contrário do que se verifica na *atenuação estratégica*, actua independentemente do objectivo sociocomunicativo que o sujeito falante pretende atingir.

4.4.1.2.1. Esta distinção entre *atenuação estratégica* e *atenuação real* retoma, em parte, e desenvolve a díade *cortesia convencional* vs *cortesia real*, respectivamente, proposta por Lakoff (Lakoff, 1977). Inversamente, com respeito à modalidade do reforço, é também possível diferenciar *reforço estratégico* de *reforço real* com base nos aspectos pertinentes anteriormente aplicados à atenuação.

Gostaria ainda de salientar que, devido à sua natureza convencional, as modalidades de atenuação estratégica e de reforço estratégico como que se interpenetram, já que, ao mitigar um certo enunciado através do recurso a determinadas manobras tácticas, o locutor está, no fim de contas, também a reforçá-lo (ver *Segunda Parte*, Capítulo II,

⁴⁶ Ver mais abaixo o ponto 4.5.1..

pontos 1.2. e segs.). A relação entre subtipos de modificação pode ser esquematizada como segue:



Esquema 2: Relação entre diferentes subtipos de modificação.

A descrição da cortesia feita por Lakoff apoia, como afirmei, as distinções que proponho no esquema 2. Lembro, por isso, esta passagem⁴⁷ do texto da autora (Lakoff, 1977:90): “We find many linguistic manifestations of hesitancy, some genuinely expressing uncertainty (that is, not used as politeness devices at all); some used as *true politeness devices*, but only conventionally expressing uncertainty (the speaker knows what he wants, but sincerely does not wish to force the addressee into a decision); and some used as *conventional politeness* (the speaker knows what he wants, knows he has the right to expect it from the addressee, and the addressee knows it, too).”⁴⁸

4.5. A “cortesia” é uma constante vertente da mitigação defendida por Lakoff (Lakoff, 1980), House e Kasper (House e Kasper, 1981) e Blum-Kulka (Blum-Kulka, 1992).

No seu artigo sobre os “marcadores de cortesia” em inglês e alemão, House e Kasper, ao proporem uma distinção entre dois tipos de marcadores de modalidade, fazem explicitamente uma articulação entre as estratégias de “mitigação” e de “reforço” e a atitude (não) cortês do enunciador. Os indicadores de cortesia tratados nesse artigo servem igualmente a modificação de actos ilocutórios, porque reflectem a

⁴⁷ Nesta passagem, a autora analisa a segunda das três regras de cortesia por ela propostas, regra essa designada de “hesitancy” (“permit addressee to decid his own options”, 1977:89).

⁴⁸ sublinhado por mim.

subjectividade do sujeito no enunciado, a sua intenção comunicativa e a atitude que assume para com o outro interlocutor.

Também Blum-Kulka (*ibidem*), no estudo que fez sobre esta matéria, faz essa ligação (ver 3.6.1.), ao apontar a mitigação - subdividida em dois tipos (“modificação externa” e “modificação interna”) - como um dos meios de assinalar a cortesia. A este propósito, lembro uma passagem do seu artigo (*ibidem*: 266): ⁴⁹“(…) mitigation can index politeness regardless of levels of directness.”

Fraser (*ibidem*) não identifica atenuação com cortesia, pois na opinião do linguista aquela envolve a redução de efeitos negativos, ao passo que esta depende da actuação apropriada do falante num determinado contexto, no que concerne aos direitos e obrigações que recaem sobre ele naquele momento. Contudo, o autor reconhece que os dois mecanismos podem co-ocorrer num mesmo enunciado e exemplifica, apresentando a seguinte situação (*ibidem*:344): “Consider the situation in which I am the moderator at a small seminar and you are one of the participants. If I say, ‘I’d appreciate it if you would sit down’, I have mitigated the force of my request and done it politely as well. If, however, I say, ‘Sit down and shut up’, I have done neither. If I say, ‘Please sit down’, I have requested in a relatively polite but relatively unmitigated way.”.

O autor conclui que a mitigação ocorre apenas quando o falante assume uma atitude cortês; a cortesia, pelo contrário, nem sempre está ligada à atenuação.

4.5.1. Atendendo à articulação entre comportamento cortês e as modalidades de atenuação (e de reforço), posso afirmar que o objectivo sociocomunicativo perseguido pelo sujeito falante ao modificar a força ilocutória de cada acto é, por vezes, o de preservar o território do seu interlocutor da ameaça de invasão (i.e., os seus direitos de privacidade, independência e de não imposição) - ligado à estratégia de cortesia negativa -, e mostrar (ou não) solidariedade pelos seus sentimentos, opiniões e necessidades - associado ao dispositivo de cortesia positiva. Com este procedimento, o

⁴⁹ Ver os “downgraders” e os “upgraders”, pontos 3.3., 3.3.1. e 3.3.2..

sujeito enunciador pretende promover positivamente a sua imagem junto do alocutário, salvaguardando-a, deste modo, da ameaça de afectação.

Para atingir tal objectivo, o locutor serve-se de mecanismos variados - como, por exemplo, a indirectão, procedimentos de modificação / qualificação de actos (por atenuação e por reforço), formas de tratamento, e outros mecanismos anteriormente referenciados - que favorecem diversas manobras estratégicas, em que a cortesia / delicadeza se potencia como o propósito central do locutor.

O trabalho exercido sobre a actividade discursiva deve, portanto, atender, no dizer de Fonseca, às “conexões entre, de um lado, as acções discursivas e, de outro, a gestão das ameaças à face (do locutor e do alocutário) que o exercício verbal envolve e que o marcam, e ainda o ‘código de boas maneiras’ que nesse exercício intervém, e que igualmente o marca.” (Fonseca, 1994b: 119)

4.6. Dado que a produção de qualquer acto de discurso impõe obrigações aos intervenientes na comunicação, o locutor pode atenuar ou reforçar essas exigências conversacionais. A modificação cumpre, assim, uma função interactiva de reduzir ou intensificar esse estado de obrigações, contribuindo para minimizar ou neutralizar a ameaça constituída pelo acto para as faces dos interlocutores ou, pelo contrário, reforçar essa ameaça, respectivamente. Assim, referindo-se à modalidade de atenuação Meyer-Herman afirma (1984:187) que "(...) uma das muitas funções interactivas da atenuação consiste numa profilaxia contra sanções na comunicação (...)." .

De facto, os marcadores servem para atenuar situações de conflito, modificando os ataques à face do interlocutor e assegurando a protecção do território de cada interveniente. É justamente esta *flexibilidade profiláctica* (Watts, 1992:141) da atenuação que permite aos intervenientes reajustar e adaptar interactivamente os enunciados às situações. Os marcadores de intensificação, pelo contrário, reafirmam e asseveram a posição de força do locutor, nomeadamente a sua relação de poder sobre o alocutário.

Relembro que, contra o que seria de supor, a diferenciação entre as modalidades de reforço e de atenuação não deve ter em conta as suas consequências (negativas ou positivas) na qualidade da relação entre os interlocutores (ver 4.2. e 4.2.1.), mas antes a

sua incidência a nível da intensidade da força ilocutória do acto de discurso, realizado num contexto situacional específico. Dado que o valor de quantificação é condicionado pela sobreposição de valores qualitativos e/ou pragmáticos emanados do sujeito da enunciação, só o contexto permite clarificar em que sentido se orienta a modificação do acto enunciado.

4.7. A modificação inscreve-se em dois subtipos: *Modificação Interna ou Nuclear* vs *Modificação Externa ou Periférica*. Aqui, confirmo mais uma vez a perspectiva delineada em Blum-Kulka e as anotações contidas em 3.6. e seguintes.

4.7.1. Modificar a força ilocutória de um acto linguístico equivale a alterar a situação interlocutiva dos participantes, as suas disposições afectivas e a relação do locutor com o mundo. Os actos de discurso baseiam-se, pois, nesta interacção entre os dois intervenientes: o locutor expressa a sua intenção por meio da proposição; essa intenção deverá, em princípio, ser reconhecida pelo ouvinte; esse reconhecimento provocará um efeito/reacção particular naquele, que levará à aceitação ou recusa do programa de acção intentado pelo locutor.

A consideração destes aspectos da actividade verbal conduziu a uma extensão da teoria tradicional do ilocutório: os actos ilocutórios deixaram de ser vistos isoladamente, na sua configuração interna, e o exercício verbal passou a ser encarado como o resultado de um cálculo (antecipado) tanto das reacções previsíveis por parte do ouvinte face às dimensões accionadas pelo acto quanto das reacções igualmente previsíveis do locutor face às atitudes que a sua acção linguística produzirá junto do alocutário. Tratando-se de um procedimento de cariz antecipatório, nele se recortam não só cálculos sobre o desenrolar da acção, mas também estratégias de acção apropriadas à consecução dos objectivos informativo-comunicativos perseguidos pelo locutor, o que conduz à projecção em discurso de tácticas/manobras discursivas em que se manifestam claramente as contínuas negociações entre falante e ouvinte. O discurso aparece, assim, enformado por uma orientação accional-argumentativa.

4.7.1.1. Esse alargamento da teoria tradicional do ilocutório passa ainda pela consideração das articulações sequenciais (precedentes e subseqüentes) que no discurso se dão entre os diferentes actos e também pela consideração do tipo de relações que se estabelecem entre o acto dominante e os actos adjuntos. Parece-me que, entre os diversos autores que abordaram a modificação de actos de discurso, apenas House e Kasper, Holmes e Blum-Kulka adoptaram uma perspectiva mais alargada na abordagem deste assunto, tendo-se todos os outros restringido ao nível frásico, como podemos constatar no quadro III (página 72).

Ora, como podemos observar no quadro, a caracterização do discurso em articulações sequenciais havia já sido feita por House e Kasper (1981) e por Blum-Kulka (1992). Os primeiros acrescentaram à lista dos doze “*downgraders*” as proposições-suporte ou proposições adjuntas (“*supportive moves*”⁵⁰) que servem para apoiar o acto director (ver 3.3.1.1.). Para Blum-Kulka, esses níveis sequenciais - acto director (“*Head Act*”) e actos adjuntos (“*Supportive Moves*”) - serviram para balizar o domínio da modificação de actos, tendo esta sido situada interna e externamente.

Também Holmes (1984) inclui na sua lista de dispositivos utilizados na atenuação e no reforço os *dispositivos discursivos*, que apontam, como é óbvio, para o desenvolvimento das sequências discursivas.

4.7.1.2. Não obstante os aspectos divergentes que os opõem, todos os autores são da opinião que, se aos intervenientes na interacção lhes é facultada a possibilidade de escolherem entre diversos marcadores formais (de reforço e de mitigação) alternativos, então essa escolha poderá reflectir uma decisão estratégica por parte desses sujeitos. Este processo de tomada de decisão por parte dos falantes - quanto à escolha de uma formulação linguística capaz de fazer comunicar os sentidos pragmáticos pretendidos - integra-se no seu programa de acção.

⁵⁰ Relembro que as proposições-suporte são de três tipos: “steers”, “grounders” e “preparators” (ver alíneas 1), 2) e 3) do ponto 3.3.1.1..

Modificação de Actos Ilocutórios	Factores intervenientes na projecção em discurso de <i>Modificação de Actos Ilocutórios</i>							Dispositivos (não) linguísticos utilizados	
	Qualificação por <i>Mitigação</i>				Qualificação por <i>Reforço</i>			Atenuação	Reforço
	<i>Cortesia</i>	<i>Expressão de sentimentos (positivos ou negativos)</i>	<i>Atitude Modal vs Atitude Afectiva</i>	<i>Atenuação de efeitos ilocutórios (positivos; negativos)</i>	<i>Expressão de sentimentos e atitudes (positivos e negativos)</i>	<i>Atitude modal vs Atitude afectiva</i>	<i>Intensificação dos efeitos ilocutórios</i>		
Perspectiva Frásica - - Função Ilocutória	- Lakoff (1980) - House e Kasper (1981) - Holmes (1984)	- Fraser (1980) - Meyer-Herman (1984)	 - Holmes (1984)	- Lakoff (1980) - Fraser (1980) - Holmes (1984) - Meyer-Herman (1984)	- Fraser (1980) - Holmes (1984)	 - Holmes (1984)	- Lakoff (1980)	-hedges frásicos / verbos parentéticos / “ (‘minus’) committer” / verbos modais; -hedges lexicais; -perguntas “tag”, -substituição de actos de discurso; -indirecção; -processo de “immediacy”, - “disclaimers”, - “downgraders”, -tempos verbais; -fenómeno de hesitação; -metacomunicação; -dispositivos prosódicos, sintácticos e lexicais.	-verbos performativos; -intensificadores lexicais; - “upgraders”, -dispositivos prosódicos, sintácticos e lexicais;
Perspectiva Transfrásica- - Função Ilocutória e Interactiva	- House e Kasper (1981) - Blum-Kulka (1992)	- Holmes (1984)			- Holmes (1984)			- “supportive moves”: (i) “steers”, (ii) “grounders”, (iii) “preparators”. -dispositivos discursivos; - “volubility”, - “downgraders”.	-dispositivos discursivos; - “volubility”, - “upgraders”.

Quadro III - Perspectiva adoptada pelos autores analisados na abordagem da modificação de actos de discurso

As consequências pragmáticas decorrentes do uso de configurações (não) linguísticas - com formas e funções pragmáticas específicas - pelos interlocutores no decorrer da conversação foram já expostas na resenha dos artigos e serão convenientemente ilustradas e comentadas na *Segunda Parte* deste trabalho.

SEGUNDA

PARTE

Capítulo I - Introdução

Nesta *Segunda Parte* do meu trabalho, de natureza descritivo-explicativa, ocupar-me-ei particularmente da análise de um “*corpus*” de produções discursivas, extraído de textos dramáticos e de textos narrativos⁵¹, em situação interaccional / interactiva.

Nesses textos, procurei aqueles excertos, sobretudo os diálogos entre as personagens, em que se imitava um registo familiar de língua e trabalhei os segmentos seleccionados como se se tratasse de documentos recolhidos directamente do linguajar despretensioso do dia-a-dia. Por isso, escolhi para analisar algumas obras de Aquilino Ribeiro, Alves Redol, José Gomes Ferreira, Miguel Torga e Bernardo Santareno, pelos traços oralizantes de estilo que os caracterizam e que aproximam a linguagem por eles utilizada nos textos das formas usadas, quotidiana e anonimamente, no discurso não vigiado das nossas trocas reais.

O ideal desta dissertação seria confrontar o meu “*corpus*” literário com alguns “pedacinhos” das nossas conversas quotidianas. Contudo, dado que o tempo urge e o espaço de que disponho também é pouco, deixo desde já uma proposta de um trabalho futuro para quem se venha a interessar pelo estudo desta matéria.

0.1. Pela análise do “*corpus*” que recolhi, foi-me possível estabelecer uma hierarquia dos actos mais recorrentes em Português. Julgo, entretanto, importante mencionar que, nessa recolha, considerei apenas três tipos de actos - Actos Directivos, Actos Assertivos e Actos Comissivos - por me parecerem os mais usuais e fornecerem, por isso, uma maior diversidade de material de pesquisa. Fiz a recolha e o tratamento dos Actos Comissivos, embora, por uma questão de espaço, os tenha abandonado quase

⁵¹ Como textos dramáticos, tomei um conjunto de peças de Bernardo Santareno que constituem o primeiro ciclo da sua obra dramática: “A Promessa”, “O Bailarino”, “A Excomungada” (1957), “O Luge” e “O Crime de Aldeia Velha” (1959). Estas peças estão reunidas no primeiro volume (2ª edição) das *Obras Completas* de Bernardo Santareno, Lisboa, Editorial Caminho, 1984.

Em relação aos textos narrativos, ver *Bibliografia* (*Fontes do ‘corpus’*).

por completo. E digo “quase”, porque no capítulo dedicado aos directivos, terei oportunidade de os tratar com um certo pormenor⁵².

Com base na estatística que efectuei, e cujos resultados não discutirei aqui por uma questão de economia, os actos que aparecem mais insistentemente são os Directivos, seguindo-se os Assertivos e registando-se uma menor percentagem de Comissivos. Convém, no entanto, observar que, apesar de estes últimos não ocorrerem no discurso com muita frequência, podem funcionar como mecanismos de reforço e de atenuação dos actos directivos, pois, em alguns exemplos de directivos que recolhi, o locutor usa esse tipo de actos para exprimir uma dessas modalidades. Também registei enunciados em que sucede o inverso, i.e., actos directivos a funcionarem como marcadores de intensificação e de mitigação de actos comissivos.

Das duas modalidades - atenuação / mitigação e intensificação / reforço - utilizadas na modificação de actos de discurso, os intensificadores são os mais usados.

Gostaria, contudo, de anotar que alguns casos de reforço vêm na sequência de actos de reformulação / retoma - por expansão ou condensação - ou de tentativas falhadas de intervenções iniciativas anteriores, em que o locutor, após a sua intervenção, obteve como resposta por parte do alocutário uma recusa - explícita ou implícita - do seu quadro de desenvolvimento discursivo⁵³. Essa recusa pode manifestar-se interactivamente como discordância, negação, não ratificação ou incredulidade em relação à viabilidade do estado de coisas que preenche o conteúdo proposicional do enunciado, não aceitação ou rejeição de qualquer tipo de serviço, informação ou bem fornecidos pelo locutor, recusa em executar uma acção a mando ou a pedido deste,...

⁵² Cfr. a explicação que acompanha os exemplos de (16) a (24).

⁵³ Este quadro atende ao conteúdo proposicional do enunciado, ao objectivo ilocutório pretendido pelo locutor, entre outros aspectos, como escreve Fonseca (Fonseca, 1994b:123) a propósito da intervenção iniciativa e reactiva: “(...) com uma intervenção iniciativa, o locutor impõe ao alocutário um quadro específico para o desenvolvimento do discurso - e este desenvolvimento atenderá ao conteúdo proposicional actualizado, ao objectivo ou objectivos accionais perseguidos e às condições de execução desse complexo comunicativo. Este quadro é - excepto em caso de recusa explícita e imediata - para ser respeitado pelo alocutário, ainda que tal passe por intervenções que problematizem, infirmem ou meramente procurem esclarecer alguma ou algumas daquelas variáveis.”

Em relação aos recursos linguísticos disponíveis em português para veicular as modalidades de mitigação e de reforço, estes serão distribuídos por dois grupos: (1) *Modificação Interna* ou *Nuclear*, caso essa qualificação se situe a nível do Acto Ilocutório Principal; e (2) *Modificação Externa* ou *Periférica*, caso se localize a nível dos Acto(s) Ilocutório(s) Subordinado(s) / Auxiliare(s) / Adjunto(s).

Julgo ainda conveniente mencionar que, na exploração do “*corpus*”, apesar de me limitar à forma escrita dos enunciados, apresentarei um breve apontamento relativo ao dispositivo oral se este constituir um factor crucial na determinação do tipo de modalidade utilizada na modificação do acto de discurso executado.

0.2. Recortados que ficaram, na *Primeira Parte* (Capítulo II), com suficiente nitidez, os dispositivos linguísticos utilizados na qualificação dos actos ilocutórios, os tipos de modificação e alguns factores intervenientes na projecção em discurso da modificação de actos, passarei, de seguida, nesta *Segunda Parte* do meu trabalho, à descrição e caracterização desses mecanismos, tentando captar os diversos matizes de valor pragmático associados a cada possibilidade de emprego. Procurarei ainda - mas apenas em alguns casos - indagar em que medida a escolha de uma estratégia específica - de mitigação ou de reforço - influencia o modo de realização dos enunciados reactivos, i.e., orientam (ou não) a resposta / reacção do alocutário.

0.2.1. A concepção interactiva do discurso convoca a consideração de algumas etapas interaccionais ligadas ao desenrolar de cada acto. Essas etapas compreendem três fases: *compreensão* ou *interpretação*, *admissão* e *disposição*⁵⁴.

A compreensão/interpretação consiste no reconhecimento ajustado por parte do alocutário da intenção comunicativa-informativa do locutor. Esta fase é antecipada pelo sujeito falante e, como sublinha Fonseca (Fonseca, 1994b.:124), “esta imagem que o locutor antecipadamente faz da interpretação desejada do seu enunciado entra decisivamente na

⁵⁴ Para uma breve mas incisiva apresentação destas etapas, ver Fonseca (Fonseca, 1994b.:124-127).

determinação da sua própria actividade enunciativa (...). É, justamente, na base deste procedimento (de cariz antecipatório) que o locutor selecciona as estratégias de acção mais apropriadas à consecução do seu propósito comunicativo-informativo e calcula o desenrolar da actividade verbal.

Após ter reconhecido e compreendido a intervenção iniciativa do locutor, o alocutário intervém reactivamente, adoptando uma atitude participativa básica - é a fase de admissão do acto. Esta participação activa matiza-se, por vezes, de uma dimensão avaliativa atinente à viabilidade ou à verdade do estado de coisas que preenchem o conteúdo proposicional do acto em questão.

A aceitação ou recusa por parte do alocutário do programa de acção do locutor constitui a última etapa interaccional - etapa de disposição.

Logo, sendo o discurso encarado como o resultado de cálculos sobre o desenrolar da actividade linguística, onde se desenham estratégias de acção apropriadas⁵⁵, o conhecimento do funcionamento de um acto engloba o saber acerca das consequências interactivas accionadas aquando da sua actualização. Este procedimento antecipatório designa-se de *programação das acções conversacionais* (Fonseca, 1994b:118).

A análise das articulações entre as diversas sequências que compõem o discurso leva ainda à distinção entre tipos de intervenções e tipos de actos.

De facto, na cadeia discursiva, cada acto articula-se com a sequência precedente ou subsequente como intervenção iniciativa ou reactiva, obtendo um papel específico que o configura como acto ilocutório director / principal ou acto ilocutório adjunto / auxiliar / subordinado (ou coordenado). O primeiro impõe uma orientação ilocutória à sequência discursiva. Já o segundo explicita as ligações cotextuais entre os actos que compõem o discurso e estabelece, simultaneamente, com as sequências precedente ou subsequente relações hierárquicas de subordinação (justificação, explicação,...) ou de coordenação (acrescento, confirmação,...).

⁵⁵ Sobre o contributo da interacção na teoria do ilocutório e na análise linguística, Fonseca escreve (1994b:120): “No domínio da teoria e da análise linguísticas, o que a consideração da interacção particularmente traz de novo é, sem dúvida, a ideia fundamental de que a actividade discursiva é uma actividade partilhada e co-gerida pelo locutor e alocutário, revelando-se deste modo o discurso como co-construção.”

Na sua tipologia das relações entre os actos em sequência, Fonseca (Fonseca, 1994b.: 113) observa que a relação de justificação / explicação é a predominante, seguindo-se depois outros tipos de relações, como “expansão / elaboração, no sentido quer da generalização quer da especialização; adição e repetição; exemplificação / ilustração; comentário (de variada natureza); planificação e anúncio; conclusão; concordância / discordância; reformulação (de diversos subtipos); objecção / refutação (igualmente de diversos subtipos).” (*ibidem:idem*). Para além destas relações, o autor refere ainda as conexões específicas dos pares adjacentes, como “ratificação / não ratificação, aceitação / não-aceitação (ou rejeição, recusa)” (*ibidem:117*), correspondendo esta dupla possibilidade de respostas à intervenção reactiva do alocutário⁵⁶.

Na descrição do *corpus* que seleccionarei, contemplarei *apenas alguns* dos movimentos organizativos que percorrem o discurso ao nível microestrutural, i.e., da articulação de algumas sequências de actos, e o enformam como um todo consistente e coerente. E sublinho “apenas alguns”, porque seria um objectivo demasiado ambicioso da minha parte descrever conjuntamente as modalidades de atenuação e de reforço utilizadas nas intervenções iniciativas e correspondentes intervenções reactivas. Limitar-me-ei, por isso, a analisar os meios usados nas intervenções iniciativas, não deixando, contudo, de dar a devida importância, sempre que necessário, a algumas intervenções reactivas. Também por esse motivo, na apresentação dos exemplos, nem sempre me parecerá oportuno integrar cada acção linguística na respectiva sequência discursiva, uma vez que a minha preocupação central não é, como escrevi, a de indagar em que medida o modo como a intervenção iniciativa do locutor determina a intervenção reactiva do alocutário.

0.3. Importa, entretanto, mencionar que, na descrição dos exemplos, não juntarei muitas referências a aspectos que julgo já ter desenvolvido suficientemente ao longo da *Primeira Parte*, pois as observações e comentários aí avançados permitem que se

⁵⁶ Um *par adjacente* é “tipicamente formado”, como escreve Fonseca (1994b.: 116), “por enunciados justapostos, correspondendo o primeiro à intervenção iniciativa de um locutor (L1), e o segundo à intervenção reactiva do alocutário (L2); o primeiro enunciado exerce sobre o segundo um controlo ilocutório-semântico, constituindo o conjunto alternado de intervenções um esquema / padrão de interlocução.”.

articule sem grande dificuldade os diversos domínios de incidência da modificação de actos de discurso.

Anoto ainda que, por uma questão de metodologia e para facilitar a “leitura” dos exemplos, designarei os sujeitos intervenientes na conversação de A, B, C,..., sendo o falante A o responsável pela intervenção iniciativa. O acto ilocutório director / principal e respectiva reformulação, caso esta se verifique, aparecerão destacados em itálico e o acto subordinado em caracteres acentuadamente mais fortes (negrita).

Por último, interessa referir que os excertos que serão apresentados não constituem a totalidade do meu *corpus*, uma vez que, por uma questão de economia, seleccionei apenas os exemplos que me pareceram mais elucidativos.

Na minha análise descritivo-explicativa, começarei, pois, por tratar os Actos Directivos (capítulo II) dada a sua maior recorrência no meu *corpus* e passarei, depois, aos Actos Assertivos (capítulo III).

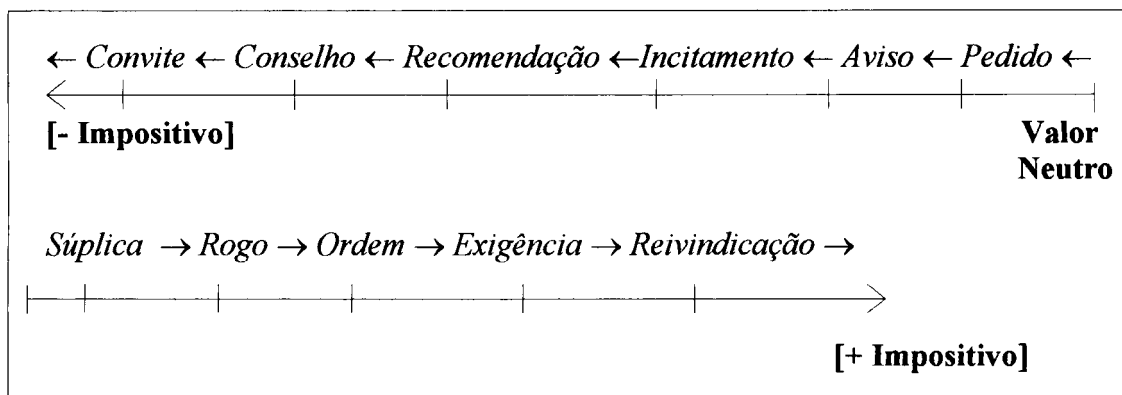
Capítulo II - Actos Directivos

0. Introdução

Os actos directivos veiculam uma tentativa por parte do falante de levar o seu interlocutor a fazer algo - o estado psicológico experimentado pelo falante é, pois, o desejo. Tal estado psicológico é comunicado por convenção pragmática na actualização de qualquer directivo qualquer que seja a sua realização. Estes actos comportam, assim, uma dimensão jussiva: “não se trata de uma mera expressão de desejo”, como opina Fonseca (Fonseca, 1993b:157), “mas sim de uma instrução dirigida ao Aloc em ordem à satisfação do desejo do locutor.”.

O estado de coisas capturado no conteúdo proposicional do enunciado descreve uma situação ainda não consumada, que se perspectiva, portanto, numa orientação temporal presente → futuro, sendo que tal enunciado adquire, de acordo com o quadro enunciativo estabelecido, valores ilocutórios específicos.

Os valores (ou forças) ilocutórios ou comunicativos projectados na actualização desses enunciados inscrevem-se em dois subgrupos: directivos impositivos e directivos não impositivos. Assim, esses valores podem ser:



Esquema 3: Valores Ilocutórios accionados pelos Actos Directivos

Na actualização de qualquer um destes actos, projectam-se ainda situações enunciativas bem marcadas. Os directivos impositivos caracterizam-se por uma situação interactiva assimétrica, i.e., por uma distribuição desigual dos lugares enunciativos: o alocutário posiciona-se tipicamente num lugar baixo e o locutor coloca-se num lugar elevado, lugar esse que lhe permite formular instruções directivas impositivas de ‘ordem’, ‘exigência’ e ‘reivindicação’. Estes enunciados típicos exigem um efectivo controlo por parte do falante sobre o ouvinte. Tal não acontece no acto de ‘súplica’ e de ‘rogo’, em que, pelo contrário, o locutor fala, na maior parte dos casos, de um lugar mais baixo. É interessante que estes actos resultam do reforço de um acto de pedido ou de conselho, de natureza não impositiva, actos esses marcados, em princípio, por situações interactivas de domínio do alocutário sobre o locutor.

Apesar da diferença entre, por um lado, os actos de “ordem → exigência → reinvidicação” e, por outro, os de “súplica → rogo”, o que existe de comum entre eles reside no facto de todos ocorrerem tipicamente em situações de interacção desigual, em que apenas um dos interlocutores detém, naquele momento, o poder. A inserção dos actos de “rogo” e de “súplica” nos directivos impositivos pode parecer algo polémica, mas o que acontece é que tais actos não são mais do que pedidos insistentes, em que a modalidade utilizada é, sem dúvida, o reforço. Ora, para intensificar um acto de pedido, o locutor só precisa de acumular, no mesmo enunciado, vários dispositivos de mitigação. É, justamente, esta acumulação que acaba por provocar o reforço do acto, o que, em termos do raciocínio lógico-matemático, é o efeito mais legítimo⁵⁷.

No que respeita aos directivos não impositivos, o facto de o locutor ocupar, na generalidade dos casos, um lugar enunciativo igual ou mais baixo, não significa que este possua correlativamente um ‘status’ hierárquico igual ou inferior ao do seu interlocutor. Isto porque, em algumas situações, o falante, hierarquicamente superior ao ouvinte, coloca-se estrategicamente num lugar enunciativo mais baixo. Esta

⁵⁷ Ver *Primeira Parte*, ponto 4.3. e segs. e também a anotação 30.

tentativa de minimizar ou camuflar / iludir a distância enunciativa que separa os interlocutores faz parte de uma “táctica discursiva”⁵⁸ do sujeito falante para ver satisfeita a sua pretensão. Isto significa que o falante, como sublinha Fonseca (1993b.:159), “aceitou, de algum modo, rever a distribuição dos *lugares* enunciativos: de um *lugar* elevado - correspondente a uma real situação social preexistente ao discurso ou a uma situação efectiva criada no e pelo discurso por força das convenções pragmáticas que neste se originam - o Loc passa a um *lugar* mais baixo, pois que, para garantir viabilidade acrescida de eficácia ou sucesso na sua enunciação, se vê ‘forçado’ a negociar com o Aloc (...). Correlativamente, o Aloc vê-se guindado a um lugar relativamente elevado (...).” Posto isto, mesmo que o falante seja superior ao ouvinte, a sua produção discursiva nem sempre indicia o controlo daquele sobre este. Tal situação envolve também um trabalho de figuração: o locutor cuida de salvaguardar a sua face positiva da ameaça de afectação ao mesmo tempo que o alocutário vê a sua face negativa igualmente salvaguardada da ameaça de invasão⁵⁹.

Assim, a modificação ou qualificação de um acto de discurso por intensificação só está legitimamente disponível em situações interactivas de efectivo domínio do locutor sobre o alocutário ou vice-versa (cfr. actos de *súplica* e de *rogo*). Naquelas situações em que há uma clara “cedência” do falante perante o ouvinte (i.e., em que aquele aceita negociar os lugares enunciativos) ou aquele se posiciona num lugar inferior ao deste, a modalidade correntemente utilizada é a atenuação.

Importa, entretanto, lembrar que a qualificação de actos directivos serve para reforçar ou atenuar um valor comunicativo - afecto ao acto principal -, que já está marcado ou, por vezes, activar outras dimensões ilocutórias, conferindo, assim, diversos matizes de natureza pragmática a esse valor original.

⁵⁸ ver Fonseca, 1993b.:161

⁵⁹ Sobre este assunto, ver 4.5. e 4.5.1., Capítulo II, *Primeira Parte*.

1.1. Mecanismos de Reforço Utilizados

São raras as intervenções que contêm apenas um acto ilocutório. Por isso, o estudo isolado dos marcadores de qualificação que operam apenas a nível interno torna-se muito difícil, já que cada sequência discursiva compreende habitualmente dois ou mais actos ilocutórios organizados de acordo com uma hierarquia funcional-ilocutória, em que o(s) acto(s) subordinados auxiliam o acto principal, modificando-o, i.e., reforçando e atenuando um valor comunicativo já marcado a nível interno e/ou activando outras dimensões ilocutórias. Logo, a modificação do acto ilocutório principal dá-se, na sua generalidade, aos níveis interno e externo.

1.1.1. Modificação Interna

Começarei pelos meios linguísticos que estão ao serviço da modificação interna ou nuclear. Tais marcadores situam-se justamente a nível do acto ilocutório principal.

É claro que, neste primeiro grupo de exemplos, a sequência discursiva que preenche a intervenção inicitiva de A contém apenas o acto ilocutório principal. Vejamos, assim, (1)⁶⁰:

(1)

A1 - *Dê-mo cá...*

B - Hem?

A2 - *Dê-mo cá... Depressa, homem!"*

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:142

Em (1), o reforço da instrução directiva contida na intervenção A1 é assinalado interactivamente em A2. Como marcadores de intensificação, aponto a reformulação

⁶⁰ Os exemplos que fazem parte do meu *corpus* serão numerados a partir do número (1) e aparecerão dentro de parêntesis curvo para se distinguirem dos exemplos incluídos na *Primeira Parte* (Capítulo II) deste trabalho.

ou retoma por repetição da instrução inicial - correspondente a um acto ilocutório com função interactiva de repetição -, o advérbio de reforço⁶¹ (Haverkate,1979:82) *depressa* e o vocativo *homem*. Através do uso destes mecanismos, A ordena a B que execute sem demoras a acção que lhe é requerida. É, pois, uma situação tipicamente interactiva aquela em que se projecta a modalidade de reforço presente em (1).

Anoto, entretanto, que, apesar de os falantes ocuparem um lugar enunciativo muito próximo, acontece que, por força das convenções pragmáticas ligadas ao uso dos mecanismos atrás referenciados, o locutor A posiciona-se num lugar mais elevado, correspondente, como diz Fonseca (Fonseca,1993b.:159), não a uma real posição social, mas sim a “uma situação efectiva criada no e pelo discurso (...)”.

O facto de, em (1), a modalidade do reforço ser expressa interactivamente, em A2, não exclui de modo algum a possibilidade de esta modalidade ser também utilizada numa intervenção imediata do falante. Tal uso indicia que a formulação neutra do acto directivo, contida na intervenção A1, não surtiu o efeito desejado. Por isso, o recurso a uma instrução forte serve para evitar que o ouvinte adopte um comportamento / atitude contrário/a às expectativas do falante, como podemos verificar em (2) e (3):

(2)

“A (...): *Bota aqui mais uma pinga, rapariga...*

B (...): Pronto...”

A Promessa, Santareno, B:44

(3)

“A (...) *Feche já a porta, tio Salvador. (Este executa) Ajuda aqui, Maria do Mar... assim... (...) Eh, rapaz!... Então?!... Anima-te, homem: estás salvo!... Cerra-me essa janela, Jesus...*”

ibidem:28

Os enunciados (2) e (3) contêm meios linguísticos convencionais de expressar a força ilocutória de ordem. São eles: o modo imperativo e o vocativo, já analisados em (1). Para além destes mecanismos, o advérbio *já*⁶² e o dativo ético “-me” (“cerra-

⁶¹ Para Haverkate (*ibidem:idem*), a categoria dos advérbios de reforço “consists of temporal adjuncts denoting immediate proximity”, exigindo uma reacção / resposta rápida por parte do ouvinte. Outros advérbios similares que cumprem a mesma função são *já, imediatamente, rápido,..., e agora*.

⁶² Ver a anotação anterior.

-me”), parafraseável por “eu insisto que...”⁶³, expressam linguisticamente a modalidade do reforço, servindo, por isso, para intensificar o valor comunicativo de ordem actualizado nas instruções imperativas.

Importa salientar que, em (3), a intervenção iniciativa é constituída por uma sequência de quatro instruções directivas. Cada instrução dirige-se a um alocutário distinto, possuidor de um “status” hierárquico ou igual ou superior ao do locutor A. Por conseguinte, a posição de força assumida pelo falante para com os seus interlocutores deve-se, respectivamente, ou a uma situação criada no discurso, tal como em (1), ou a uma real situação social.

O dativo ético constitui, como vimos, um operador de reforço. Tomemos outro exemplo:

(4)

“ A - *Vai, derrete-me essa sucata e não te incomodes com as lamentações desta avarenta.(...).*”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:63

O dativo ético juntamente com a forma verbal “*vai*”, no modo imperativo, equivalente a “imediatamente”, “já”, “sem demoras”,..., “depressa” - itens lexicais que, como referi, cristalizam noções relacionadas com *prontidão e rapidez* -, funcionam como qualificadores do acto de discurso, intensificando o valor comunicativo já agregado ao modo imperativo. Em (4), está, pois, presente uma dimensão jussiva a que corresponde uma força ilocutória de ordem.

Igual funcionamento do advérbio *já* está presente em (5):

(5)

“ A1 - *Pois tirem lá os machos para fora ... e já!*

B - *Tirar os machos! Isso é que não tiramos. A estalagem é de quem vem. Você é algum rei?...*

A2 - *Estas argolas, desde que me conheço, foram sempre as minhas. Percebe? Se percebe, homem, desate lá os machos, senão desato eu, e toco-lhos daqui para fora a toque de caixa!*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A:106

⁶³ Ver Vilela, 1986:30

Nas intervenções de A, a partícula modal (PM) “*lá*”, em frases de tipo imperativo, funciona como um co-indicador ilocutivo⁶⁴, servindo, entre outros factores (por exemplo, o contexto situacional) para reforçar o valor ilocutório de ordem do acto em curso.

Em A1, a PM evidencia a impaciência de A e a sua exigência pelo cumprimento rápido e sem demoras da acção pretendida, intenção expressa igualmente pelo advérbio “já”. Este último, para além de sublinhar a orientação directivo-impositiva do acto ilocutório, faz antever o anúncio de uma ameaça que poderá vir a ser enunciada caso a acção não seja executada imediatamente.

É ao sujeito B que o falante A se dirige, pelo que este fica imediatamente convocado a reagir / responder. Face a tal convocação, que activa, como é sabido, o dispositivo do revezar, B tem a “obrigação” conversacional de intervir.

Na sua intervenção, o sujeito B não se deixa intimidar pela demonstração de força manifestada por A nem pelas consequências que daí possam advir. Por isso, a réplica de B à ordem de A é veiculada por um acto de explícita e total rejeição dessa instrução imperativa, recusa essa sublinhada pelo segmento “*isso é que não tiramos*”, em que a partícula de realce (“*é que*”) acrescenta e põe em evidência uma dimensão de desafio. Tal repto marca a posição de força assumida pelo falante B e simultaneamente indicia que este não reconhece autoridade e legitimidade ao outro participante para formular a instrução directiva.

Este procedimento de B - rejeição / recusa forte da instrução directiva - irrita ainda mais A, o que o leva a reformular⁶⁵ o acto directivo, reforçando-o, desta vez, com um acto de justificação, seguido da pergunta “*tag*” (“*Percebe?*”) - intervenção A2. Por meio

⁶⁴ A PM *lá* pode funcionar como um operador quer de reforço quer de atenuação do valor comunicativo dos actos directivos. Através do seu emprego, o falante manifesta a sua intenção de actuar sobre o ouvinte, formulando um pedido, conselho, sugestão, aviso, recomendação, ordem, exigência,... e, simultaneamente, exprime a sua atitude para com o discurso.

Importa realçar que esta PM, tal como todas as outras, não determina a força ilocutória do enunciado. Por isso, Franco (1991:178), seguindo Wunderlich, diz que se deverá “prescindir da designação de indicadores ilocutivos para as PMs, embora seja certo que elas contribuem (...) para desambiguar o tipo ilocutivo expresso num modo gramatical indiferenciado ou ambíguo.”. As PMs funcionam, assim, como co-indicadores ilocutivos.

⁶⁵ Ao optar pela reformulação, o falante A retoma a sua instrução inicial e reforça-a através do anúncio de uma ameaça. Esta produção discursiva apresenta-se, pois, como uma intervenção reactiva de A ao discurso contrário de B.

destes mecanismos aquele torna bem claros os motivos que o levaram a formular a instrução directiva.

A modalidade de intensificação é igualmente assinalada pelo acto ilocutório de ameaça e pelo acto coordenado de acrescento (“(...) senão desato eu, e toco-lhos daqui para fora a toque de caixa!”). Este acto comissivo aplicado ao acto ilocutório principal acciona uma outra dimensão ilocutória que, por sua vez, projecta um valor comunicativo de aviso sério com uma nuance de intimidação e de desafio⁶⁶. Logo, como vimos, nesta segunda intervenção de A, encontra-se um acto de retoma, segundo a modalidade da reformulação parafrástica por expansão.

Convém, ainda, mencionar que a reformulação / retoma, contida em A2, sucede a uma intervenção directiva inicial em que o falante não obteve sucesso. Ora, tal reformulação indicia um “duplo conflito de vontades / disposições / interesses” (Fonseca, 1993b.:154) entre os interlocutores: A deseja que B tire os machos, mas este não está disposto a acatar o cumprimento de tal desejo; na sequência da intervenção de B, o locutor A constata a não disposição por parte daquele em tornar efectivo o estado de coisas representado no conteúdo proposicional da instrução directiva. É justamente esta resistência de B à consumação do desejo de A que legitima o acto de reformulação, acto esse reforçado pelo anúncio de uma ameaça. A enunciação do acto comissivo apresenta-se como um recurso do locutor para tentar modificar aquela vontade / disposição inicial do ouvinte. Anoto, ainda, que o acto de acrescento “e toco-lhos daqui para fora a toque de caixa!” torna ainda mais forte a dimensão de ameaça, projectando um valor comunicativo de intimidação.

O que importa, entretanto, reter é que, nesta intervenção, o território do “eu” (sujeito A) surge claramente distinto do de B, o qual aparece como um intruso e até mesmo como antagonista à satisfação da pretensão daquele.

⁶⁶ A sequência (5) comporta modificação interna e externa. Esta última é operada, como vimos, por meio do acto comissivo de ameaça. Importa, porém, mencionar que decidi tratar esta sequência, neste momento, devido sobretudo à diversidade de mecanismos de modificação interna aí registados, pelo que os meios que actuam na periferia do acto ilocutório principal não serão ainda devidamente explorados. Este exemplo será retomado e desenvolvido em (18).

Observe-se que, em (5), a modificação do acto directivo opera-se, na intervenção de A1, a nível interno (por meio do uso da PM numa frase de tipo imperativo e do advérbio “já”) e , na intervenção A2, uma vez que esta sequência é preenchida por dois actos de discurso - o acto ilocutório principal (reformulado) afecto a uma orientação directiva e o acto ilocutório auxiliar / subordinado que projecta um acto comissivo de ameaça -, tal modificação é efectuada por via externa, i.e., por influência do acto subordinado sobre o director.

Antes de tratar mais detalhadamente os mecanismos usados na modificação externa, farei ainda uma pequena incursão por algumas realizações da PM, em frases de tipo imperativo, com função de reforço. Assim, vejamos os exemplos:

(6)

“ A - *Abotoe lá o colete, camarada! (...) Abotoe-o que se lhe desabotoou. Está suado e pode apanhar uma pneumonia...*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:40

(7)

“ A - *Ó alma de cântaro, vê lá se te deixas cornudar como daquela que nós sabemos!*”

ibidem:26

(8)

“ A - *Dize lá, se [o anjo da guarda] é alguém a quem possa untar a pata, meu safado?*”

ibidem:76

Em (6), a atitude impaciente e desafiadora de A é expressa pela PM e pelo vocativo “*camarada*”, que intensificam o valor comunicativo de ordem contido no acto director.

Note-se, contudo, que o falante A formula também um acto ilocutório de suposta cortesia ao avançar uma justificação - acto justificativo subordinado - para a realização do acto. Por outras palavras, A justifica a ordem dada, argumentando que, como o colete do seu adversário se tinha desabotoado e estava suado, podia apanhar uma pneumonia. O falante A manifesta aparente preocupação pelo bem-estar do seu interlocutor e adverte-o. Logo, as dimensões justificativa (“que se lhe desabotoou.”) e explicativa (“Está suado e pode apanhar uma pneumonia...”), activadas nos actos

ilocutórios subordinados⁶⁷, influenciam o valor comunicativo do acto principal, fazendo com que este seja entendido não como uma ordem (tal como a PM e o vocativo assim o apontam), mas como um conselho.

No entanto, se integrarmos este excerto no seu respectivo contexto, constatamos que a verdadeira intenção do sujeito A é a de chamar a atenção do seu interlocutor para o facto de lhe ter arrancado os botões durante a luta, uma vez que parte do pressuposto que aquele não se apercebeu de nada. Fica, assim, anulada a relação causa-efeito, pois o adversário não tem botões para abotoar. Desta anulação resulta um efeito irónico. A atitude subjectiva de A (preocupação ‘aparente’) é invertida no sentido de realçar a esperteza e velhacaria desse falante. Logo, a ironia, em vez de atenuar a ameaça que o acto representa para a face do ouvinte, agrava essa ameaça, acrescentando à instrução directiva uma dimensão de desafio e crítica.

A ironia está, portanto, associada à modalidade de reforço e é uma estratégia utilizada frequentemente pelos indivíduos com a intenção de avaliar e julgar comportamentos e / ou atitudes, como também acontece em (7).

De facto, em (7), a PM precedida da forma verbal “vê” relativiza a força ilocutória da instrução directiva, produzindo um efeito comunicativo de pedido de atenção, parafraseável por “toma cuidado / presta atenção”. Contudo, parece-me pouco plausível que A, dirigindo-se ao seu interlocutor, deseje que este se deixe enganar pela esposa a não ser que tenha a intenção de ironicamente o censurar por se deixar trair pela esposa e, indirectamente, tencione recriminar o comportamento desta. A PM, nestas circunstâncias, reforça a intenção de censura manifestada por A, accionando simultaneamente uma dimensão ilocutória de aviso.

A insinuação irónica das palavras de A é sugerida não só pelo emprego de termos poucos polidos (“*cornudar*”) e com sentido depreciativo (“*ó alma de cântaro*”) e da referência “*como daquela que nós sabemos*”, que activa o pressuposto partilhado por

⁶⁷ Tal como em (5), a modificação também se situa interna e externamente, por força, respectivamente, do uso do modo imperativo, da PM e do vocativo, por um lado, e do recurso a uma sequência justificativa e explicativa, por outro. Justamente por esta sequência me permitir não só analisar o funcionamento da PM lá, mas também ilustrar em que medida a estratégia de ironia está ao serviço do reforço de actos ilocutórios, optei por a integrar neste momento do meu trabalho.

todos os presentes que a esposa lhe era infiel, mas também pela intenção de A de levar o seu interlocutor a interpretar (ironicamente) aquilo que diz como sendo contrário ao que é expresso literalmente.

Convém reter que a estratégia de “ironia” projecta tipicamente a inversão da polaridade do enunciado a que se agrega. Por isso, a interpretação não irónica de (7) seria, pois, não uma crítica / censura, mas um aviso / conselho:

(7')

“A - Bisagra, vê lá (toma cuidado) não te deixes enganar pela tua esposa.”

A negação do acto equivale, pois, a uma invalidação da dimensão de crítica / / censura, activada no enunciado irónico, permitindo a actualização de outros valores comunicativos - de aviso e de conselho.

Ora, apesar de (7') ser uma inversão de (7), quer o enunciado irónico quer a sua paráfrase não irónica servem, na minha opinião, o mesmo objectivo comunicativo, porque a intenção de A ao servir-se da ironia é a de criticar B, aconselhando-o ou de o avisar, censurando-o.

Note-se, porém, que se, em vez de (7) tivéssemos (7'), o enunciado perderia, por um lado, intensidade e o sabor oralizante típico de Aquilino Ribeiro e, por outro, anular-se-ia a sugestão de desprezo e indiferença veiculada pelo mecanismo de ironia.

Tratando-se, portanto, de um enunciado irónico, a modalidade utilizada por A para modificar a força ilocutória do acto directivo é, como escrevi, a intensificação.

É também a modalidade do reforço que está presente em (8). Aqui, a PM sugere a impaciência de B e a sua exigência por uma resposta rápida, associadas à tomada de uma posição de força pela intensificação do valor comunicativo do acto que executa. Na actualização de (8) está, portanto, presente uma dimensão jussiva a que corresponde uma força ilocutória de ordem com um matiz de intimidação, matiz esse expresso no vocativo “*meu safado*”.

Feita a incursão pelos dispositivos linguísticos de modificação interna abordarei, de seguida, os meios e mecanismos usados na modificação operada por via externa.

1.1.2. Modificação Externa.

Antes de iniciar o meu comentário aos dispositivos usados na modificação externa, julgo importante mencionar que, tal como vimos em (5) e (6), neste tipo específico de modificação, projectam-se dimensões ilocutórias diversificadas que, agregadas ao valor comunicativo afecto ao acto principal, intensificam ainda mais esse valor. Os mecanismos de qualificação externa veiculam, assim, uma instrução directiva ainda mais forte do que aquela que é efectuada internamente. É claro que, quer se trate de modificação interna quer externa, o reforço da instrução imperativa é feito por quem detém, na ocasião, o poder.

Vejamos, assim, a sequência (9):

(9)

“ B - (...) São seis horas... está quase a tocar para a missa (...) Zé! Levanta-te, Zé! Olha a missa! (...) Olha, pai, disto é que ele gosta: da igreja, dos círios, da opa encarnada e das ladainhas ... a isto é que o seu filho quer bem. Bem quer ele saber do mar!... Ora, o mar, o mar!... (...) Cá por mim, tenho-lhe raiva ... Maldito mar! Por causa dele é que eu...(...)”

A - *Cala-te, mulher, não te castigue Deus!*”

A Promessa, Santareno, B.:17

A intervenção do sujeito A contém um enunciado agressivo que funciona como censura do discurso e atitude de B.

Nesta intervenção, A repreende B por ter blasfemado contra o mar. Do ponto de vista ilocutório, ressalta o facto de se realizar uma sequência de dois actos distintos: o primeiro, o acto principal, possui uma força comunicativa de tipo jussivo, a qual é modificada pelo acto auxiliar. Este último contém uma dimensão de superstição que apela para o sentimento religioso de temor a Deus (“*não te castigue Deus!*”). O valor de forte repreensão agregado a esta sequência reforça o valor comunicativo de ordem

afecto ao acto ilocutório principal. Este comporta já uma dimensão injuntiva - i.e., orienta-se sobre B, interpelando-o directamente - por força do uso do modo imperativo e do vocativo. Trata-se, por isso, de uma modificação operada externamente.

Na recolha que efectuei, registei inúmeros exemplos em que a intensificação da força ilocutória do acto principal se faz por meio de uma sequência justificativa. Essa sequência realiza diversos valores comunicativos, sendo o de ameaça apenas um deles. É o que se verifica em (10):

(10)

“ A - *Ande cá, seu moço (...). Ande cá, ande, que me há-de pagar hoje uma pedrada que me deu.*

B - O Senhor vem errado (...). - Não o conheço ... nunca o vi mais gordo...”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:28

Na sequência em análise, a intervenção iniciativa é percorrida por uma dimensão de ameaça, agregada ao acto justificativo (“**que me há-de pagar hoje uma pedrada que me deu.**”), que, juntamente com a repetição da instrução directiva, localizada internamente, (“*ande*”), reforça o valor comunicativo de ordem do acto principal, conferindo-lhe, ao mesmo tempo, um matiz de desafio e intimidação. Por meio de tal enunciado, A conseguiu obter junto de B o efeito esperado, pois, intimidado com as palavras de A, aquele tenta encontrar uma solução que o liberte da suspeita que paira sobre ele e o livre da ameaça.

Sublinho que o acto de ameaça é tido como um elemento regulador de um comportamento a que B é constrangido e que tal constrangimento visa a adopção por parte deste do comportamento desejado pelo sujeito A.

Por vezes, a qualificação do acto ilocutório principal dá-se mesmo quando este não está presente⁶⁸. É o que se verifica em (11), em que o locutor B, ébrio e eufórico, põe-se a cantar no meio da rua com uma voz retumbante. Então o falante A diz:

(11)

“E, retumbante, a voz ébria alargava a noite negra dum rubro cantar.

⁶⁸ Trata-se da elipse - ausência do acto ilocutório principal.

A - *Ó alma do diabo, que te comprometes!*”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:235

Neste enunciado, só o contexto situacional, o conhecimento do mundo partilhado pelos interlocutores e o contexto discursivo permitem dar a entender a B a intenção comunicativa de A. O vocativo reforçado pela interjeição de chamamento (“*Ó alma do diabo*”), a elipse do acto ilocutório de ordem e o acto de justificação (“*que te comprometes*”), activado no segmento adjunto, servem para intensificar o valor comunicativo de ordem deste segmento, matizando-o com uma dimensão ilocutória de aviso.

Tal como já afirmei e, até mesmo, illustrei sumariamente acima, a qualificação operada a nível externo é habitualmente auxiliada pelos marcadores de reforço que actuam no núcleo do acto principal (i.e., internamente). Insisto mais uma vez sobre o facto de que são raros os casos em que a modificação do acto de discurso é efectuada apenas ou a nível interno ou externo, registando-se, em contrapartida inúmeras ocorrências de “*Modificação Interna + Modificação Externa*”. É este último tipo de modificação que tratarei de seguida.

1.1.3. Modificação Interna + Modificação Externa

Importa, antes de mais, lembrar que, nos exemplos que descreverei de seguida, são actualizados dois actos ilocutórios. Nesta sequência de dois actos de discurso, desenha-se uma hierarquia funcional-ilocutória, em que o acto ilocutório subordinado/auxiliar realiza funções ilocutórias de ameaça, desafio, censura, crítica, predição, previsão,..., e o acto principal, contendo a orientação ilocutória dominante de tipo jussivo, encerra o objectivo comunicativo perseguido pelo falante na produção do seu enunciado. Isto porque o acto director subordina todos os outros que lhe servem de “argumento” adicional, e estes, por sua vez, reforçam-no e moldam-no, em certa

medida, conferindo-lhe uma diversidade de matizes de valor pragmático, como aliás já vimos em alguns dos exemplos referenciados acima.

É curioso comparar estas sequências que comportam dois actos ilocutórios com o funcionamento, no plano sintáctico-semântico, das frases (ou “períodos”) compostas, constituídas por duas orações - a oração subordinante ou principal e a oração subordinada -, em que a “oração principal serve sempre de suporte a uma oração subordinada”⁶⁹. O facto de ter estabelecido este confronto não significa que o acto ilocutório principal coincida necessariamente com a oração principal e o acto auxiliar com a oração subordinada. Ao comparar o plano pragmático com o seu “equivalente” sintáctico-semântico, pretendi sobretudo ilustrar o funcionamento desses actos ilocutórios com base em construções a que estamos mais habituados e que dominamos melhor.

Tomemos, agora, o exemplo (12), em que a qualificação por reforço do valor comunicativo agregado ao acto principal resulta da dimensão ilocutória actualizada no acto subordinado e de elementos léxicos situados internamente:

(12)

“A - Rapaz, não me moas a paciência! Desaparece-me, **que não te deixo osso direito.**”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:90

Neste enunciado, o falante A adopta uma posição de força face a uma atitude / comportamento ou discurso de B. Esta posição é marcada pelo dativo ético (“Desaparece-me”) e pelo anúncio de uma ameaça, introduzida por um segmento justificativo (“**que não te deixo osso direito.**”), os quais intensificam a dimensão injuntiva afecta ao modo imperativo. Anoto que, por meio do anúncio da ameaça, A sublinha propositadamente a sua superioridade em relação a B. Assim, o dativo ético e o vocativo reforçam internamente o valor comunicativo do acto director, accionando uma dimensão ilocutória de ordem. Esse valor é intensificado ainda mais por meio da projecção, no acto subordinado, de um segmento justificativo que agrega um valor de

⁶⁹ Cfr. Cunha e Cintra, 1986: 591

ameaça, a qual matiza a ordem inicialmente formulada com uma dimensão ilocutória de intimidação.

De facto, no acto ilocutório subordinado, referencia-se um estado de coisas tido como uma consequência futura negativa da não acatância do contido no acto ilocutório principal. Por isso, o valor ilocutório aí accionado só pode ser o de ameaça, uma vez que esta exige um efectivo controlo de A sobre o seu interlocutor. Tal ameaça é enunciada como sendo uma consequência (negativa) da reacção - recusa - de B à instrução que lhe dirige A. O enunciado (12) pode, assim, ser parafraseado pela construção condicional (12'): '*Se não desapareceres já, não te deixo osso direito...*'.

Nestas situações típicas de interacção desigual, projectam-se habitualmente na ordem discursiva *doxas* ligadas a representações de “castigo / punição”, representações essas que, segundo Fonseca, constituem “fortes elementos reguladores de comportamentos/attitudes.” (Fonseca, 1993b.:154).

Associado às *doxas*, intervém igualmente no discurso, ainda segundo o autor (*ibidem:idem*), um princípio de “bom senso” ou de “racionalidade”, “segundo o qual é de admitir (...) que preferimos o bom / positivo ou (legitimamente) vantajoso (+) ao mau / negativo ou desvantajoso (-)”. Assim, B, perante a ameaça de A, vê-se constrangido a tomar uma decisão favorável⁷⁰, caso pretenda evitar qualquer tipo de conflito com ele.

Vejamos outro exemplo de interacção claramente desigual:

(13)

“ A - *Atira-lhe com as notas ao rosto e acabou-se, homem! A gente por ser pobre pode dar uma lição aos ricos.*

O sapateiro foi buscar quatrocentos e cinquenta escudos (...).”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:129

O carácter decidido e autoritário de A é sublinhado pelo emprego de uma frase imperativa e, principalmente, pelo segmento “*e acabou-se*” - introduzido pelo coordenador *e* com um valor conclusivo -, o qual pode ser parafraseado por “já está

⁷⁰ É claro que essa decisão favorável visa a satisfação pelo falante B da instrução que lhe dirige o falante A.

resolvido o problema e não se fala mais nele” / “acabou-se a discussão e não admito sugestões contrárias ao que já decidi”. Esse segmento marca a posição de força do locutor A, a quem cabe a última palavra na resolução do litígio.

No acto coordenado de acrescento (“A gente por ser pobre pode dar uma lição aos ricos.”), o sujeito A faz um comentário de teor explicativo sobre aquilo que está a recomendar e, ao mesmo tempo, justifica a atitude que subjaz ao acto.

Se um dos intervenientes não dispõe de poder formal para impor a sua exigência ao outro interactante, a reacção imediata deste é, na maior parte das situações, a recusa ou rejeição da orientação ilocutória daquele ou, então, uma atitude de inacção ou de indiferença, como em (14):

(14)

“ B - Ai, que a minha filha perde-se nesta casa! Ai, que matam aqui a minha rica filhinha!...

A - **Tenha vergonha, mulher:** *é mãe dela, meta-a na ordem!*

B - Cale-se para aí, vossemecê: por sua causa, é que tudo isto acontece à minha filha! Por sua causa, por sua única causa... Maldita promessa, maldito casamento, maldita família! (...)”.

A Promessa, Santareno, B.:24

Em (14), os sujeitos A e B possuem o mesmo “*status*” hierárquico.

O enunciado agressivo de A funciona simultaneamente como uma repreensão resoluta do comportamento de B e como uma exigência para que este, servindo-se da sua autoridade sobre C, aja sobre este último indivíduo. Por isso, o falante A invoca o argumento “*é mãe dela*” como razão / legitimação para B adoptar um comportamento / atitude sobre C. Logo, tal argumento serve para legitimar a sua própria ordem, o que também constitui um mecanismo de reforço. O acto de crítica projectado no comentário / observação de A (“**Tenha vergonha, mulher**”), quando aplicado à frase imperativa activa uma dimensão ilocutória de ordem autoritária. Os usos do modo imperativo e do vocativo, somados à dimensão de censura accionada nesse enunciado, intensificam a força ilocutória de ordem do acto principal.

O sujeito B intervém reactivamente manifestando a sua recusa à satisfação da instrução directiva de A e o seu total desagrado pela sua intervenção. Tal rejeição

envolve, simultaneamente, uma recusa do quadro enunciativo criado no discurso, em que B não reconhece a A qualquer autoridade e legitimidade para formular o enunciado directivo.

Interessa mencionar que essa recusa do quadro enunciativo ocasiona situações de conflito entre os interlocutores. Nestas situações, desenha-se habitualmente uma dimensão ilocutória de desafio, em que os interlocutores “se atizam” mutuamente, lançando reptos e impropérios numa tentativa de se assenhorearem do território do adversário.

A dimensão de desafio pode ainda ser activada por uma oração subordinada condicional, integrada numa construção do tipo “Se + Presente → Imperativo”, como em (15):

(15)

“ A - Se és homem, ó Malhadas, vem à feira de Lamas na quinzena...”

B - Pois não faltes, que eu não falto! Nem que o diabo dê estoiro...”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:81

Na intervenção iniciativa, na oração subordinada, coincidente com o acto subordinado, A indica uma condição necessária, capaz de garantir a execução eficaz da instrução directiva contida no acto principal. Tal condição projecta, como escrevi, uma dimensão de desafio, que, quando aplicada a uma situação virtual, activa um valor comunicativo próximo da intimidação.

Feito o desafio de modo tão arrogante e intimista, B, todo engrifado, aceita-o e responde-lhe “à altura”, renovando o repto já lançado pelo seu adversário e intensificando, deste modo, a sua resposta consonante.

Entre os dois actos ilocutórios que preenchem uma dada intervenção, pode ainda estabelecer-se um nexos correspondente à implicação recortada nos enunciados que comportam uma consequência. Tal consequência é, por um lado, *enunciada* como sendo dependente da reacção do ouvinte à instrução directiva descrita no acto principal e, por outro, *anunciada* como um elemento regulador do comportamento daquele.

De facto, em determinadas circunstâncias, no acto ilocutório subordinado, especificam-se estados de coisas vistos como consequências - positiva ou negativamente avaliadas - da satisfação ou não satisfação pelo ouvinte da instrução imperativa contida no acto principal.

Esse valor funcional de implicação é assinalado, entre outros dispositivos, pelo coordenador *e* (com um valor implicativo), que articula o acto subordinado ao principal. Trata-se de produções linguísticas já antes analisadas por Fonseca no seu artigo sobre a “Pragmática dos enunciados vazados nas sequências ‘*p!* e *q*’ e ‘*p!* ou *q*’”⁷¹, em que “*p*” corresponde ao acto ilocutório principal e “*q*” ao auxiliar. A estas sequências, acrescento ainda as combinatórias “*p!* senão *q*”((17)) e “se *p*, *q*”⁷²((17), (18), (19) e (20)). Todas essas sequências surgem em enunciados carregados de tensão e intensificam, por isso, a força ilocutória (e argumentativa) das intervenções em que estão incluídos.

Para ilustrar esses enunciados, tomarei, em seguida, alguns exemplos. Antes, porém, importa anotar que, em quase todos eles (à excepção de (21)), o acto auxiliar (“*q*”) dá expressão a um estado de coisas tido como uma consequência negativa da não satisfação pelo ouvinte da instrução imperativa que lhe dirige o sujeito falante no acto principal. Por isso, as dimensões ilocutórias de ordem - realizada no acto principal - e de ameaça - agregada ao acto ilocutório auxiliar - são as dimensões tipicamente activadas na actualização das sequências em análise. A projecção deste último valor prende-se, pois, à circunstância de que o estado de coisas contido no acto subordinado é controlado pelo sujeito A. Caso esse estado de coisas não seja controlado pelo falante, como em (22) e (23), activar-se-ão outros valores comunicativos, como indicarei mais adiante.

⁷¹ Anoto que os exemplos (22) e (23) se inscrevem nas sequências ‘*p!* e *q*’. Um dos actos de reformulação contidos em (18) inscreve-se nas sequências ‘*p!* ou *q*’. Para ulterior informação sobre este assunto, ver Fonseca, 1993b.:149-179.

⁷² No seu artigo, Fonseca aponta as construções condicionais como constituindo uma formulação alternativa a “*p!* e *q*” e “*p!* ou *q*”(e também, na minha opinião, a “*p!* senão *q*”). O autor acrescenta, porém, que o facto de estas últimas encontrarem formulação alternativa em frases condicionais, estas nem sempre podem ser formuláveis naquelas (ver *ibidem*: 163).

Vejamos, então, os exemplos:

(16)

“ A1 - *Tenha-se, senão morre!*

B - *Hás-de pagá-las cão!*

A2 - *Tenha-se, tenha-se, senão morre!*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:61/62

(17)⁷³

“ A1 - *Pois tirem lá os machos para fora ... e já!*

B1 - *Tirar os machos! Isso é que não tiramos. A estalagem é de quem vem. Você é algum rei?...*

A2 - *Estas argolas desde que me conheço, foram sempre as minhas. Percebe? Se percebe, homem, desate lá os machos, senão desato eu, e toco-lhos daqui para fora a toque de caixa!*

(...)

A3 - *Já disse!... Tira os machos?... Não tira?... Pois se não tira, corto as rédeas e vai tudo raso...*

(...)

B2 - *Que febre lhe fazem as bestas, amigo? Deixe-as quietinhas. Tem muito lugar...*

A4 - *Não quero cá saber. Saem ou corto...?”*

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:106

(18)

“ A - *Eh lá, gentes! (...) Se alguém se atravessa, está aqui, está no inferno!...*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.: 63

(19)

“ A1 - *Já dizia o meu avô: de sangue misturado e de moço refalsado livre-nos Deus - retorqui. - Se queres mostrar que és tão escarumba por dentro como és por fora, avança que eu abro-te ao verde...*

B -*Mate-se! (...)*

(...)

A2 - *Ó rapazes, para dentro deste risco, mando eu, para fora, já que assim o quereis, mandais vós. Se alguém perdeu o amor à vida que se afoite! - e postei-me em posição de varrer.”*

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:86

(20)

“ A - *Ó Brízida, tu pulas abaixo, mas és a primeira a cair. Se não tens amor à vida, faz lá! Agora vossemecês deixem seguir quem vai seu caminho ... que eu morrer morrerei, mas a trouxa não a largo...”*

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:62

⁷³ Esta sequência - (18) - retoma e continua o exemplo (5). Por isso, atribuí-lhe outra numeração.

(21)

“ A - (...) *Olha, atira-me do aparelho abaixo para cima de uma rocha e acabou-se.* Não te gozaste já de mim? *Atira-me, e perdoo-te a morte e o mal que me fizeste! Atira!*

E, agora dizes tu, logo digo eu, a rapariguinha foi-se adiantando no palavreado, até que tive de lhe mandar calar a sanfona com mau modo.”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:56/57

(22)

“ A - *Oh, cachopa!... Oh, cara deslavada!... Mete-te com os rapazes e depois diz que o toicinho tem bicho.*

Os outros riem mais; só ela põe os olhos no chão e puxa o lenço ao rosto moreno, crestado de soalheiras.”

Gaibéus, Redol, A.:224/225

(23)

“ A - *Vê se compras um chambre bonito; anda-me bem limpa e penteada, e pode ser que o teu homem volte. Este é que é o filtro da ruça, minha santa. Tu és jeitosinha, mas não te hás-de descuidar. Adeus!*”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:57

(24)

“ A - *Não vás, Maria do Mar: se vais ter com ele, estás perdida...*

B (...) - Isso é que vou. E já! Está resolvido. (...). Vou. E sabes para quê? Para lhe dizer que se vá embora, que vá esperar-me lá na terra dele. Eu irei logo que possa. (...).”

A Promessa, Santareno, B.:60

Em (16), (17), (18), (19) e (20), o acto auxiliar (“q”) (assinalado pelos caracteres mais acentuados) comporta um estado de coisas encarado, como disse antes, como negativo, desvantajoso e mau para os sujeitos B. Tal estado de coisas projecta, assim, no discurso um valor ilocutório de ameaça. Esta dimensão assume uma importância crucial, pois, com a invocação das consequências aí referenciadas, os sujeitos A tentam manipular e regular o comportamento de B. Isto acontece porque, no funcionamento de tais sequências, intervêm, como aliás já disse, citando Fonseca, os princípios do “bom senso” e da “racionalidade”, princípios esses que conduzem o alocutário a uma tomada de decisão, levando-o a optar pela solução que se lhe afigura mais vantajosa e positiva.

Convém ainda relembrar que a formulação de um acto de ameaça só está disponível em situações interactivas, em que se verifica um controlo por parte do falante em

relação ao estado de coisas representado no conteúdo proposicional que projecta tal força ilocutória e, como é óbvio, a disponibilidade daquele em realizar a acção que anuncia no acto comissivo. Por outro lado, deverá ainda haver um efectivo domínio de A sobre B, o que permitirá àquele formular instruções directivas impositivas. Só nestas condições é que a modificação ou qualificação de um acto directivo se apresenta com uma orientação intensificadora.

De facto, no conjunto das intervenções do falante A são actualizados, segundo a modalidade da reformulação, mecanismos de qualificação variados que suscitam uma análise atenta e pormenorizada.

			Instrução Imperativa [forte]
Tipo de Modificação	Mecanismos linguísticos utilizados	(Re)Formulação da Instrução Imperativa	
A1- Interna	Modo Imperativo + PM + advérbio já	"Pois tirem lá os machos para fora ... e já!"	
A2- Interna + Externa	Modo Imperativo + PM / Sequência "p!, senão q-" + "q-" (acto coordenado de acrescento)	"(...) desate lá os machos, senão desato eu, e toco-lhos daqui para fora a toque de caixa!"	
A3- Interna + Externa	Acto metadiscursivo "Já disse" / "p?" + "-p?" + "se p, q-" + "q-"	"Já disse!... Tira os machos?... Não tira?... Pois se não tira, corto as rédeas e vai tudo raso..."	
A4 -Externa	Sequência "p ou q?"	"Saem ou corto...?"	

[+ forte]

Convém, antes de mais, analisar, em (17), as macro-unidades presentes no desenvolvimento da conversação.

Nas diversas intervenções do sujeito A, este vai retomando sistematicamente a ordem formulada na intervenção iniciativa. Destes actos de retoma resulta uma interligação muito forte entre os vários momentos discursivos.

Assim, dando seguimento à primeira instrução imperativa, registam-se, em A2, A3 e A4, três reformulações parafrásticas por expansão desse primeiro enunciado imperativo, sendo A3 também por repetição de A2, e ainda A4 por sumarização / / condensação das reformulações contidas em A2 e A3.

O acto metadiscursivo “*Já disse!...*” (A3) tem uma função de planificação, pois anuncia a intenção do sujeito A de levar avante a sua ameaça, tal como é e/anunciado na sequência “se p, q-” (“(...) *se não tira, corto as rédeas e vai tudo raso...*”). Importa anotar que tal construção (de tipo condicional) instaura, por vezes, como veremos, uma ambiguidade, que levanta a questão legítima de determinar qual o acto ilocutório principal: Será o acto directivo reformulado, como disse antes? Ou será que este acabou por ser substituído pelo acto comissivo de ameaça? Por outras palavras, em A3, o sujeito A exige algo ao seu interlocutor ou intimida-o? (cfr. as construções condicionais).

Deixando, agora, de lado a análise das macro-unidades presentes na sequência (17), interessa sublinhar que, se as reformulações A2, A3 e A4 retomam sistematicamente a intrução imperativa A1, tornando-a, como já disse, cada vez mais forte, então, cada uma delas contém, em princípio, uma instrução directiva mais forte do que a anterior.

Assim, a sequência “p! ou q?” (A4) parece ser a mais forte: o segmento “q?” contém algo mais do que uma mera ameaça. Talvez seja mesmo equivalente a uma intimação. Quanto às outras sequências, a construção condicional (“se p, q-”) (A3) e a

sequência “p! senão q- e q-” (A2) reforçam mais a força ilocutória do acto principal do que os modificadores internos, contidos em A1.

Como podemos verificar, a sequência discursiva (17) ilustra bem que a modificação projectada por via externa intensifica mais a dimensão jussiva agregada ao acto ilocutório principal do que a modificação situada a nível interno. Este facto deve-se justamente ao carácter negativo / mau / desvantajoso do estado de coisas anunciado em “q”. Tal estado de coisas constrange, como já sabemos, o sujeito B a adoptar o comportamento desejado por A - referenciado em “p” -, pois, caso contrário, será castigado / punido por essa recusa.

Seguindo o que diz Fonseca (Fonseca, 1993:151) a propósito da sequência “p! e q-”, também as construções condicionais projectam a inversão da polaridade de “p”, equivalendo do mesmo modo a uma inversão de “q”, senão vejamos os exemplos:

(18'') ‘ *Pois se tirar, não corto as rédeas ...*’

(19'') ‘ *Se ninguém se atravessar, não os incomodo!...*’

(20'') ‘ *Se queres mostrar que não és tão escarumba por dentro como és por fora, não avances e eu não te faço mal...*’

(21'') ‘ *Se tens amor à vida, não pules e não te acontecerá nada.*’

Note-se que a negação de “q” - acto subordinado - corresponde obviamente à invalidação do anúncio do acto de ameaça aí contido, o que equivale, em termos lógicos, à formulação de um acto de promessa.

O que há a assinalar de comum entre (17) e os exemplos (16), (18), (19) e (20) é a posição de força assumida pelo sujeito A. É precisamente essa posição que legitima a enunciação do acto de ameaça. Dado que as consequências aqui recortadas são negativas, o valor comunicativo do acto directivo (“p”) intensifica-se correlativamente.

Importa também realçar - e este aspecto revela-se central - que, em relação à construção condicional (“se p, q-”), este tipo de sequências pode dar ensejo a duas interpretações: se, por um lado, do ponto de vista lógico-pragmático, o acto subordinado de ameaça (“q”) reforça, tal como tenho vindo insistentemente a afirmar, o valor comunicativo afecto ao acto ilocutório principal (“se p”), por outro, se atender ao plano sintáctico-semântico, i.e., se partir do princípio que as sequências constituídas por dois actos ilocutórios têm equivalência exacta nas orações que fazem parte das frases compostas, o acto ilocutório principal de tipo jussivo, formulado na intervenção iniciativa (A1), tornar-se-ia, em A3 (“se p, q-”), acto subordinado - já que, a nível sintáctico-semântico, corresponde à oração subordinada condicional (“se p”) -, passando o acto ilocutório de ameaça aí contido a ser o acto principal, uma vez que aquele coincide com a oração principal (“q-”). Nesta segunda interpretação, o acto directivo (reformulado) seria como que substituído pelo acto comissivo de ameaça⁷⁵. O que acontece é que tal ambiguidade se deve ao facto de estas sequências, cuja forma corresponde a uma construção condicional, serem, como fez notar o professor Joaquim Fonseca num dos nossos encontros, “fortemente integradas do ponto de vista sintáctico-semântico, o que conduz a que a distinção, em termos ilocutórios, entre acto principal e acto subordinado, seja de difícil delimitação”. Daí que, por vezes, se torne complicado identificar esses actos.

Não obstante as dificuldades que de antemão prevemos vir a encontrar na análise destas construções, entendo que, em (17), se o sujeito A pretendesse ameaçar B não teria necessidade de estipular a condição que formulou no seu enunciado; se a sua intenção fosse, pelo contrário, impor ao seu interlocutor uma condição suficiente para obviar a um comportamento contrário por parte deste, aquele evitaria a aplicação de um castigo / sanção caso fosse bem sucedido. Sendo assim, o acto principal corresponde não a “q”, mas sim a “se p”.

⁷⁵ Partindo do princípio que os planos sintáctico-semântico e pragmático coincidem, o acto directivo subordinado funcionaria como um elemento acessório do acto comissivo principal, tal como acontece entre as orações subordinadas e as subordinantes.

Anoto que essa ambiguidade a que já me referi está também presente naqueles enunciados que, embora não expressem formalmente uma condição, integram uma condicional. Farei, por isso, neste momento, um pequeno “desvio” na minha análise que julgo oportuno para esclarecer um pouco essa questão. Tomarei, como ponto de apoio, o exemplo (25) que me parece elucidativo:

(25)

“ B1 - (...) A minha Joaquina não casou ainda porque não quis! Porque não quis, ouviu bem?... Então tu querias que eu lhe arranjasse um marido como o teu genro? Rica pesca, não há dúvida!...

A - *Vossemecê não sai hoje daqui, sem me contar, bem contadinho, o que tem a dizer do meu marido!* Ai, tia Maria da Avó, olhe que eu sou peixe do alto: não é qualquer um que me bota o anzol! *Que defeitos é que você tem para pôr no meu homem? Vamos, diga, diga já... se não quer que eu me esqueça de que vossemecê é uma velha!* O meu rico homem! Não há outro como ele na borda de água (...). Quem lhes quiser encontrar os maridos, a vocês, pode ir procurá-los à taberna: fogem de vocês velhas como o diabo da cruz!

B2 - Oiçam, oiçam o que esta aluada diz dos nossos homens! Malvada!Perdida!”

A Promessa, Santareno, B.:40/41

Observe-se que, na intervenção de A, o acto ilocutório principal e o acto subordinado estão de tal forma imbricados que se torna difícil de os identificar. Julgo, no entanto, que a instrução prevalecente é “*sem me contar bem contadinho o que tem a dizer do meu marido!*”. O acto proibitivo “*Vossemecê não sai daqui hoje*” é usado tacticamente por A para obrigar o sujeito B a cumprir a directiva. Essa instrução pode, assim, ser parafraseada por

(25’) “*Conte tudo o que sabe, (porque) senão não sai daqui hoje...*”

É curioso notar que tal instrução está camuflada por uma construção condicional, em que o locutor estipula a imperativa “*conta-me*” como condição necessária para o sujeito B sair:

(25”) “*Se não me conta tudo, não sai daqui hoje...*”

O acto de retoma “*Que defeitos é que você tem para pôr no meu homem? Vamos, diga, diga já...*”, constituindo um prolongamento da instrução directiva inicial, veicula um desafio que especifica a vontade de A de saber.

Feita a anotação sobre as construções condicionais e retomando o rumo da minha abordagem, pegarei de novo nas sequências ((16) a (24)) que estava a tratar e que, por um motivo que me pareceu justificável, abandonei por alguns instantes.

Anoto que, em (21), apesar de o sujeito A se posicionar num lugar enunciativo mais baixo e de o estado de coisas contido em “q” projectar uma dimensão ilocutória de promessa, i.e., configurar um estado de coisas que se afigura favorável / positivo / / vantajoso a B, a modalidade utilizada parece ser mormente a da intensificação, tal como nas sequências referenciadas atrás, devido essencialmente à repetição da instrução imperativa (“Atira(-me)!”). Tal repetição, somada ao acto de promessa, actualizado em “q+”, activa uma força ilocutória de tipo jussivo a que corresponde um valor comunicativo de pedido insistente e, até mesmo, suplicante.

Gostaria de deixar anotada desde já, em jeito de apontamento, a seguinte observação: já que o acto de promessa aplicado ao acto principal servirá, em princípio, para mitigar a instrução directiva aí contida e a repetição dessa mesma instrução serve, pelo contrário, para a intensificar, a dimensão ilocutória aí projectada - pedido insistente - surge como que matizada, oscilando, assim, por um lado, entre valores accionais que projectam modalidades diferenciadas - atenuação e reforço, respectivamente - e, por outro, entre uma natureza não impositiva e impositiva. Designo este tipo de sequências de *enunciados matizados*. Estes enunciados serão retomados e desenvolvidos na devida altura.

Fazendo um apanhado das sequências⁷⁶ analisadas até este momento, relembro que o enunciado subordinado realiza um acto comissivo com um valor ilocutório de ameaça ou de promessa, cujo estado de coisas que preenche o respectivo conteúdo proposicional é, à partida, controlado pelo falante.⁷⁷

⁷⁶ Relembro que tais sequências integram apenas os enunciados vazados nas construções “p! e q-/+”, “p! ou q-”, “p! senão q-” e “Se p, q-”.

⁷⁷ Ao formular um acto de ameaça ou de promessa, o locutor compromete-se na realização da acção contida no enunciado, devendo, por isso, controlar o estado de coisas aí capturado.

Acontece, porém, que, quando o locutor não controla tal estado de coisas, actualizam-se outras dimensões ilocutórias - de previsão, predição⁷⁸, garantia,... -, projectando-se, assim, no acto principal não uma dimensão que qualifica o valor injuntivo de ordem aí contido, mas sim, como sublinha Fonseca (1993b.: 166), “valores ilocutórios como *advertência, aviso, conselho, recomendação ou incitamento (persuasivo ou dissuasivo)*”. Por meio do uso de tais enunciados, o objectivo ilocutório do sujeito falante não é o de impor algo ao seu interlocutor, mas sim o de repreender brandamente determinado comportamento, atitude ou discurso por ele manifestados e avisá-lo das consequências em que incorre caso não se modifique. É, assim, realizado um acto directivo não impositivo, em que o acto auxiliar serve, à partida, para mitigar a força ilocutória do acto principal, como em (22) e (23).

Note-se, contudo, que, na sequência (22), apesar de o sujeito A não controlar, como disse, o estado de coisas referenciado em “q” (“e depois diz que o toicinho tem bicho.”)⁷⁹, os operadores de modificação por ele utilizados servem não a modalidade de atenuação, mas sim a de reforço. É que, nesse enunciado, o emprego, a nível interno, do modo imperativo e de termos insultuosos, precedidos do vocativo de chamamento (“*Oh, cachopa!*” / “*Oh, cara deslavada!*”), funcionam como intensificadores. Tais dispositivos estão ainda ao serviço da estratégia de ironia⁸⁰. Logo, somando a força veiculada pelos mecanismos linguísticos de qualificação à que está acumulada ao dispositivo de ironia, o valor comunicativo do acto principal é, deste modo, duplamente modificado. Desta modificação, resulta uma dimensão ilocutória de aviso sério, projectada em “p!”, aviso esse que aponta para um estado de coisas virtual que se tornará efectivo, caso B ignore e não acate a instrução directiva aí contida.

⁷⁸ Sobre o domínio ilocutório de previsão/predição, Fonseca (1994b.:160) escreve: “O valor comissivo pode, entretanto, apresentar-se algo ténue, situando-se preferentemente o acto ilocutório no domínio dos assertivos, embora com uma coloração, mais ou menos acentuada, de *predição/previsão*.”.

⁷⁹ Em (22), dado que o estado de coisas que preenche o segmento “q” não é controlado, como já disse, pelo falante, a dimensão ilocutória aí projectada só pode ser a de previsão / predição.

⁸⁰ Ver a explicação que acompanha os exemplos (6) e (7).

A paráfrase não irónica de (23) seria: (23’) ‘Não te metas com os rapazes, se não quiseres, mais tarde, vir a sofrer as consequências.’.

Agregada ao acto de aviso está ainda uma dimensão ilocutória de crítica / censura, a qual perspectiva, como afirma Fonseca (Fonseca, 1993b.:161/162), “uma correcção a que o alocutário é incitado.”⁸¹. Tal dimensão é, pois, activada no sentido de que B evite ou não repita aquele comportamento que é visto como reprovável / negativo / / desvantajoso. Assim, através do uso da ironia, A exprime com mais intensidade a sua pretensão de avisar e aconselhar o sujeito B, criticando e censurando um comportamento deste que deverá ser corrigido.

Também, em (23), o estado de coisas descrito em “q” (“e pode ser que o teu homem volte”) escapa ao controlo do sujeito A.

Note-se que, apesar de as instruções directivas contidas em “p!” (“*Vê se compras um chambre bonito; anda-me bem limpa e penteada*”) serem reforçadas pelo emprego do modo imperativo na segunda pessoa do singular e pelo uso do dativo ético (“*anda-me*”), na primeira instrução, o valor ilocutório do acto principal parece, pelo contrário, ser atenuado devido ao tom maternal com que o falante A se dirige ao seu interlocutor, tom esse assinalado pelos segmentos “*Vê se*” e, também, “*minha santa*” e “*jeitosinha*”⁸². Estes elementos, somados aos valores comunicativos de previsão e justificação (“e pode ser que o teu homem volte”; “É este o filtro da ruça, minha santa.”), accionados nos actos subordinados, concorrem para criar um efeito de afabilidade afectiva, instituindo, ao mesmo tempo, um espaço comum de solidariedade, cumplicidade e amizade entre os interlocutores. Cumulativamente, todos estes marcadores - internos e externos -, quando aplicados a “p”, promovem a derivação de uma dimensão ilocutória de conselho quase maternal, activado no sentido de que, se a directiva for seguida e realizada, o estado de coisas aí descrito é tido como provável.

Em (24), o estado de coisas capturado no acto ilocutório subordinado (“*estás perdida...*”) também não é controlado pelo sujeito A. Note-se que a análise das relações

⁸¹ Fonseca (1994b.:161/162) é da opinião que o valor de crítica/censura tem, por vezes, uma dimensão de directividade, pois “tal incitamento à correcção recorta necessariamente uma perspectiva temporal de futuro.”.

⁸² Sobre o valor dos diminutivos sufixais deste tipo, ver 4.3, *Primeira Parte*, capítulo II.

entre os actos que integram esta sequência discursiva requer uma clara diferenciação entre o acto principal e respectiva reformulação.

De facto, nessa sequência, a força ilocutória afecta ao acto principal (“*Não vás, Maria do Mar*”) é intensificada pelo segmento justificativo subsequente, que contém um acto de reformulação parafrástica por extensão, expresso por meio da construção condicional (“*se vais ter com ele*”). Essa construção, constituída pela retoma do acto directivo principal e pelo acto auxiliar predictivo (“*estás perdida*”), serve para comunicar a intenção do falante A de alertar / avisar o seu interlocutor dos riscos que corre caso ignore a sua directiva. Este segmento, estando, por sua vez, subordinado à consecução com sucesso do estado de coisas perspectivado no acto principal, reforça, como disse acima, a instrução imperativa aí contida, activando uma dimensão ilocutória de pedido insistente.

É ao falante B que A se dirige, pelo que este fica desde logo convocado para a resposta. A réplica do sujeito B surge de imediato e é veiculada por um acto interactivo de explícita recusa da instrução de A. Tal rejeição é marcada por um reforço da tomada de compromisso por parte daquele em levar avante o seu propósito, contrariando, assim, as pretensões do seu interlocutor.

Tomemos ainda um outro exemplo, em que o estado de coisas capturado em “q” projecta uma dimensão ilocutória de predição / previsão. Essa dimensão agregada a “p” activa uma dimensão ilocutória de aviso sério ou, até mesmo, de conselho insistente:

(26)

“ A - Então tu nunca ouviste dizer que o diabo, muitas vezes, também toma conta de padres e de freiras? Nunca ouviste contar isto, Florinda? São essas, são essas alminhas que o porco sujo deseja com mais ganas... *Ai Florinda, toma cuidado, separa o teu Júlio dessa mulher, porque senão... senão perde-lo, fica sabendo, posso jurar-te!*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:318/319

A intervenção do falante A, constituída por uma pré-sequência⁸³ a anteceder o acto principal e pelo acto de aviso, foi cautelosamente preparada visando a eficácia comunicativa do enunciado do locutor.

Na pré-sequência (“Então tu nunca ouviste dizer que o diabo, muitas vezes, também toma conta de padres e de freiras? Nunca ouviste contar isto, Florinda? São essas, são essas alminhas que o porco sujo deseja com mais ganas...”), a evocação da voz comum (“(...) nunca ouviste dizer”(...)? Nunca ouviste contar(...)?”) serve para confirmar, justificar e tornar mais forte e legítima a instrução imperativa que o locutor A pretende dirigir a B; no acto subordinado, o valor comunicativo de predição / previsão (“porque senão... senão perde-lo”) é reforçado pela dimensão de garantia (“fica sabendo, posso jurar-te!”). Somando as forças acumuladas à pré-sequência e ao acto subordinado, a instrução directiva contida no acto principal é acompanhada de uma advertência ameaçadora.

Como vimos na sequência (26), concorre com esta dimensão ilocutória de predição/previsão uma outra que dela apenas difere por activar também um acto de predição/previsão, mas correspondente a uma expectativa que será bem sucedida, caso o estado de coisas configurado no acto principal seja seguido e realizado. É o caso de (27):

(27)

“A - *Vai falar com o padre, Maria do Mar: promessas assim não devem fazer-se. Mas se, num momento de aflição, um pobre mortal as faz ... deve mudá-las. Vai ter com o Senhor prior, Maria do Mar! Faz o que eu te digo, rapariga ... Verás como, depois, tudo mudará nesta casa: vocês não são santos!...*
B (...) - E. Ele é. O seu filho quer ser santo!”

A Promessa, Santareno, B.:18

A sequência em análise é percorrida por duas dimensões subordinadas distintas: justificativa e preditiva. Esta última é assinalada pelo emprego do futuro.

No acto subordinado (“promessas assim não devem fazer-se. Mas se, num momento de aflição, um pobre mortal as faz ... deve mudá-las”), A justifica a instrução contida no acto

⁸³ As pré-sequências serão tratadas em 2.2.3. a propósito dos mecanismos de atenuação. Ver, particularmente, a explicação que acompanha os exemplos de (46) a (52).

director, projectando aí, deste modo, uma dimensão ilocutória de pedido - a dimensão justificativa atenua, em princípio, a força ilocutória do acto principal.

Note-se, porém, que a instrução directiva será reformulada (*“Vai ter com o Senhor prior, Maria do Mar! Faz o que eu te digo, rapariga ...”*), transformando a orientação não impositiva inicial numa orientação impositiva, como o sujeito A também o acentua: *“Faz o que te digo, rapariga”*⁸⁴. Logo, o pedido é também aqui reforçado, aparecendo como um conselho insistente ou, até mesmo, súplica. Tal dimensão ilocutória acaba, mais uma vez, por ser intensificada pela sequência subsequente, em que se desenha um acto de garantia (*“Verás como, depois, tudo mudará nesta casa(...)”*), correspondente à expectativa de uma mudança favorável a B, caso a pretensão de A seja satisfeita. Aquela garantia constitui, pois, um incentivo a que B acate a instrução directiva que lhe é dirigida, sendo, por isso, anunciada como um elemento indutor / impulsionador de uma atitude / comportamento de B desejado por A. É evidente que este acto peditivo (de garantia) aplicado à situação virtual descrita no acto principal (falar com o prior) torna ainda mais forte a dimensão ilocutória de conselho / recomendação.

Com este procedimento - escolha táctica de uma estratégia de abordagem apropriada de modo a atingir o objectivo comunicativo visado -, A prepara cautelosamente a reacção / resposta consonante de B, procurando simultaneamente provocar neste um efeito (interaccional) convincente e tranquilizador. Acontece, porém, que, apesar de as reacções dos indivíduos serem, à partida, susceptíveis de ser antecipadas, preparadas e programadas, prevê-se sempre uma margem para o erro. Por isso, também a tentativa de A de obter uma reacção positiva e consonante por parte de B saiu gorada.

Julgo oportuno, antes de mais, salientar que, em todos aqueles enunciados, em que, tal como em (21), (24) e (27), coexistem as duas modalidades de qualificação, torna-se difícil de determinar se a verdadeira intenção do sujeito enunciator envolve mitigação ou reforço, porque se o sujeito enunciator tem poder sobre o seu interlocutor, mas age

⁸⁴ É evidente que também estamos perante um enunciado matizado.

como se não o tivesse provavelmente está a ser insistente ou a reagir a uma eventual recusa por parte deste. Tais enunciados incluem-se no grupo das *sequências matizadas*.

A dimensão ilocutória de garantia pode também perspectivar um estado de coisas futuro que se afigura ameaçador, como em (28):

(28)

“ A (...) - **Este homem acaba por desgraçar-nos a todos! A todos, amigos, a todos! Ele é o diabo, ele é o diabo, ele é o diabo!**

B (em fúria) - *Matem esse homem! Vinguem o Zé Espada e o Tó Maria! Ao mar, ao mar, ao mar!...*

C - *Ao mar! Ao mar! Ao mar!...* ”

O Lugre, Santareno, B.:279

Em (28), o locutor A não diz explicitamente a B e C o que pretende, mas deixa subentendida a sua intenção comunicativa: a orientação ilocutória afecta ao acto ilocutório principal está implícita, uma vez que aquele está, a meu ver, elidido. Só o co(n)texto discursivo/conversacional nos pode dar a entender qual o verdadeiro objectivo visado pelo falante A.

A repetição “**ele é o diabo**” denuncia a intenção do sujeito A de, por um lado, ofender e molestar aquele “**homem**” e de, por outro, instigar nos seus colegas o sentimento de revolta, incentivando-os a partilhar da sua pretensão de acabar com o causador de tantas desgraças. Esse apelo a uma certa anuência e adesão por parte dos seus interlocutores é marcado pelo lexema “**todos**”, três vezes repetido. De acordo com estes elementos, julgo, por isso, possível antepor, no início da intervenção de A, o seguinte segmento, que corresponderá ao acto ilocutório principal, o qual, embora omitido, pode ser subentendido pelo contexto: ‘**Este homem, se não nos livrarmos dele já, acaba por desgraçar-nos a todos.**’.

Na intervenção de A, como dispositivos de reforço, assinalo o uso pejorativo de “**este homem**”-que comunica um certo desprezo por alguém que tinha sido seu colega na faina -, a elipse, o acto preditivo (“**acaba por desgraçar-nos a todos**”) e as repetições (“...a todos! A todos (...), a todos!”, “**Ele é o diabo, ele é o diabo, ele é o diabo!**”). Tais formulações estão na base do apelo a uma reacção consonante por parte dos seus colegas.

A forma como o sujeito A preparou o seu discurso de maneira a ver satisfeita a sua pretensão, i.e., a obter um efeito convincente e de revolta parece ter determinado as intervenções dos falantes B e C, pois estes reconheceram devidamente o seu propósito comunicativo e explicitaram-no inclusive no seu discurso. Ao retomarem a sugestão implícita na intervenção de A, esses falantes manifestam a sua adesão ao programa de acção intentado por aquele. As intervenções de B e C constituem, por isso, actos de retoma não parafrástica por expansão.

Tenho vindo a analisar até agora sequências que contêm, pelo menos, dois actos ilocutórios, em que a dimensão ilocutória afecta ao acto subordinado projecta a nível do acto principal um valor comunicativo específico.

Há também situações, que aliás já illustrei e expliquei sumariamente, em (1), (5), (16), (17), (21) e (28)⁸⁵, em que os actos projectados nas intervenções reactivas reformulam a instrução directiva contida no acto principal e realizada na intervenção iniciativa. Tais actos de retoma fazem com que sejam accionadas outras dimensões ilocutórias nem sempre coincidentes com o valor comunicativo do acto principal. Vejamos o que acontece em (29):

(29)

“ A1 - *Ouve cá!... Quando se fala comigo, quero esse chapéu fora da cabeça.*

O outro mostrou-lhe a companheira e não deu palavra.

A2 - **Pois sim!... Mas é para saberes. Faltas de respeito é que não!... Isto aqui anda tudo afinado ou acaba-se o trabalho. Para sempre, percebeste?... Não tenho medo que não me gramem.**

Nos olhos do ceifeiro havia agora um clarão de ira.

A3 - **Vai-te lá. E não me faças essa cara, que o medo não me conhece. Faltas de respeito é que não consinto.”**

Gaibéus, Redol, A.:171

Convém sublinhar que esta sequência evidencia uma situação enunciativa claramente assimétrica, marcada pelo domínio assumido do locutor A sobre B: aquele coloca-se num lugar elevado, posicionando, assim, o seu interlocutor num lugar baixo. Tal posição de força por parte de A vai sendo reforçada e confirmada, tal como o indiciam

⁸⁵ Cfr. a explicação que acompanha os exemplos indicados.

os actos de ameaça e de intimidação formulados nas intervenções A2 e A3. Esses actos tornam a instrução directiva, contida em A1, cada vez mais forte. Importa, entretanto, relembrar que tais actos constituem elementos reguladores de um comportamento, referenciado no acto principal, a que B é constrangido. Este constrangimento visa, pois, o cumprimento por B da ordem enunciada.

A sequência A1 é introduzida por um pedido de chamada de atenção (“*Ouve cá*”), em que a PM “*cá*” marca um distanciamento entre A e B e anuncia já a realização de uma ordem autoritária. O acto principal (“*Ouve cá!... Quando se fala comigo, quero esse chapéu fora da cabeça*”) realiza um acto indirecto⁸⁶, que contém a seguinte instrução directiva: “Ordeno-te que tires o chapéu quando falas comigo, porque, se não o fizeres, estás a agir mal.”.

O acto principal é, como disse, realizado indirectamente por meio da asserção da vontade, expressa na explicitação da condição de estado psicológico (“*quero*”)⁸⁷, de ser respeitado e reconhecido por B como alguém com autoridade e legitimidade para impor tal ordem. Note-se que, ao contrário do que é mais corrente⁸⁸, esta realização indirecta acaba por reforçar o valor comunicativo da instrução directiva.

O sujeito A interpreta a atitude de inacção e quase indiferença de B como um desafio “mudo” que indiciaria a intenção deste de não estar disposto a levar a sério a instrução imperativa formulada por aquele. Daí que, em A2, o recurso ao anúncio de uma ameaça (“*ou acaba-se o trabalho. Para sempre, percebeste?...*”)⁸⁹ se apresente como uma medida estratégica para modificar aquela suposta disposição de B. O segmento correspondente a esse acto dá expressão a um estado de coisas tido como negativamente avaliado por B, activando, por isso, uma dimensão directiva, que faz com que o acto principal contido em A2 seja entendido já não como uma ordem (como em A1), mas sim como um aviso sério com uma nuance de intimidação, assinalada pelo segmento “*Para sempre, percebeste?*”. Através da pergunta “tag” (“*percebeste?*”), A

⁸⁶ Sobre este assunto ver a *Primeira Parte* deste trabalho, ponto 2.1.

⁸⁷ A propósito do valor da forma “*quero*”, ver a explicação que acompanha o exemplo (31).

⁸⁸ Cfr. a *Primeira Parte*, capítulo II, ponto 2.2..

⁸⁹ Cfr. a explicação que acompanha os enunciados vazados nas sequências “*p!* e *q-/+*”, “*p!* ou *q-*”, “*p!* senão *q*” e “*se p, q*”, exemplos (17), (18), (19), (20), (21), (22) e (23).

deixa bem clara a sua posição e espera que o seu interlocutor acate devidamente a directiva que lhe foi dirigida, pois, caso contrário, sofrerá as consequências dessa recusa / desobediência.

Tendo em conta que o sujeito A, na produção do seu discurso, se apoia no seu universo de crenças e tábua de valores, também supostamente partilhados pelo seu interlocutor, é lógico que este, seguindo o princípio do bom senso, prefira obedecer àquele, pois ser-lhe-á seguramente mais vantajoso.

Relembro, mais uma vez, que as reformulações do acto principal surgem sempre como intervenção reactiva a um discurso ou comportamento / atitude contrários que não satisfazem os desejos e expectativas do falante. Justamente por tais reformulações intensificarem gradualmente o valor comunicativo inicial, o seu apagamento ocasionaria a anulação das dimensões ilocutórias de ameaça e de intimidação por elas projectadas, ficando apenas uma dimensão jussiva “neutra” a que corresponde um valor de ordem.

Devido ao seu ‘*status*’ inferior, B reage silenciosamente às ameaças do seu patrão, deixando, contudo, transparecer a sua revolta perante aquele discurso repleto de agressividade.

A sequência (30) é um outro exemplo que ilustra bem o facto de as intervenções reactivas co-determinarem valores ilocutórios específicos:

(30)

“A - *Tire-lhe o demónio, ti 'Zefa! Vossemecê sabe...*

B - *Já! Já, ti 'Zefa! Antes que caiam mais maldições sobre Aldeia Velha!...*

C - *Aproveite agora que ele [demónio] está cansado!... Tarrenego, maldito! (...)*

Sai da minha vista, Margarida!...

D - *Não vou: quero ver!*

E - *Pela alminha de quem já lá tem, lhe peço: limpe a Joana desse diabo, corra com o perdidor daqui!...*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:358

No acto justificativo (“**Vossemecê sabe...**”), o locutor A expõe o argumento que motivou a conclusão que se desenha no acto principal, o qual realiza um pedido (“*Tire-lhe o demónio, ti 'Zefa!*”). Note-se que expressão “**Vossemecê sabe...**” reforça o incitamento pela explicitação de uma condição que legitima e garante eficácia. Assim,

o segmento justificativo e a forma de tratamento utilizada intensificam o acto directivo de pedido.

A pretensão de A é partilhada pelos sujeitos B, C e E, que a retomam nas suas intervenções. Estas reacções consonantes, dado que reformulam a instrução directiva de A, funcionam interactivamente como reforços, servindo, de igual modo, para intensificar o pedido já feito. Também, neste exemplo, a expressão de reforço é transmitida interactivamente, por meio de enunciados que reformulam, confirmam, repetem e acrescentam novos elementos ao acto ilocutório-base.

Noto que, no exemplo analisado, há o recurso quer à estratégia de reforço quer à de mitigação, como aliás também illustrei em (21), (24) e (27), tendo, então, designado essas sequências de *enunciados matizados*.

O enunciado (31) é outro exemplo de uma sequência desse tipo:

(31)

“A (...) - *Ah, meu pai?! (...) Quero que cuide da Maria do Mar, como se fosse sua filha de carne, meu pai! (...) A Maria do Mar, a minha mulher ... (...) não fez mal nenhum. Não pecou. Ouviu, meu pai?*
(sinal de assentimento de Salvador).”

A Promessa, Santareno, B.:71/72

Aqui, apesar da forma de tratamento utilizada (“você”), do vocativo de carinho (“*meu pai*”) e de A se dirigir a um sujeito B hierarquicamente superior, o acto ilocutório formulado por aquele é entendido como um “pedido” insistente devido ao facto de ser activado não por um desejo, mas sim por uma vontade, explicitamente lexicalizada na forma verbal “*quero*”, no presente do indicativo. Tal forma é, como disse em (29), a expressão explícita do estado psicológico do locutor que constitui condição de execução dos actos directivos. Convirá anotar que, se o verbo “querer” estivesse no imperfeito do indicativo, essa forma verbal - marcada por uma desactualização temporal - projectaria no discurso a expressão de um sentimento de desejo, afecta, portanto, à modalidade de atenuação⁹⁰.

⁹⁰ Ver a explicação que acompanha o exemplo (48).

A forma verbal “*Quero*” intensifica, como referi, a força ilocutória de pedido do acto formulado, o que, somado à forma de tratamento utilizada e ao segmento de teor justificativo (“*A Maria do Mar, a minha mulher ... (...) não fez mal nenhum. Não pecou.*”), matiza essa força, fazendo com que esta apareça como um pedido insistente.

O reforço do pedido e o modo cortês com que foi formulado parece ter determinado uma resposta favorável.

O que importa realçar, neste exemplo, é que, nos actos directivos, o reforço também está ao serviço das estratégias da cortesia - positiva e negativa -, em particular, sempre que o locutor usa de delicadeza na enunciação do acto com o objectivo de obter um efeito interaccional de assentimento, anuência e aceitação por parte do seu interlocutor.

Tomemos outro exemplo de uma sequência matizada:

(32)

“ A - *Senhora Rita (...) ouça o meu conselho: não casem esta menina à viva força. Sucedem tantas desgraças com os mal-casados!...*

B - *E quem a há-de manter? Não que ele há muito que não entra tempero nesta casa?!...*”

A Via Simuosa, Ribeiro, A.:91/92

Também aqui o uso do vocativo e o tratamento por “você”, auxiliados pelo acto subordinado justificativo (“*Sucedem tantas desgraças com os mal-casados!...*”), evidenciam a atitude de amizade e consideração de A para com B. É justamente este sentimento de uma certa proximidade que leva A a revelar a sua opinião face à situação descrita na expectativa que B ouça o seu conselho e não aja precipitadamente. Aliás, o apelo feito por A (“*ouça o meu conselho*”) confere um matiz impositivo ao enunciado directivo formulado. Dado o conselho, a reacção verbal de B, expressa de uma forma pouco cortês, traduz-se numa resposta contrária à esperada.

Recortados que ficaram os diversos meios disponíveis em português para reforçar actos directivos, passarei a ilustrar e a descrever os mecanismos utilizados na atenuação dos mesmos.

1.2. Mecanismos de Atenuação utilizados

0. Introdução

Se a modalidade de reforço constitui uma manobra estratégica usada pelo falante para garantir a eficácia comunicativa do seu acto, a mitigação tem, a meu ver, a mesma funcionalidade, embora tal objectivo se realize de um modo mais subtil e seja cautelosamente “camuflada”.

Entendo, por isso, que quer a modalidade de reforço quer a de atenuação são pragmaticamente equivalentes, pois ambas se inscrevem no programa de acção previsto pelo falante, visando a consecução adequada do acto ilocutório principal. Todavia, ao contrário da primeira, a mitigação constitui essencialmente uma estratégia de procura de adesão (e aprovação), por meio da qual o locutor, usando de solicitude e simpatia, tenta envolver o seu interlocutor nesse programa de acção e, por isso, pede-lhe que colabore e coopere com ele.

Também na modalidade de atenuação, a qualificação do acto ilocutório principal situa-se a nível nuclear / interno ou periférico / externo.

Convém, entretanto, lembrar que, na recolha do meu *corpus*, encontrei uma percentagem quase irrisória de modificação interna de cariz atenuador, o que até me parece justificável, porque, se o locutor pretende obter um efeito interaccional convincente, tem de saber moldar e trabalhar o discurso de acordo com a sua intenção comunicativa, tendo, por isso, quase necessariamente de fazer uso da sua qualidade eloquente. Daí que cada sequência discursiva, na sua generalidade, possua, pelo menos, dois actos ilocutórios, estando um deles subordinado à consecução eficaz do objectivo comunicativo-informativo realizado no acto principal.

Também irrisória foi a totalidade de exemplos que incluí na categoria dos actos directivos atenuados. Isto porque, a determinada altura, me dei conta do facto de haver enunciados que acumulavam diversos mecanismos de atenuação, mas cujos valores ilocutórios me pareciam, pelo contrário, próximos da modalidade de intensificação. Apercebi-me, depois, de que quantas mais fórmulas de mitigação eram utilizadas mais forte se tornava o acto. Cheguei, assim, à conclusão de que, nos actos directivos, a presença de dispositivos formais ligados à atenuação nem sempre está ao serviço dessa modalidade, o que, em termos de raciocínio lógico, é justificável (cfr. Introdução à *Segunda Parte*).

Ao recorrer a esta “táctica”, o locutor pretende, no fim de contas, iludir o seu interlocutor quanto à sua verdadeira intenção, levando-o a acreditar que não o está a obrigar a nada, quando, afinal, o está a manipular. Este procedimento particulariza um subtipo específico de mitigação que tange a modalidade de reforço, subtipo esse que designei de *atenuação estratégica* (Cfr. *Primeira Parte*, capítulo II, pontos 4.1.2. e 4.1.2.1.). Trata-se, como escrevi, de uma modalidade, por meio da qual, os falantes, e faço minhas as palavras de Lakoff (Lakoff, 1977:83), “give (...) with one hand and take with the other.”⁹¹. Esta dupla natureza está presente sobretudo em enunciados habitualmente manipuladores, em que o uso de determinadas formulações, aparentemente, atenuadoras acabam por criar o efeito contrário. É o caso das sequências de teor justificativo-explicativo, constituídas, à partida, por argumentos que justificam/apoiam a formulação da instrução directiva enunciada, servindo, por isso, para a mitigar. Mas o que acontece é que o locutor, ao avançar um motivo para que essa instrução seja aceite, está já a influir na decisão do alocutário. Daí que essas sequências funcionem também como marcadores de reforço. Por isso, os actos justificativos atenuam estrategicamente, por um lado, e reforçam, por outro.

Por isso, em 1.2.1. e seguintes, tomarei como exemplos enunciados pertencentes quer à subcategoria da *atenuação estratégica* quer à da *atenuação real*.

⁹¹ Apesar de esta passagem se referir, em particular, às perguntas “tag”, ilustra bem a natureza manipuladora da atenuação estratégica.

Gostaria ainda de sublinhar que a estratégia da atenuação, quando projectada em actos ameaçadores da face do locutor ou do alocutário - como é o caso de alguns directivos - acciona um valor ilocutório de natureza não impositiva. Este tipo específico de directivos realiza-se entre indivíduos ou de igual “status” ou em que um dos interlocutores é hierarquicamente superior ao outro.

Quer dispondo de poder formal sobre o alocutário quer não exercendo qualquer tipo de autoridade sobre ele, a verdade é que, em ambas as situações, o locutor não pretende impor (aparentemente, em alguns casos) o seu desejo àquele para salvaguardar, por um lado, o território deste da ameaça de invasão e, por outro, para proteger o seu próprio território da ameaça de afectação. É justamente por uma questão de figuração / cortesia que o falante adopta, por vezes, estrategicamente determinadas tácticas discursivas para atingir, como veremos, os fins pretendidos.

De acordo com a teoria defendida por Brown e Levinson sobre a cortesia⁹², todos os indivíduos possuem uma “face positiva” e uma “face negativa”⁹³. Estas faces reflectem respectivamente o desejo do locutor de ser aprovado e aceite pelos outros - i.e., de a sua imagem ser reconhecida e salvaguardada - e a sua necessidade de agir livremente - ou seja, de o seu território ser igualmente reconhecido e salvaguardado.

A teoria das faces (e o trabalho de figuração envolvido no discurso) articula-se, como vimos, com dimensões atinentes à cortesia linguística, estratégia que está ao serviço da modalidade de atenuação. É que, segundo a perspectiva de Brown e Levinson, já que a maior parte dos actos de discurso são potencialmente ameaçadores da face, os falantes têm a possibilidade de seleccionar de um conjunto de mecanismos disponíveis aqueles que lhes parecem mais apropriados para minimizar essa ameaça. Esses mecanismos são de dois tipos: os que assinalam deferência e não imposição - neste caso, trata-se de mecanismos de “cortesia negativa” - e os que visam criar laços de amizade e de familiaridade entre os interlocutores - e, neste caso, utilizam-se

⁹² Ver Brown e Levinson 1978.

⁹³ Sobre este assunto, ver 4.2., *Primeira Parte*, Capítulo II.

mecanismos de “cortesia positiva”. Ser cortês significa, portanto, usar os meios de atenuação mais apropriados para evitar ou minimizar as imposições.

Feitas estas observações, importa ainda anotar que, tal como procedi com a modalidade de reforço, no comentário dos exemplos, analisarei, primeiro, os modificadores que actuam internamente, em seguida, os operadores situados na periferia do acto ilocutório principal, e, por fim, tratarei, em simultâneo, os marcadores de modificação, que operam a nível interno e externo, enquanto partes de um mesmo plano estratégico que convergem para um ponto comum.

1.2.1. Modificação Interna

Na descrição dos mecanismos linguísticos usados na modalidade da atenuação, começarei por apresentar um exemplo de modificação interna, onde abundam, obviamente, os marcadores internos:

(33)

“A - *Ó menina, empresta-me uma faca? Uma navalhinha que seja...?* O principal é que corte um pouco mais que queijo fresco e sombra das paredes.”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:35

Neste exemplo, a interjeição de chamamento atenua, ainda mais, o vocativo de carinho, facto que, aliado ao tratamento respeitoso, serve para enfraquecer a instrução directiva de A.

Importa anotar que, a nível sintáctico, o uso de uma frase interrogativa, em vez de uma de tipo imperativo, concorre também para activar essa dimensão ilocutória. Cumulativamente, o emprego da pergunta contribui, por outro lado, para realçar a natureza não impositiva do acto: através da pergunta, o sujeito A delega a B o poder de decidir o modo de realização do acto: aceitar a indicação ilocutória ou recusá-la. Tal procedimento, evidenciando a intenção de A de respeitar o território de B (i.e., os seus direitos de independência e de não imposição) e de não ameaçar a sua face negativa,

está ao serviço da estratégia de cortesia negativa. Por isso, os marcadores analisados acima, para além de atenuarem o acto, assinalam, ao mesmo tempo, deferência de A para com B.

Relembro que, em (33), está presente o mecanismo de substituição de um acto de discurso por outro, que havia sido assinalado por Lakoff (Lakoff, 1980), Meyer-Herman (Meyer-Herman, 1984) e Holmes (Holmes, 1984)⁹⁴. Tal mecanismo pode também estar presente em algumas ilocuições indirectas. É o que se verifica em (34) e (35):

(34)

“A - *Por que não falas tu com o padre, Zé?* Ele muda-te a promessa ... verás!...

B - Não sei. Prometi: cumpro.”

A Promessa, Santareno, B.:19

(35)

“A - *Onde puseste a galinha corada, Maria do Mar?*

B - (...) Tome lá, minha mãe! (...).”

A Promessa, Santareno, B.:34

Em ambos os enunciados, há uma tentativa, por parte do falante A, de mitigar o valor comunicativo do acto principal, através do uso de uma ilocução indirecta.

Na sequência (34), apesar de o sujeito A enunciar uma frase do tipo interrogativo, o seu interlocutor entende-a não como uma pergunta, mas como uma sugestão. Portanto, para que o acto enunciado seja bem sucedido, o sujeito B deverá reconhecer que o efeito ilocutório que o falante A pretendeu atribuir ao seu enunciado corresponde a uma ilocução directiva de sugestão (e não a uma pergunta). É evidente que, uma vez que o significado da enunciação do falante não coincide com o da proposição, estamos perante um acto indirecto⁹⁵.

Ora, a ilocução (34) é indirecta, porque o tipo ilocutório aí projectado, marcado literalmente pela construção interrogativa, não coincide com uma outra função (não literal) também afecta a esse acto. Quer isto dizer que, ao valor comunicativo literal -

⁹⁴ Ver, respectivamente, 3.1.3.3. / 3.4.1., alínea 4) / 3.5.2.1.1., alínea 2).

⁹⁵ Cfr. ainda *Ilocuições Indirectas vs Ilocuições Directas*, ponto 2. e seguintes (*Primeira Parte, Capítulo II*).

formulação do enunciado interrogativo (34) “*Por que não falas tu com o padre, Zé?*” -, junta-se um outro valor, o não literal, - enunciação do acto directivo (34’) “*Vai falar com o padre, Zé!*” -, o qual corresponde ao verdadeiro objectivo ilocutório do sujeito A.

Como podemos verificar, enunciar o acto directivo (34’) por meio da ilocução indirecta (34) é uma forma mais polida de comunicar a pretensão do sujeito A de ver satisfeito o seu desejo. Anoto que a dimensão ilocutória de sugestão, agregada ao acto em questão, é ainda qualificada externamente pelo acto ilocutório justificativo (“Ele muda-te a promessa...”) e pelo acto de garantia (“Verás!...”).

Convém ainda acrescentar que a expressão “*por que não*” havia já sido apontada por Searle (Searle 1975:66) como uma forma convencional usada na realização de ilocuções directivas indirectas⁹⁶.

Em relação à sequência (35), esta é ambígua, porque pode ser entendida ou como um pedido de informação ou como um pedido de acção, correspondendo, neste último caso, à ilocução primária não literal (35’) “*Traz-me a galinha corada, Maria do Mar!*”. Esse pedido de acção, representado em (35’), seria, pois, formulado por meio do enunciado (35), relativo ao acto de discurso literal. Só neste segundo caso é que podemos falar de ilocução indirecta.

O que importa reter é que, nos actos indirectos, o locutor comunica mais ou o mesmo do que aquilo que literalmente diz, mas de modo diverso. Por isso, sendo a sua principal característica a de facultar ao sujeito enunciador a realização de um acto ilocutório (+) impositivo por meio de outro (-) impositivo, tais actos servem funções interactivas diversificadas, como (1) a de camuflar o verdadeiro objectivo comunicativo do locutor, tornando, assim, o acto ilocutório menos ofensivo e ameaçador para o outro interveniente e (2) a de manifestar uma atitude cortês.

⁹⁶ No seu artigo que versa os actos indirectos, Searle (Searle, 1975) forneceu uma lista de fórmulas convencionais usadas na realização de ilocuções directivas indirectas, expressões essas distribuídas por cinco grupos. Na quinta categoria, o autor juntou todas aquelas expressões “concerning reasons for doing A [acto / acção].” (*ibidem*:66), onde figura o uso “why not”, correspondente, em português, a “por que não”, por meio do qual o falante pode formular sugestões.

1.2.2. Modificação Externa

Passarei, neste momento, à análise dos mecanismos de modificação externa, usados na atenuação de instruções imperativas. Trata-se, como já referenciei, de sequências constituídas por dois actos ilocutórios, em que a utilização por parte do falante de um acto subordinado faz parte de uma tentativa de modificar o acto principal.

Relembro que, devido ao facto de os actos ilocutórios subordinados accionarem valores comunicativos específicos, o seu apagamento anularia a dimensão ilocutória por eles projectada, ficando apenas a instrução directiva realizada no acto principal, cujo tipo ilocutório é, por vezes, expresso de um modo ambíguo e indiferenciado. A existência de tais actos revela-se, pois, central para a abordagem da modificação de actos de discurso.

Inscreve-se, nesta sequência de dois actos, o emprego de justificações, como podemos constatar em (36):

(36)

“ A - Ó Zé, mete para aí o saco das pinhas entre duas giestas e ajuda-me a levar esta fanega a casa **que não perdes o tempo**.

B - Boa fanega, não haja dúvida (...) Vossemecê é o homem da sorte. Dou-lhe dois alqueires por ela. Vai?”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A:

Antes de comentar este exemplo, gostaria de lembrar que o uso de sequências de teor justificativo-explicativo faz parte de uma manobra estratégica do locutor destinada a obter uma reacção consonante por parte do seu interlocutor. Tais sequências são, por isso, dissimuladas sob a forma de dispositivos de mitigação, mas que provocam o efeito contrário - de reforço, portanto. Essas sequências estão, no fim de contas, ao serviço da atenuação estratégica.

Passarei, agora, à análise de (36).

Tal como vimos em (33), também aqui o vocativo atenuado pela interjeição de chamamento sugere uma proximidade entre os interactantes. Tal emprego do vocativo, somado ao tratamento por “tu”, parece instituir um espaço de nivelação sócio-moral, que legitima o uso da modalidade de mitigação. Esta é ainda assinalada pelo emprego estratégico do acto justificativo que, como escrevi, acaba por “intensificar” o pedido: há a garantia de que o sujeito B não perderá o tempo e este argumento é avançado, de forma camuflada, como reforço em ordem ao sucesso. Com este procedimento, o sujeito A procura a adesão do seu interlocutor, usando de artefactos discursivos que lhe permitem infiltrar-se no território de B sem que este se aperceba da sua presença.

O *corpus* que recolhi abunda em exemplos similares a este, i.e., em que o valor comunicativo afecto ao acto ilocutório principal é modificado por actos justifico-explicativos. Considerarei, de seguida, mais alguns exemplos:

(37)

“ A - O senhor António não saia lá para fora **que o querem matar. Entre para aquele quarto, que desta porta para dentro é sagrado.**”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:85

(38)

“ A - Menina, não procure homem fora da sua igualha, **que seria uma desgraçadinha.**”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:93

(39)

“ A - Dê-me a minha bolsa; vossemecê não é má mulher para querer a minha perdição. **Bem vê que sem dinheiro estou na boca do lobo.**”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:140

(40)

“ A - Pois leve e apareça lá no palácio, **que eu gosto de conversar com gente que tem prática do mundo.**”

O Romance da Raposa, Ribeiro, A.:55

(41)

“ A - Deixa o homem **que ele terá o troco!**”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:161

O acto de justificação, aplicado a uma situação virtual, acciona diferentes dimensões ilocutórias, que projectam, a nível nuclear, valores comunicativos de aviso com um matiz de conselho ((37) “que o querem matar”), apenas de conselho ((38) “que seria uma desgraçadinha.”), de pedido quase “suplicante” ((39) “vossemecê não é má mulher para querer a minha perdição. Bem vê que sem dinheiro estou na boca do lobo.”) e de incitamento matizado de convite ((40) “que eu gosto de conversar com gente que tem prática do mundo.”). É evidente que os diferentes matizes pragmáticos projectados em alguns destes exemplos são também co-determinados pelos atenuadores situados internamente. Em (37), o segundo acto de justificação (“que desta porta para dentro é sagrado.”) projecta um valor comunicativo de sugestão em jeito de conselho.

O facto de, em todos estes enunciados, os actos subordinados apontarem, ao mesmo tempo, para modalidades opostas - de atenuação e de reforço - faz com que o valor comunicativo agregado ao acto principal oscile entre uma dimensão ilocutória impositiva e outra não impositiva.

Na periferia do acto principal, pode ainda projectar-se, para além do acto justificativo, uma dimensão ilocutória de elogio, como em (42):

(42)

“ A - (...) Era uma pena que com tanta formosura fosses mudinho. Muito lindo tu és! Então a saltaricar, deves ser uma perfeição. Anda cá para fora, que te quero ver bem...”

B - Ná, que a minha mãe disse que me acautelasse da senhora raposa...”

O Romance da Raposa, Ribeiro, A.:94

Os actos de elogio, contidos na pré-sequência⁹⁷, servem para diminuir estrategicamente a distância entre os falantes, distância essa que A pretende encurtar para aliciar e manipular B e obter, assim, a sua colaboração.

As asserções laudativas, somadas ao acto justificativo (“que te quero ver”), buscam a eficácia do acto e matizam o pedido com uma dimensão ilocutória de incitamento.

⁹⁷ As pré-sequências serão analisadas mais pormenorizadamente de (45) a (52).

Contrariando as expectativas de A, o sujeito B, não se deixando seduzir pelas palavras adulatoras daquele, recusa o pedido que tão cautelosamente lhe foi dirigido.

1.2.3. Modificação Interna + Modificação Externa

Descrito o funcionamento dos mecanismos de modificação externa, utilizados na mitigação de actos directivos, explicarei, de seguida, aquelas sequências que ilustram o uso de formas linguísticas que servem ao mesmo tempo a modificação interna e externa.

Como escrevi em 1.2. (*Segunda Parte, capítulo II*), o processo de qualificação interna de actos de discurso favorece, por vezes, manobras tácticas que servem a estratégia de cortesia positiva ou negativa.

O respeito pelo direito de privacidade e de liberdade de decisão é assinalado em (43):

(43)

“ A - *Era favor, António, se amanhã nos pudesses ajudar a abarbar dois coelhos. Desata aí uma caterva de gente, músicos, padres, fogueteiros, e é preciso encher-lhes a morca com alguma coisa. Diriges a caçada...*

B- *Está dito (...) Aprontai-vos para o nascer do sol.*”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:86/87

Os mecanismos de cortesia negativa são marcados pela estrutura “*Era favor (...) se*” seguida da forma modal “*pudesses*”. Tal emprego favorece o valor ilocutório de pedido, que, caso seja aceite, constituirá um especial favor do falante B a A. No acto ilocutório subordinado justificativo (“*Desata aí uma caterva de gente, músicos, padres, fogueteiros, e é preciso encher-lhes a morca com alguma coisa.*”), A expõe, depois, as razões que motivaram o pedido com o objectivo de aligeirar ainda mais o valor não impositivo do acto. Mas, se, por um lado, o uso desse acto auxiliar enfraquece a força ilocutória afecta ao acto principal, por outro, também a intensifica. Isto porque os actos de teor justificativo

assinalam uma oposição entre o nível formal e o funcional, já que aparecem sob a forma de dispositivos de mitigação, mas acabam por provocar um efeito de reforço.

Anoto que, se o sujeito A estiver subordinado ao seu interlocutor ou numa posição de igualdade, a expressão “era favor se” pode significar: “Estou-te a pedir que me faças um favor, visto que não estou em posição para te exigir seja o que for.”; caso seja superior, o uso dessa expressão pode ser ambíguo: por um lado, esse emprego pode ser real⁹⁸, se o falante, por uma questão de cortesia, não pretender obrigar o outro participante a acatar a sua instrução imperativa; ou, por outro lado, ser convencional. Neste segundo caso, “era favor se” equivale a : “Estou-te a pedir que dirijas a caçada, mas, na verdade, tenho poder para te forçar a fazê-lo. Estou apenas a ser simpático para salvaguardar o teu território.”.

Através da expressão de atitudes positivas - e do consequente recurso à modalidade de atenuação -, o sujeito A prepara uma reformulação da instrução directiva inicial que acaba por anunciar no final da sua intervenção (“*Diriges a caçada...*”). Aqui, A age como se estivesse já a incumbir B da empreitada, facto que aliás é confirmado na intervenção reactiva (“*Está dito*”).

O modo cortês com que o pedido foi formulado parece ter determinado uma resposta favorável por parte de B.

Funciona de modo similar ao acto justificativo o acto de explicação: a afinidade ou proximidade entre os dois processos deve-se à sua natureza causal. Vejamos, assim, um exemplo:

(44)

“ A1 - (...) Ah, meu pai?!

B1 - Que queres tu, Zé?

A2 - *Queria que vossemecê mais o Jesus, acabassem hoje esta rede: é que eu já tenho comprador para ela ...*

B2 - Vai descansado, Zé: fica pronta. Deixa cá ver...”

A Promessa, Santareno, B.:20

⁹⁸ Cfr. pontos 4.4.1.2. e 4.4.1.2.1..

Nesta sequência, o sujeito A deseja que B acabe a rede. A expressão de desejo do locutor está lexicalizada na forma verbal “*Queria*”: quando agregado a um acto ameaçador da face, este uso particular do imperfeito, assinalado por uma desactualização temporal do presente, adquire um valor especificamente atenuador dessa ameaça. Tal realização do imperfeito, designada por Grevisse (Grevisse, 1988:1291) de “*imparfait d’attenuation*” diz respeito, no entender do autor, a “un fait présent que l’on rejette en quelque sorte dans le passé, pour ne pas heurter l’interlocuteur.” (*ibidem:idem*). Logo, ao remeter um determinado estado de coisas presente para o passado, o falante está a atenuá-lo.

A intenção mitigadora, associada a tal realização temporal e à forma de tratamento utilizada (“*vossemecê*”), é marcada também pelo acto explicativo, o qual está na origem do pedido desenhado no acto principal. Sendo o valor explicativo projectado no acto subordinado de natureza causal, o funcionamento destas sequências é, portanto, semelhante ao das de teor justificativo.

As considerações desenvolvidas sobre as dimensões ilocutórias convocadas pelos actos de justificação e de explicação permitem já a abordagem de outro tipo de sequências. Assim, às sequências [acto ilocutório principal + acto ilocutório subordinado / justificativo] deve juntar-se uma outra que apenas dela difere porque o acto ilocutório principal é precedido por um pré-sequência⁹⁹ (preliminares, prefácios, pré-preliminares...). Fonseca (Fonseca,1994b:118) caracteriza estes segmentos em termos funcionais e diz: “estas pré-sequências obtêm relevância e inscrevem-se nos padrões sequenciais como segmentos que basicamente preparam, sustentam e sobretudo acautelam a eficácia ou o sucesso de uma dada intervenção a que se vinculam.”.

Vejamos alguns exemplos que comportam pré-sequências:

(45)

⁹⁹ Os preliminares haviam sido designados de “*preparators*” por House e Kasper (House e Kasper,1981). Há ainda os preliminares de preliminares (“*pre pre*”), terminologia atribuída a Roulet, E. et alii (Roulet, E. et alii, 1985: 87).

“ A - Estou com a peste e não chego à madrugada. *Não entrem que lhes passo a malina...*

(...)

B - Bem hajás, comadrinha, bem hajás pelo aviso.”

O Romance da Raposa, Ribeiro, A.:131

(46)

“ A - (...) **Ouve: o teu machinho é forte, é pimpão, e vai sem carga. Aceitas levar-me na garupa, e tocamos o sendeiro para a frente, que ele guia-nos?**

B - Toque lá, Vossa Paternidade.”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:145

Em ambos os exemplos, o preliminar, realizado por um acto explicativo, é usado para apoiar e conferir legitimidade ao acto ilocutório principal.

Em (45), a pré-sequência (“Estou com a peste e não chego à madrugada.”) e o acto de justificação (“**que lhes passo a malina...**”), subordinados ao acto principal, convocam uma dimensão ilocutória de aviso, activada no sentido de que, se não acatarem a directiva, estão a correr um sério risco.

Na sequência (46), para além do preliminar, há ainda a assinalar o emprego de outro mecanismo que favorece a qualificação do acto principal. Refiro-me, particularmente, ao acto justificativo e ao emprego da frase de tipo interrogativo, introduzida pela forma verbal “*aceitas*”. Tal emprego constitui um processo de atenuação da ameaça de face do locutor B: preservar e não infringir o território do outro, deixando-o agir livremente, é um dos objectivos socio-comunicativos perseguidos por A. Procedendo desta forma, o sujeito A respeita, por um lado, as necessidades de face negativa do seu interlocutor (como já assinalei em (33) e (43)) e, por outro, salvaguarda a sua própria face da ameaça de afectação. Para além disso, a forma “*aceitas*” introduz ainda um pedido humilde, em que o locutor se coloca num lugar interactivo baixo.

A esta sequência mitigada e cortês, corresponde, na intervenção reactiva, uma resposta consonante.

Inscribe-se ainda na designação de pré-sequências os pré-preliminares, i.e., segmentos que indicam antecipadamente o tipo ilocutório a que pertence o acto principal. É o caso das sequências (47) e (48):

(47)

“ A - **Ouçã o conselho de uma tola e aceite se bem achar. A água não é muita; são duas odradas, se tanto. *Se nós a bebêssemos?! Tirávamos, depois, o queijo a seco...***

B - O conselho não seria mau, se fôssemos capazes de tragar o líquido todo. Mas quem sabe? Estou em dizer que não temos pança para tanto.”

O Romance da Raposa, Ribeiro, A.:136

(48)

“ A - (...) **eu só lhe queria pedir um favor... *Era que me deixasse agradecer a caridade deste boa gente, a começar pelos senhores cabos de ordens, que são pessoas honradas e de peso e amanhã, hão-de ser pais de filhos, e ninguém sabe para que é que a gente os cria...***

B - Diga lá... Se estiver na minha mão...”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:109

Quer em (47) quer em (48), o falante A, através do emprego do pré-preliminar, pretende preparar antecipadamente o seu interlocutor para o acto que será executado, fazendo realçar o valor não impositivo da sua instrução directiva ((47) “**Ouçã o conselho de uma tola e aceite se bem achar.**”; (48) “**eu só lhe queria pedir um favor...**”).

Acresce que, em (47), o preliminar (“**A água não é muita; são duas odradas, se tanto.**”) surge como um reforço ao segmento antecedente, dado que serve para justificar e conferir mais legitimidade à instrução directiva “*Se nós a bebêssemos?!*”. O que importa é que estas pré-sequências, com uma natureza causal de justificação / explicação, quando aplicadas ao valor de sugestão projectado no acto principal - valor esse activado internamente pela frase interrogativa e pela oração condicional -, promovem a derivação de uma outra dimensão ilocutória. Daí que o valor comunicativo convocado seja o de conselho com um matiz de incitamento.

Ainda, em (47), o tratamento respeitoso, o segmento “ **aceite se bem achar**”, o uso do mecanismo de substituição de actos de discurso - i.e., a formulação de uma pergunta em vez da frase imperativa correspondente - e o facto de o falante A se auto-nomear de “**tola**”, i.e., alguém sem indoneidade (mental) para aconselhar seja quem for, todos estes dispositivos assinalam o desejo desse falante de não impor a sua directiva a B, cabendo a este a acatção (ou não) da mesma. Acontece que, como sublinhei antes, estes mecanismos são, por vezes, usados como artefactos que marcam estrategicamente a intenção do locutor de, servindo-se da expressão de atitudes positivas, obter um efeito

interaccional persuasivo e convincente. Por isso, a sequência analisada parece estar ao serviço do processo de atenuação estratégica.

Para além dos meios de atenuação apontados, o facto de A, no acto ilocutório principal, utilizar a primeira pessoa do plural contribui para criar um efeito de maior proximidade afectiva entre os interlocutores, sugerindo como que um espaço de cumplicidade entre eles.

Perante tal manifestação de amizade, afabilidade e envolvimento afectivo - este último ligado à assunção do sujeito enunciadador no discurso -, B discorda levemente, atribuindo uma certa brandura à sua refutação. O que interessa é que a uma realização mitigada do acto directivo corresponde, na intervenção reactiva, uma refutação igualmente atenuada (“O conselho não seria mau, se fôssemos capazes de tragar o líquido todo. Mas quem sabe? Estou em dizer que não temos pança para tanto.”).

Vejamos outra situação em que a intervenção iniciativa é também introduzida por um pré-preliminar:

(49)

“ A1 - Quero pedir-te um favor, João Sem Medo.

B - Dize lá o que queres.

A2 - Se não te incomodasses muito, em lugar de partirmos directamente para Chora-Que-Logo-Bebes, *visitaríamos primeiro a minha terra. Queres?*”

As Aventuras de João Sem Medo, Ferreira, J.G.:40

Neste enunciado, o falante A comunica a B a sua intenção de formular um pedido. Esse pedido é, depois, activado numa frase de tipo condicional¹⁰⁰. Se os factos descritos na oração subordinante, correspondente, neste caso específico, ao acto ilocutório principal, se projectam numa perspectiva temporal de futuro, o emprego do modo condicional, em vez do futuro, constitui uma forma polida denotadora de desejo¹⁰¹. Para além desta indicação mitigadora, o sujeito A, na oração subordinada condicional, envolve emocionalmente o seu interlocutor ao insinuar que a satisfação do seu desejo depende apenas dele, tal como, aliás, é depois explicitado na pergunta

¹⁰⁰ O tipo de frase condicional presente em (49) refere-se a factos de realização provável.

¹⁰¹ Trata-se, por isso, de uma realização estilística do condicional que serve para atenuar a expressão de desejo.

“Queres?”. Cumulativamente, ao formular o pedido nestes termos, A faz também uma sugestão.

Apresentarei ainda um último exemplo em que se faz uso de um pré-preliminar:

(50)

“ A (...) - Ouve, Joana, eu quero pedir-te uma coisa, antes que te vás embora: tu sabes... o meu filho, o João Claro, perdeu o juizinho: anda por essas estradas do mundo... Foste tu, Joana! Foi por causa de ti: dantes ele era tão reinadio, tão bom para mim!... (Para Cláudio) Imagine, meu senhor, que não me deixava fazer nada: nem regar, nem schar... nada, nem as coisas que até mesmo os cachopinhos fazem!... Depois é que... Fugiu, nunca mais o vi! *Ai, Joana, vai tu buscá-lo! Procura-o! Traz-me o meu filho, Joana!* (...) ”

B (...) - Não sei ... Não posso...”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.: 350

O pré-preliminar (“Ouve, Joana, eu quero pedir-te uma coisa, antes que te vás embora”) e o preliminar (“tu sabes... o meu filho, o João Claro, perdeu o juizinho: anda por essas estradas do mundo... Foste tu, Joana! Foi por causa de ti: dantes ele era tão reinadio, tão bom para mim!...”) exercem, tal como nos exemplos anteriores, uma função de atenuação, mitigando a dimensão ilocutória de pedido afecta ao acto principal, dimensão essa assinalada igualmente, a nível nuclear, pelo vocativo - repetido no início do acto principal e no final do segundo acto coordenado - e pela interjeição (“*Ai*”).

Os actos de reformulação (“*Procura-o! Traz-me o meu filho, Joana!*”) vêm, por sua vez, reforçar a instrução inicial (“*Ai, Joana, vai tu buscá-lo!*”), já que confirmam o pedido aí anunciado. Esses actos de retoma convocam, por isso, uma dimensão ilocutória de súplica.

Note-se ainda que a forma verbal “quero”, no presente do indicativo, é a expressão lexicalizada da *vontade* - diferente, como vimos, da expressão de *desejo*¹⁰² - do locutor e, por isso, reveste-se já de uma tonalidade impositiva. Tal forma tem, deste modo, um valor de insistência e de reforço. Por isso, a aparente atenuação da instrução imperativa pode ser uma forma hábil de intensificar o incitamento para que o sujeito B colabore. O papel de carpideira que A representa durante a sua intervenção intensifica a

¹⁰² A propósito da diferença entre “quero” e “queria”, ver a explicação que acompanha, respectivamente, os exemplos (29) e (31), por um lado, e (44), por outro.

sua dependência relativamente ao falante B como se o estivesse a obrigar a uma tomada de decisão rápida e favorável. Incluo também (47) na subcategoria da atenuação estratégica.

Na pré-sequência pode ainda projectar-se uma dimensão ilocutória de elogio. É o caso de (51):

(51)

A - Ó rapazes, tenho lá um vinhinho, o pedaço de um palhetinho, que até fica a regar nas goelas uma música celestial. *Só queria que provásseis...*

B - Se ele é isso (...) a operação é boa de fazer."

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:97

O vocativo "**Ó rapazes**" tinge-se de afectividade e sugere um espaço de cumplicidade entre os interlocutores.

Introduzido o apelo a uma certa convivência, o sujeito A inicia um "jogo de sedução", em que, de uma forma velada, tenta aliciar os colegas a ir beber uns copos a sua casa. Tal intenção acaba por ser explicitada no acto ilocutório principal por meio do imperfeito de atenuação ("*queria*"). Agregado ao acto principal, este atenuador, somado à asserção laudativa contida na pré-sequência, promove a derivação de uma força ilocutória de convite matizado de incitamento. Noto, porém, que o acto de convite está muito próximo do acto de oferta, que se inscreve nos actos comissivos.

A dimensão ilocutória de elogio, para além de instituir um espaço comum de (quase) cumplicidade entre os falantes, contém igualmente, como vimos, um incitamento para que o ouvinte colabore. Vejamos um outro exemplo:

(52)

A1 - Viva lá, tia Joaquina, viva lá! Então sempre na lidairada?! *Duarte, chega-me uma canequinha aqui à tua mulher. Vá, que governadeira assim nem de encomenda...*

B1 - O tio Malhadinhas sempre tem coisas! - disse ela quebrando a fúria.

(...)

A2 - Vossemecê é mulher das de bom tempo! Já não há desse barro. Não há, não senhora! Ah! que se a minha Brízida morresse e a tia Joaquina enviuvasse, bem sei eu onde ia bater!... Deus ta guarde por muitos e bons, Duarte, que não a mereces.

Mas, então, saboreie lá o seu vinhinho... É uma pinga de estalo, lá isso é que é, quem o negue é capaz de negar as Cinco Chagas.

B2 - Está bem, bebo, mas primeiro há-de beber vossemecê...”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:99/100

Importa, antes de mais nada, situar contextualmente esta sequência para compreendermos melhor a atitude e o discurso do falante A.

A personagem B, esposa de um amigo do locutor A, furibunda por o marido ter convidado alguns colegas para beberem uns “copos”, rompeu, assim que os viu, num enorme espalhafato, lançando impropérios a todos os presentes. Para “fazer face à serpente”, A serve-se de algumas artimanhas que aprendeu: começa, então, na intervenção iniciativa, por saudar B e convida-a, de seguida, a juntar-se ao grupo. Esse acto ilocutório de convite é realizado por meio de um acto indirecto (“*Duarte, chega-me uma canequinha aqui à tua mulher.*”¹⁰³). As asserções laudativas, que se seguem, por meio das quais o falante A reveste as palavras de brandura como quem amansa a fera, uma vez aplicadas ao acto ilocutório principal, promovem, tal como em (51), a derivação de uma dimensão de incitamento. Tal enunciado tem sobre o sujeito B um efeito convincente, pois este, rendido aos elogios de A, começa a dar alguns indícios que apontam já para uma certa anuência.

Na sua intervenção seguinte, A investe ainda com mais elogios para, finalmente, persuadir B a aceitar o seu convite, reformulado e reforçado no segmento “*Mas então saboreie lá o seu vinhinho...*”. Anoto que, aqui, a PM *lá* também é utilizada no sentido da atenuação da instrução imperativa; a sua ausência produziria um efeito comunicativo mais sério e brusco, próximo da ordem. Por conseguinte, o uso da PM e do diminutivo (“*vinhinho*”) mitigam, a nível interno, a força do acto directivo e projectam, juntamente com o acto de elogio que o precede, uma dimensão ilocutória de convite / incitamento.

O sujeito A, astuto e calculista, servindo-se tacticamente de apreciações lisonjeiras, fez uso de determinadas formas linguísticas para obter uma reacção positiva por parte do seu interlocutor, o que acabou por conseguir. Dado que, nas suas intervenções, o falante A utilizou mecanismos quer de reforço - dativo ético e acto de reformulação parafrástica por expansão - quer de mitigação - diminutivos, PM e actos de elogio - ,

¹⁰³ Relembro o valor de reforço do dativo ético (“*chega-me*”).

localizados interna e externamente, a sequência (52) inclui-se no subgrupo dos enunciados matizados e serve, de igual modo, a atenuação estratégica..

É curioso verificar que o acto de reformulação A2 é introduzido pelo marcador *então*. Este marcador tem um papel central na estruturação da conversação, pois apresenta retroactivamente um tópico já introduzido - i.e., o acto ilocutório principal -, o qual foi, entretanto, interrompido pelas explicações, comentários e elogios de A.

Esse marcador funciona como um MSC (marcador de estruturação da conversação)¹⁰⁴, uma vez que, como disse, reintroduz um tema iniciado na intervenção anterior, dando-lhe deste modo continuação ou fecho, como escreve Zenone (Zenone, 1981:117) a propósito do “*donc*” francês: “(...) *donc* renvoie anaphoriquement à un topique dont il a été question préalablement et qui est ainsi réintroduit et poursuivi (...)”. A operação estrutural realizada pelo MSC *então* pode ser parafraseada da seguinte forma: ‘Então, retomando o meu convite para o qual ainda não obtive qualquer tipo de resposta, renovo o meu convite para que saboreie o seu vinhinho’. A presença desse marcador é, pois, indispensável para continuar a instrução imperativa iniciada na intervenção anterior.

Recapitulando o que registei de mais importante sobre a modalidade de atenuação, insisto no facto de, por vezes, os dispositivos de mitigação fazerem parte de uma manobra estratégica, que visa preparar a eficácia comunicativa da instrução imperativa contida no acto ilocutório principal. Tal modalidade está habitualmente ao serviço (1) da cortesia positiva e negativa e (2) da atenuação estratégica e da atenuação real.

Tratarei, de seguida, os mecanismos utilizados nos actos assertivos e seguirei o procedimento já adoptado nos actos directivos: começarei pelos dispositivos situados no núcleo da ilocução principal, passando, depois, aos que se localizam na sua periferia e, por último, analisarei os dois tipos de mecanismos quando ocorrem em simultâneo no mesmo enunciado.

¹⁰⁴ Cfr. Auchlin, 1981 e Zenone, 1981

Capítulo III - Actos Assertivos

0. Introdução

Seguindo, como tenho vindo a fazer, a taxionomia dos actos de linguagem proposta por Searle, abordarei, neste capítulo, os Actos Assertivos. Nestes, o sujeito falante manifesta a sua tomada de compromisso face à validade do conteúdo descrito na proposição, i.e., comunica o modo como avalia o seu valor de verdade. Cumpre, em princípio, ao ouvinte acreditar na informação que lhe está a ser transmitida.

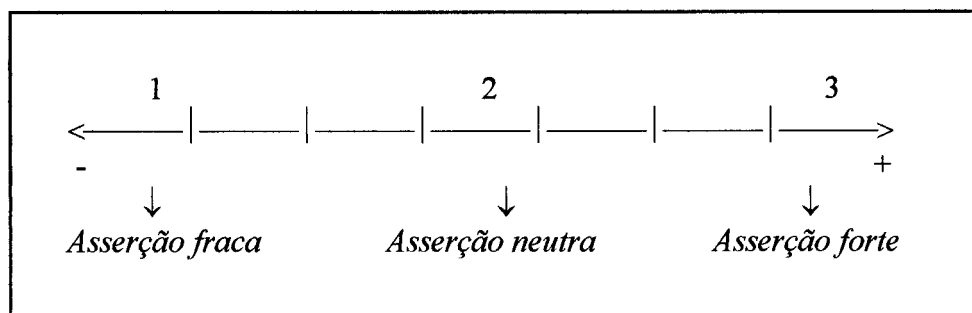
Ao optar por uma realização linguística deste tipo, o locutor marca a sua posição ou atitude perante o conteúdo assertado. Essa posição apresenta diferentes matizes pragmáticos, que são projectados na sequência discursiva por marcadores que veiculam as modalidades que tenho vindo a analisar - atenuação e reforço. Assim, ao passo que os dispositivos de mitigação sugerem ou incerteza genuína por parte do falante quanto à verdade dos factos contidos na proposição que enuncia - e consequente desresponsabilização pela sua validade - ou um distanciamento cuidadoso e calculado relativamente ao estado de coisas aí configurado, os intensificadores, por outro lado, servem quer para comunicar a firmeza da convicção do locutor no conteúdo assertado quer para assegurar positivamente o ouvinte da validade da informação que possui. Não obstante as diferenças que demarcam esses qualificadores, um traço comum parece ser o facto de ambos se orientarem, respectivamente, para a mensagem ou para o ouvinte¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Cfr. significado epistémico/significado afectivo, *Primeira Parte*, capítulo II, pontos 4.4.1.2. e 4.4.1.2.1..

Ao passo que a *modalidade epistémica* marca o modo como o locutor avalia o valor de verdade da proposição, a *modalidade emotiva* assinala as suposições e expectativas do falante para com o ouvinte. Nesta última, a modificação localiza-se a nível da força ilocutória. Já a primeira diz respeito ao conteúdo proposicional.

Acontece, no entanto, que nem sempre é fácil determinar se o emprego dessas estratégias assinala a relação do locutor para com o outro participante ou se marca a atitude daquele quanto à validade da mensagem: por exemplo, em conversas de carácter mais informal em que são usadas formas de modalidade com um valor de atenuação, o locutor, por vezes, sabe do que está a falar, mas não quer assertar para (1) não correr o risco de ofender o seu interlocutor ou de lhe impor quaisquer obrigações¹⁰⁶ ou para (2) não se comprometer nem assumir a responsabilidade assertiva pela informação contida na proposição, deixando, assim, a decisão final ao outro participante envolvido na comunicação. Em ambas as situações, o sujeito da enunciação, para minimizar ou mesmo evitar um confronto com o outro participante, concede-lhe alguma responsabilidade, procurando negociar com ele a resolução de uma situação que redundará em favor de ambos. Tal situação não se verifica nos enunciados em que ocorrem marcadores de reforço: por meio do uso destes, o falante assevera a sua posição de autoridade e sublinha a sua intenção de cumprir com sucesso e eficácia o seu objectivo comunicativo-informativo.

Se considerarmos o grau de certeza com que o sujeito enunciador exprime o valor de verdade da sua asserção, é possível estabelecer um '*continuum*' - escala de valores - que se desenrola a partir de um pólo negativo até um pólo positivo, com soluções intermédias, como podemos observar no seguinte esquema:



Esquema 4: Graus delimitativos da força da asserção.

¹⁰⁶ Neste caso, os atenuadores estão ao serviço da estratégia de cortesia negativa, pois, por meio deles, o falante exprime deferência pela esfera individual (ou face negativa) do ouvinte.

O valor *assertivo fraco*, *neutro* ou *forte* depende, pois, do grau de certeza com que é apresentado o conteúdo da proposição. Ao realizar uma *asserção neutra* - de grau zero -, o sujeito falante acredita na verdade da informação que possui e espera que o seu interlocutor também venha a acreditar. Se optar pela enunciação de uma *asserção forte*, o falante reforça a sua atitude de crença e certeza quanto à verdade da sua mensagem por duas razões: (1) asseverar a sua posição e tentar impô-la ao outro participante; (2) prevendo uma certa descrença e dúvida por parte deste quanto à validade do estado de coisas assertado, intensificar a sua posição para se tornar mais convincente. Já ao enunciar uma *asserção fraca*, o falante não pretende impor a sua crença ao alocutário por vários motivos: ou porque, tendo dúvidas sobre a verdade da informação de que é portador, solicita ao alocutário uma opinião mais válida, ou porque deseja auscultar o conhecimento que este possui sobre uma determinada matéria. Nestes dois últimos tipos de asserção, os modificadores qualitativos que aí operam servem para comunicar sentidos de natureza subjectiva (com um valor modal epistémico ou afectivo¹⁰⁷), os quais se sobrepõem ao sentido denotativo da proposição.

Observo que as designações de “asserção fraca” e “asserção forte” haviam sido propostas por Borillo (Borillo, 1992:33) no seu estudo sobre a modalidade assertiva expressa por meio da categoria verbal.

De um modo genérico, as asserções fracas estão, no dizer do autor, ligadas aos verbos “renvoyant à la notion de croyance”(ibidem:52) - verbos de opinião -, ao passo que as asserções fortes a todos aqueles verbos “renvoyant à la notion de connaissance”(ibidem:ibidem) - verbos de percepção física e intelectual.

Borillo entende ainda que, quer num caso quer noutro, a modalidade que os verbos assertivos¹⁰⁸ introduzem “conduit à faire considérer la proposition comme vraie selon le point de vue du locuteur, les nuances étant précisément le fait de la valeur plus ou moins assertive du verbe qui l’introduit (...)” (ibidem: 33). O esquema que propõe sobre o valor

¹⁰⁷ Como já disse, nos enunciados com meios de atenuação e de reforço, valorizam-se os sentidos lógico-semânticos ou pragmático-contextuais inerentes ao acto em curso, os quais indiciam, respectivamente, a subjectividade da instância enunciativa em relação quer à verdade do conteúdo proposicional quer ao outro interactante.

¹⁰⁸ Por isso, Borillo designa de assertivos todos aqueles verbos que “à la forme affirmative et renvoyant au locuteur (...) attribuent ou conservent à la proposition qu’ils introduisent la valeur d’une assertion ou d’une quasi-assertion, même s’ils l’affaiblissent par la modalité épistémique dont ils sont l’expression.” (1992:33)

assertivo - forte ou fraco - desses verbos (e de fórmulas equivalentes) é bastante elucidativo, pelo que o transcreverei com ligeiras alterações (*ibidem*:52):

1	2	3	
je crois	c'est probable	je sais	c'est évident
je trouve	je suppose	je me rends	je suis sûr
je pense	je présume	compte	je suis certain
etc.	j'espère	je vois	etc.
	etc.	etc.	
“assertifs faibles”		“assertifs forts”	

Borillo faz ainda notar que, do ponto de vista semântico e enunciativo, todas estas formas “renvoient à un mode d’expression de la modalité épistémique dont le rôle est à la fois de sous-tendre et de tempérer l’affirmation d’une proposition énoncée.” (*ibidem*:34). Digo mais: tais formas servem não só a modalidade epistémica, mas também podem estar ao serviço da modalidade afectiva, dado que, como já disse, marcam, por vezes, determinados procedimentos estratégicos do locutor para com o outro interactante.

Como podemos observar no esquema, um traço comum a todos os verbos modais - - que me parece oportuno deixar aqui anotado - é o seu emprego na forma declarativa, na primeira pessoa do singular e (geralmente) no presente do indicativo. Tal uso traduz a tomada de posição do falante em relação à verdade da proposição que enuncia. Isto porque os verbos assertivos, estando estreitamente ligados à subjectividade do sujeito da enunciação, projectam no discurso uma apreciação ou avaliação pessoal quanto ao valor de verdade da mensagem contida na proposição. Se o sujeito do enunciado não coincidissem com o sujeito da enunciação, este limitar-se-ia a relatar a opinião daquele sobre um determinado estado de coisas assertado.

É claro que cada uma das formas representadas no esquema proposto por Borillo tem, em português, um termo substantivo que as traduz com rigor, pelo que o aplicarei

ao “*corpus*” que seleccionei. A esta lista de formas verbais, acrescento ainda todos aqueles adjectivos, advérbios e locuções adverbiais com um valor muito próximo que servem, do mesmo modo, a modalidade assertiva.

1.1. Mecanismos de Reforço utilizados

Tal como procedi na análise dos dispositivos linguísticos de intensificação utilizados nos actos directivos, começarei também aqui por descrever aqueles que actuam internamente (1.1.1.), passando, depois, para os que se localizam na periferia do acto (1.1.2.) e, finalmente, darei conta dos que se situam interna e externamente (1.1.3.). Adoptarei, porém, uma nova metodologia: dado que as ilocuições assertivas fortes possuem valores pragmático-comunicativos muito semelhantes, explicarei apenas em 1.1.1. o funcionamento dos marcadores de reforço com algum pormenor e nos outros pontos, 1.1.2. e 1.1.3., darei mais importância ao registo de formas linguísticas (de intensificação) para evitar fazer comentários descritivos redundantes e, por isso, desnecessários, comentários esses que já foram suficientemente explanados na parte introdutória deste capítulo e que desenvolverei de seguida; em 1.1.2. e 1.1.3., tentarei ainda colocar cada uma das formas registadas numa das zonas delimitadas no esquema 4..

1.1.1. Modificação Interna

A análise do esquema sugerido por Borillo sobre os assertivos fortes e fracos suscita-me uma observação: não obstante os aspectos divergentes que opõem os dois tipos de marcadores, um dos traços que mais fortemente os caracterizam é, justamente, o facto de todos eles serem a expressão explícita das condições de estado psicológico inerentes aos actos assertivos.

Começarei, assim, por analisar todos aqueles marcadores de modalidade que exprimem um elevado grau de certeza em relação ao valor de verdade da proposição que acompanham. Estes marcadores reúnem, como vimos, verbos (e fórmulas equivalentes) de percepção física e intelectual e, visto que estão ligados ao conhecimento que o sujeito enunciator possui sobre um determinado estado de coisas, marcam uma tomada de compromisso por parte daquele face à validade daquilo que enuncia. Vejamos, pois, alguns exemplos:

(53)

“A - Eu vi... Eu vi na sua cara a mesma coisa... A mesma baba dos outros homens!... Também o senhor... Também! (...).”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:334

(54)

“A - (...) Digo e redigo: uns borrachos, uns bêbados, é o que são os vossos homens! Bêbados, bêbados!...”

A Promessa, Santareno, B.:41

(55)

“A - É um grande edifício, não há dúvida.

No estrangeiro não deve haver assim muita coisa, com certeza.”

R.T.X. 78/24, Gedeão, A.:116

(56)

“A - (...) Não há dúvida, meu amigo: tem um filho que, na dança, é, na verdade, genial.”

O Bailarino, Santareno, B.:91

(57)

“A - Evidentemente, trata-se de uma espécie de tampa que cobre a abertura de um subterrâneo...”

Aventuras de João Sem Medo, Ferreira, J.G.:115

(58)

“A - (...) Verdade é, Libório, que o pecado é um fiel companheiro do luxo e da ociosidade. E não menos verdade é que não há nada a facilitar com mulheres que têm um espelho onde o diabo lhes diz que são bonitas!”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:40

(59)

“A - (...) Mas bem certo é que a originalidade é um dom do Senhor e que aqueles que dela possuem o privilégio bem se podem julgar seres de eleição. O homem é o mono do homem e isso constitui um dos maiores axiomas do nosso saber.”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:50

(60)

“A - Pois eu vos digo, este homem foi muito falado em terras do Douro, há obra de uns meses. Andava ele na tal linha que corta para Trás-os-Montes, na empreitada da ponte. Foi um passo que deu brado!”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:131

Estamos perante enunciados em que se produz um efeito de reforço da asserção. Esse efeito deve-se, em particular, ao uso de mecanismos diversificados, tais como: fórmulas que denotam a firmeza da convicção do sujeito enunciadador quanto à verdade das suas afirmações ((53) *“Eu vi... Eu vi”*; (54) *“Digo e redigo”*; (55) *“não há dúvida”* / *“não deve haver (...) com certeza”*; (56) *“Não há dúvida (...) é, na verdade (...)”*; (57) *“Evidentemente”*; (58) *“Verdade é (...) E não menos verdade (...)”*; (59) *“bem certo”*; (60) *“Pois eu vos digo”*); repetição de palavras ou retoma por um sinónimo ((53) *“Eu vi... Eu vi”* / *“a mesma coisa... A mesma baba...”*; *“Também o senhor... Também!”*; (54) *“uns borrachos, uns bêbados (...)! Bêbados, bêbados!”*); retoma não parafrástica de uma ideia, por expansão ((58) *“(...) E não menos verdade é que não há nada a facilitar com mulheres que têm um espelho onde o diabo lhes diz que são bonitas!”*) ou por condensação ((59) *“(...) O homem é o mono do homem e isso constitui um dos maiores axiomas do nosso saber.”*); e, finalmente, o emprego do presente gnómico ou durativo, em (58) e (59). No que respeita a este último mecanismo, Cunha e Cintra (Cunha e Cintra, 1986), tomando como exemplos as verdades científicas, os dogmas e os artigos das leis, são da opinião de que o presente do indicativo, neste seu uso específico, serve para “indicar acções ou estados permanentes ou assim considerados” (*ibidem*:447), sendo, por isso, apresentados de antemão como verdades irrefutáveis que não carecem de demonstração e de cujo conhecimento deveriam partilhar, em princípio, o locutor e o alocutário.

Note-se que em todos os enunciados se desenha um “espaço de verificação” (Fonseca,1993c.:39), em que o sujeito A se compromete profundamente com a veracidade da informação de que é possuidor e assume inteiramente aquilo que assera, não receando o peso da responsabilidade nem das consequências que poderão advir em virtude das afirmações feitas. Trata-se, portanto, de afirmações categóricas, de carácter absoluto, por meio das quais o sujeito da enunciação defende com convicção um

determinado ponto de vista e tenta como que impô-lo ou lembrá-lo/evocá-lo ao outro interactante.

O que importa reter, neste primeiro grupo de enunciados, é o modo como o falante comunica o valor de verdade do seu enunciado de forma a que este seja ratificado - total ou parcialmente - pelo alocutário, diminuindo, deste modo, a probabilidade de ser negado. Não está de todo ausente, nesta tentativa de aumentar a aceitabilidade do enunciado, o propósito de conseguir a adesão do outro interveniente para que partilhe da sua opinião. Esta intenção surge, por vezes, explicitada quando o falante apela ao senso do seu interlocutor para que aceite como verdadeira a informação de que dispõe. Neste caso específico, a expressão de reforço é feita através da explicitação do objectivo ilocutório¹⁰⁹: o locutor revela a sua posição face a um determinado estado de coisas e espera que o outro participante se solidarize com essa posição. Para que este propósito seja bem sucedido, o falante utiliza determinadas fórmulas que denotam o seu desejo de obter uma resposta que seja a confirmação do seu ponto de vista. Vejamos alguns exemplos:

(61)

“A -(...) Podes crer, caem nevadas em todas as vidas e em todas as condições, tanto na do homem de leis como na do rico ou do frade.”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:135

(62)

“A - Creia, Tiago, a minha maior preocupação foi sempre esconder o amor que lhe tinha, amor doido, amor tão fundo, que o único regalo era sentir o sacrificio que lhe fazia, esta imolação ignorada da minha juventude e dos prazeres que o mundo me podia proporcionar.”

Quando ao Gavião cai a Pena, Ribeiro, A.:47

(63)

“A - Fique sabendo, sua lagarta: a raposa morreu.”

Romance da Raposa, Ribeiro, A.: 62

¹⁰⁹ O objectivo ilocutório define o conteúdo referido na proposição como verdadeiro: o locutor acredita na verdade do seu enunciado e espera que o seu interlocutor também acredite.

(64)

“A - Acredita (...) quando fores velho e que os netos te engatinhem pelas pernas, hás-de ter saudades destes tempos, com invernos que arrastam as pontes, neves que cegam a gente, fome, sede, sono, pelos caminhos compridos dos viandantes. Oh, se hás-de ter! E se pudesses voltar atrás não escolherias outra vida, que lá diz o provérbio: arrieiro no tarde chora por arrieiro, nanja por cavaleiro.”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:146

(65)

“A - Paulo Ivanov, reaparecerá em forma, acreditem. Talvez com menos técnica, mas certamente, com muito mais poesia.”

O Bailarino, Santareno, B.:133

(66)

“A (...) Tu não prestas; és desordeiro e já não serves prò mar. Não serves prò mar, digo-to eu: ganhaste-lhe medo, ganhaste-lhe medo! Tu não prestas.”

O Lugre, Santareno, B.:229

Note-se que, em todos estes enunciados, a ideia de reforço da asserção é comunicada por meio de formulações que se orientam sobre o alocutário, como é o caso do vocativo ((62) “Tiago” e (63) “sua lagarta”) e das formas verbais (61) “Podes crer”, (62) “creia”, (63) “Fique sabendo”, (64) “Acredita” e (65) “acreditem”. É curioso que estas formas, por força do tempo/modo - presente do indicativo e imperativo¹¹⁰ - e da pessoa (2ª e 3ª pessoas) em que se encontram - e também de pertencerem ao grupo dos verbos de percepção intelectual, traduzem linguisticamente os apelos do locutor ao bom senso e à racionalidade do seu interlocutor para que acredite na mensagem que lhe é comunicada. Ou melhor, tais formas, exprimindo uma função de apelo¹¹¹, como que exigem uma reacção de consentimento e concordância por parte do alocutário. Por isso, o traço mais genérico dessas fórmulas parece ser a tentativa do locutor de convencer o alocutário da validade das suas palavras, prevenindo de antemão uma possível reacção ou tomada de posição negativa por parte deste. Essas formas exprimem, assim, a expectativa ou a preferência do locutor A por uma reacção

¹¹⁰ Como sabemos, o imperativo afirmativo possui formas próprias apenas para as segundas pessoas do singular e do plural. As restantes pessoas são expressas pelas formas correspondentes do presente do conjuntivo. Aqui, incluem-se as terceiras pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronome de tratamento, como *você*, por exemplo (Cintra e Cunha, 1986:474).

¹¹¹ Algumas “expressões de apelo” estão, por vezes, ligadas à expressão de apaziguamento, o que faz com que o enunciado se aproxime de um acto de persuasão.

consonante por parte do seu interlocutor. Daí que, por vezes, a ilocução assertiva active uma dimensão de garantia, como em (65).

Para mais fortemente persuadir o seu interlocutor, o falante pode ainda intensificar a sua opinião com a citação de um argumento de uma autoridade, como em (63)¹¹², em que o provérbio (“*arrieiro no tarde chora por arrieiro, nanja por cavaleiro*”) vem como que reforçar a tese de que, quando for mais velho, o alocutário há-de ter saudades do tempo vivido na sua lida de almocreve.

Para além dos dispositivos de reforço que acabei de analisar, registei ainda um uso específico da PM *lá*, que compreende todas aquelas ocorrências em que a partícula possui um efeito próximo da negação, embora não seja equivalente a ‘não’. O exemplo seguinte¹¹³ permitirá ilustrar o que acabo de dizer:

(67)

“A - Tem aqui vinho (...)

B - Bem haja (...). - Tomei aguardente, agora vinho não vai.

A1 - Qual não vai! Vinho e aguardente é tudo a mesma família.

B1 - Bem haja, pode dar-me volta ao estômago.

A2 - *Dá lá nada, homem! Beba...*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:66/67

Note-se que, na intervenção A2, a partícula *lá* reforça a argumentação do falante, fazendo sobrepor a sua opinião à convicção do outro, i.e., tenta fazer valer a ideia de que misturar aguardente com vinho nunca fez mal a ninguém. Esta certeza de A está associada a um certo desdém pelo falante B por ignorar tal ‘verdade’.

Vejamos ainda outro exemplo:

(68)

“A - *Foram sobre mim, mas podiam eles lá pilhar-me, lesto como era, lesto como ia com o vinho orçado para me acender o ânimo, e na alma um aguilhão(...).*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:111

¹¹² O acto contido na sequência (63) pertence ao domínio ilocutório de predição/previsão, como o denota o uso da conjugação perifrástica activa (“hás-de ter”). Tais actos situam-se nos assertivos, embora apresentem um valor comissivo muito ténue.

¹¹³ Nesta sequência, não assinalarei o acto iniciativo, pois o que me interessa é a intervenção A2.

A atitude de desprezo e o tom trocista do falante são assinalados, formalmente, pela inversão do sujeito (“*podiam eles*”) e pelo emprego da PM. Por meio desta, o sujeito A exprime as suas crenças: a personagem acredita que os guardas não o vão conseguir apanhar dadas as razões por ele aduzidas (“*lesto como ia com o vinho orçado para me acender o ânimo, e na alma um aguilhão*”). É como que a contraposição antecipada a um outro previsível / admitido enunciado do locutor que não chega a ser verbalizado: a admissão de que ‘eles podiam pilhar-me’ é (antecipadamente) posta de lado.

Apesar de se tratar de uma frase de tipo declarativo, parece-me que, em (68), a PM funciona como um operador de retoricidade relativo à pressuposição do protagonista de ‘não p’. Logo, esse enunciado poderia ser uma pergunta retórica, tal como o é o exemplo (69):

(69)

“A - *Quero lá alguma coisa com semelhante pirata?! Nem a bem nem a mal.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:82

Neste enunciado, a partícula *lá* está retoricamente relativa à convicção do falante A de que o indivíduo de quem está a falar, designado de modo depreciativo de “*pirata*”, era um indivíduo que lhe inspirava pouca confiança e, por isso, não constituía um adversário sério. A crença de ‘não p’, contida em *lá*, é a base da pergunta representada em (69) e constitui por si só uma resposta à pergunta de que faz parte integrante¹¹⁴. Trata-se, portanto, de uma pergunta que é retórica relativamente ao conhecimento que o sujeito A tem da resposta. Por este motivo, as perguntas retóricas, ao contrário das verdadeiras frases interrogativas, não pedem informação, mas antes fornecem-na. Daí que sejam consideradas como frases assertivas com um valor ilocutório forte. A resposta directa (“*Nem a bem nem a mal.*”), embora não sendo necessária, confirma a pressuposição do falante implícita na PM. Posso, então, afirmar que, enquanto

¹¹⁴ Nas perguntas retóricas, a PM funciona como um operador de retoricidade que nos permite interpretar a pergunta como retórica, pois activa o pressuposto do falante de ‘não p’, constituindo, por isso, uma verdadeira resposta à pergunta de que faz parte. Se a partícula *lá* for substituída por ‘não’, os pressupostos passam a ser exactamente opostos; o sentido da proposição e a(s) atitude(s) do falante deixam de ser os mesmos.

pergunta retórica, o enunciado (69) deve em parte a sua existência à partícula *lá*, que funciona como operador de retoricidade.

Convém ainda sublinhar que, neste tipo de ‘perguntas’, o significado do enunciado equivale à asserção negativa correspondente e, por isso, no dizer de Schmidt-Radefeldt (1977:384), “the focussed constituent (...) turns out to be intended in a universal negated sense (...)”, i.e., o segmento “quero lá alguma coisa” [+ ret.] → ‘não quero nada’. Observe-se, porém, que o protesto e a indignação manifestados pelo falante A na pergunta retórica são atenuados na asserção negativa.

Para além do facto de se tratar de uma pergunta retórica, também a PM contém um valor pragmático de negação, que não equivale ao advérbio ‘não’, pois apenas nega conversacionalmente um enunciado pressuposto, não realizado, atribuído ao locutor. Vejamos o que acontece se *lá* for substituído por “não”:

(69’)

“ A - *Não quero nada com semelhante pirata?! * Nem a bem nem a mal.* ”

A resposta (“Nem a bem nem a mal.”) não reflecte as convicções do falante no momento de proferir a pergunta, dado que esta, tendo a resposta nela imbricada, implica uma inversão do sentido do seu conteúdo proposicional:

“Não quero nada” [+ ret.] → “Quero alguma coisa”

Se fosse necessário explicitar a resposta, esta seria: ‘(É claro que)Quero’. Como podemos verificar, em (69’), a retoricidade não se perde, mas os pressupostos são exactamente opostos.

Apresentarei outro uso de uma pergunta retórica idêntico a (69):

(70)

“ A - *Pois pode-se lá ser herege ou beato falso quando se considera a sagrada paixão e morte de N.S. Jesus Cristo, redentor dos homens e de tantos santinhos que derramaram o sangue pela luz da verdade?! Não pode.* ”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:152/153

A PM determina, tal como no exemplo anterior, a pressuposição do sujeito A de ‘não p’, i.e., a crença de que não se pode ser herege nem beato falso. O uso da pergunta retórica, em vez da asserção negativa, reforça a firmeza de tal convicção igualmente expressa no verbo modal (poder) e confirmada na ‘resposta’ “*Não pode.*”.

Às pressuposições do falante, assinaladas na PM e também no facto de a própria pergunta retórica implicar uma relação de inversão de sentido, acrescenta-se a sugestão de uma atitude subjectiva (certeza) que se neutralizaria se a partícula *lá* fosse substituída por ‘não’.

Para terminar esta análise das perguntas retóricas, darei um último exemplo:

(71)

“A - *Não é verdade que nestas aventuras do coração sempre queda uma pontinha de dúvida?*”

B - E chegou a esse resultado há anos? agora?”

Quando ao Gavião Cai a Pena, Ribeiro, A.:42

Também, aqui, a pergunta retórica fornece uma orientação ou aponta uma tendência afirmativa para a ‘resposta’ nela contida:

‘Não é verdade que...’ + [ret.] → ‘É verdade que...’

Note-se, todavia, que, ao perguntar se não é verdade aquilo que enuncia, o falante como que sugere ao seu interlocutor que responda afirmativamente à sua pergunta. Se for este o caso, o enunciado (71) não é propriamente uma pergunta retórica, mas sim uma variante da pergunta “tag”¹¹⁵, destinada a obter do alocutário a ratificação - total ou parcial - ou, mesmo, a rectificação do conteúdo proposicional assertado. Logo, tal pergunta é, de certa forma, uma pergunta manipuladora. E, uma vez que o falante, ao apelar a uma reacção consonante/dissonante por parte do seu interlocutor, não está a assumir inteiramente a responsabilidade assertiva da sua opinião, a modalidade utilizada

¹¹⁵ A pergunta “tag” seria: ‘*Nestas aventuras do coração sempre queda uma pontinha de dúvida, não é verdade?*’. A fórmula ‘... não é verdade?’, tendo como base o enunciado assertivo “*Nestas aventuras do coração sempre queda uma pontinha de dúvida*”, apareceria como uma falsa pergunta, destinada a obter do ouvinte a ratificação/confirmação de um determinado estado de coisas acerca do qual o falante tem algumas expectativas.

já não me parece ser o reforço, como acontece nas perguntas retóricas, mas antes a mitigação. Por isso, estando o segmento “*não é verdade que...?*” orientado para a confirmação de um determinado estado de coisas, entendo que tal segmento servirá para introduzir uma variante da pergunta “tag”, que designarei de “pseudo-tag”.

Num artigo que versa, entre outros mecanismos, as perguntas “tag”, incluídas no termo mais genérico de “*apêndices modalizadores*”, Pinilla (Pinilla, 1987: 443/4) opina que tais formulações mais do que “contribuir ao conteúdo informativo do enunciado - pelo que seria possível prescindir deles sem que a informação do enunciado-base mudasse, se alterasse ou diminuísse -, (...) orientam o esforço interpretativo do ouvinte, (...) e regulam as trocas conversacionais, atenuando em forma de falsa pergunta os enunciados assertivos em que aparecem para pedir confirmação, afastando portanto os perigos duma asserção categórica.”. Esta função pragmática - pedido de confirmação - que o autor atribui às “tags” aplica-se também, como vimos, às “pseudo-tags”. Apesar deste traço comum, aquelas diferem destas por se ligarem apenas a um enunciado assertivo-base, não sendo, portanto, possível co-ocorrerem com outras perguntas. Já as “pseudo-tags” introduzem interrogativas totais. Em ambos os casos, tais mecanismos baseiam-se no respeito mútuo entre os participantes e estão, por isso, ao serviço do princípio de cortesia linguística.

Tomarei ainda outro exemplo de uma “pseudo-tag” que me parece mais elucidativo:

(72)

“ A - *Não é verdade que um traidor é pior, mais feio do que um ladrão, um perverso ou um vadio?... Não acha, Natália?*”

O Bailarino, Santareno, B.:141

Note-se que, por meio da pergunta “tag” “*Não acha, Natália?*”, o sujeito A reforça o enunciado anterior, como que solicitando ao seu interlocutor que confirme a informação aí contida, informação essa avançada quase como uma verdade “consensual”, de cujo conhecimento partilhariam os dois intervenientes. A ilocução principal (“*Não é verdade que um traidor é pior, mais feio do que um ladrão, um perverso ou um vadio?...?*”) parece, pois, ser uma “pseudo-tag”. Entendo, contudo, que o locutor

solicita a opinião ao seu interlocutor mais por uma questão de cortesia do que propriamente de incerteza.

Analisarei, de seguida, os modificadores que se situam na periferia da ilocução principal.

1.1.2. Modificação Externa

Como referenciei anteriormente, o que mais me interessa, neste momento do meu trabalho, é não tanto descrever e explicar o funcionamento dos marcadores de reforço - que já explanei suficientemente na parte introdutória deste terceiro capítulo e em 1.1.1.-, mas antes organizá-los numa escala de valores de acordo com os graus de força assertiva que veiculam.

Apresentarei de seguida alguns enunciados que exemplificam o tipo de marcadores usados no reforço de actos assertivos e que se localizam na periferia do acto ilocutório principal:

(73)

“A - Fazeis-me pena, ó bichos destas falperras! Fazeis-me pena e por isso quero falar-vos a verdade verdadeira. (...) Quem assassinou o teixugo foi o lobo que tem mais de bruto que de astuto, e é por igual grotesco e barbaresco, pirata e patarata, caprichoso e maldoso (...).”

O Romance da Raposa, Ribeiro, A.:47

(74)

“A (...) - Sossegue, mãe: tenha confiança em mim, por amor de Deus! (para Rita e Zefa) E vossemecês, sede caridosas. A Joana não está possessa: é já uma boa cristã, e esforça-se por sê-lo cada vez melhor!

B - Possessa, Júlio: Abre esses olhos: possessa! Já a mãe dela o foi...”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:323/324

(75)

“A (...) - (...) Oiçam, oiçam com atenção o que lhes diz o vosso abade, mulheres de pouca fé! A Joana está inocente dessas barbaridades, é uma pobre e boa rapariga, vive na graça de Deus e nunca - nunca! - esteve possessa do demónio. É esta a verdade: quem for contra ela peca por calúnia (...) grave!”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:326

(76)

“ A - (...) escuta aqui, Florinda... Olha que se eu minto, nunca mais, desde hoje, haja no meu corpo um bocadinho assim (...) sem padecimento, e que a minha alma se condene às penas eternas!... (...) Isto que te vou contar, vi eu: vi. Como agora te estou a ver a ti (...) *Foi antes de ontem, quando eu vinha do Casal d'Além (...).*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:319

(77)

“ A - Não. *Nunca hei-de ter filhos...* (...) **Tenho a certeza...**”

O Milagre, Torga, M.:162

(78)

“ A - Não há dúvida nenhuma: *é um lindo bicho!...*”

Nero, Torga, M.:16

(79)

“ B - Tu sentes-te mesmo boa, boa de todo? (...) ”

A - *Sinto, homem. Acredita!*

(...)

A - *Estou curada. Podes crer...*”

O Milagre, Torga, M.:168

(80)

“ A (...) - **Eu conheço-a, ti'Rita, eu conheço-a muito bem!** *Quando vossemecê pega na vida de alguém, faz-lhe o mesmo que a lagarta à couve: deixa-a mais roída, mais destroçadinha...*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:293

(81)

“ A (...) - Ora, o teu Júlio, o teu Júlio!... *O teu Júlio está também enfeitiçado por ela, Florinda! Toda a aldeia o sabe, todos o dizem.* (...) ”

B (...) - Pois quê? Pois dizem que... Oh, não! Não! *O meu Júlio é homem, sim, mas não como os mais: é puro, inocente como quando era cachopinho... Sei eu, tenho a certeza! E olhem que quem lhes fala assim é a mãe dele: conheço-o bem, não me engano! Dizerem que o meu Júlio...(..).*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:318

(82)

“ A - *Esta tia Joaquina põe o ramo. Olhem-me para ela: é o espelho das donas de casa! Há aí no povo melhor? Isso há ele, nem por todas essas Europas do mundo! Nem que acendessem um archote a procurar.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:101

(83)

“ A - *Homem, nunca hás-de erguer a cabeça. Quanto ganhas, comei-lo e, se o não comeis, leva-vo-lo a Justiça. Se houvesse força, acabavas a esprepear.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:65

Todas as formulações acima ilustradas acumulam uma força ilocutiva de tipo assertivo e equivalem ao reforço de uma asserção, à posição firme e decidida assumida pelo locutor a propósito do estado de coisas a que se refere. Trata-se de situações em que o sujeito falante tenta fazer valer o seu ponto de vista para mais seguramente convencer o seu interlocutor da validade da mensagem que lhe é comunicada. Daí que, para aumentar a aceitabilidade do seu enunciado, ou diversamente, conseguir a adesão do outro interlocutor, se socorra de determinados meios linguísticos que lhe permitirão atingir os objectivos pretendidos.

Entre os marcadores ilustrados nos exemplos constam também alguns dos mecanismos já analisados no ponto anterior, mas que deles apenas diferem por se situarem na periferia da ilocução assertiva principal. São eles: nas pré-sequências, os pré-preliminares ((73) **“Fazeis-me pena, ó bichos destas falperras! Fazeis-me pena e por isso quero falar-vos a verdade verdadeira.”**; e o enunciado (76) - realização linguística da condição de sinceridade) e os preliminares ((74) **“Sossegue, mãe: tenha confiança em mim, por amor de Deus! (para Rita e Zefa) E vossemecês, sede caridosas.”**; (75) **“Oíçam, oíçam com atenção o que lhes diz o vosso abade, mulheres de pouca fé!”**; enunciado (76) - referência lexical ao objectivo ilocutório, ligado às “expressões de apelo”; e, finalmente, (80) **“Eu conheço-a, ti’Rita, eu conheço-a muito bem!”**); citação do argumento de uma fonte credível ((76) **“Isto que te vou contar, vi eu: vi.”**; (81) **“Toda a aldeia o sabe, todos o dizem.”** (...) **“Sei eu, tenho a certeza! E olhem que quem lhes fala assim é a mãe dele: conheço-o bem, não me engano! Dizerem que o meu Júlio...”**; (75) **“Oíçam, oíçam com atenção o que lhes diz o vosso abade (...).”**); referência explícita ao objectivo ilocutório (preliminares contidos em (74), (75) e (76); e (79) **“Acredita! (...) Podes crer...”**); fórmulas que marcam a firmeza da convicção do falante em relação àquilo que assera ((75) **“É esta a verdade: quem for contra ela peca por calúnia grave!”**; (76) **“ Olha que se eu minto, nunca mais, desde hoje, haja no meu corpo um bocadinho assim (...) sem padecimento, e que a minha alma se condene às penas eternas!...”**; (77) **“Tenho a certeza...”**; (78) **“Não há dúvida nenhuma(...).”**; (81) **“Sei eu, tenho a certeza! E olhem que quem lhes fala assim é a mãe dele: conheço-o bem, não me engano!”**); acto de retoma parafrástica por expansão ((82) **“Olhem-me para ela: é o espelho das donas**

de casa!” - asserção laudativa); acto assertivo de teor justificativo-explicativo ((74) “(...) é já uma boa cristã, e esforça-se por sê-lo cada vez melhor!”; (83) “Quanto ganhas, comei-lo e, se o não comeis, leva-vô-lo a Justiça. Se houvesse força, acabavas a espernear.”); e, por último, a pergunta retórica e respectiva ‘resposta’ ((82) “Há aí no povo melhor? Isso há ele, nem por todas essas Europas do mundo! Nem que acendessem um archote a procurar.”). Note-se que a força assertiva veiculada por estes marcadores pode variar em graus de intensidade, podendo, por isso, distribuir-se por uma das três zonas - A, B, C - delimitadas no esquema abaixo indicado:

Esquema 5: Zonas delimitativas da força da “Asserção Forte”.

Gostaria, contudo, de anotar que esta organização não tem um carácter rigoroso, pois, em alguns casos, parece-me inclusivamente problemático inserir determinados mecanismos numa zona pré-definida, dado que, por vezes, podem acumular uma força ilocutória não coincidente com a dessa zona. Por exemplo, há asserções que, à partida situaria na zona B por força da natureza dos mecanismos utilizados, mas que, a meu ver, são mais fortes do que algumas que registam mecanismos internos e externos - zona C. É o caso das sequências (75) e (76), entre outras, quando comparadas com (84) e (85), que apresentarei de seguida.

Passarei, neste momento, ao estudo das asserções mais fortes, caracterizadas, como acabei de dizer, pelo uso particular de mecanismos de modificação interna e externa.

1.1.3. Modificação Interna + Modificação Externa

Uma ilocução assertiva modificada interna e externamente é, à partida, como escrevi acima, mais forte do que uma cuja qualificação se opera apenas por uma daquelas vias. Pertence, por isso, à zona A. Ilustrarei, de seguida, com alguns exemplos e fornecerei, depois, uma listagem dos marcadores utilizados em cada um deles:

(84)

“ A - *Pois é verdade, teu tio goza de más ausências. Por modos é dos que emprestam uma bilha de leite para lhe tomarem uma de azeite.*(...)”

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:65

(85)

“ A - *Saiba vossemecê que as rendas encareceram muito* (...). **Por esses dois trastes vi eu oferecer moeda e meia... ali à preta, moeda e meia... Uma senhora de Lisboa...”**

A Via Sinuosa, Ribeiro, A.:70

(86)

“ A - *O Marreco não é como os mais homens... não é, não é!* (...) **É um assinalado do demónio, um perdidor de almas! Deitem-lhe fogo... deitem-lhe fogo e verão como rebenta, o estoiro que ele dá! (...)”**

O Lugre, Santareno, B.:275

(87)

“ A - *Tenho o génio esquentado, tenho, minha Brízida adorada(...). Negá-lo seria negar a Deus Nosso Senhor, mas que queres, a gente nasce feita, não se faz.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:72

(88)

“ A - (...) *Então nós recebemos-te em nossa casa, tratámos-te as feridas, salvámos-te... e tu é assim que nos pagas?! O Zé tem razão: tu és peçonhento, traiçoeiro...*”

A Promessa, Santareno, B.:50

(89)

“ A - (...) *Alguém acredita que o coroadado vem para aqui caçar por caçar? Lebres e perdizes tem-nas a dois passos, a dar com um pau, na Serra de Tarouca.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:20

(90)

“ A - (...) *O cavalheiro queria que uma repartição funcionasse sem que o senhor Director assinasse o ponto?! (...) É claro que o senhor Director assina o ponto. E-vi-den-te-men-te! Simplesmente assina quando lhe apetece. Entendeu?*”

R.T.X. 78/24, Gedeão, A.:120

(91)

“ A - (...) *Mas vou jurar à fê de quem sou que melhor fazenda não topa por todo o vale de Arouca. O meu azeite é dos que ardem sem pavio. E, quanto a preço, descanse que não há-de ir roubado.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:30

(92)

“ A - (...) *Quer saber?... Quer saber? Ovelha que tinha de ser do lobo foi do lobo. Quem aqui vai não é nenhuma donzela... não senhor, que não sou parvo. Quem aqui vai é a mulher que Deus escreveu no seu livro para ser minha e que já o é.(...).*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:62

(93)

“ B - Por que é que não foste ontem ao mar? Porquê?... ”

A - *Porque teve medo. Medo, medo, medo! Porque já estava um bocado de mar, quando a gente arriou: foi por isso, foi por isso...*

C - Ora, ora a grande admiração! E não foi só ontem, se calhar?! (Com ódio.) Tu fazes sempre o mesmo, Marreco: só arrias com mar de papas! É mentira? É verdade, verdadinha! Tu tens medo, Marreco...”

O Lugre, Santareno, B.:226

(94)

“ A - (...) *Cala-te, Miguel! Cala-te filho! Olha que o mar pode ouvir-te... Quando ele sabe que a gente tem medo, é pior... É pior, Miguel, digo-te eu... (...) Mata-nos, Miguel, mata-nos! Espreita-nos, não nos larga... Isto é verdade, verdadinha, Miguel! Nunca lhe digas que tens medo, nunca, nunca!...*”

O Lugre, Santareno, B.:222

Todos estes enunciados contêm algumas das fórmulas antes registadas e que passarei a referenciar pela ordem com que foram aparecendo nos exemplos:

	Mecanismos de Modificação Interna	Mecanismos de Modificação Externa
(84)	Explicitação da condição de sinceridade: “(...) <i>é verdade</i> (...)”	Acto justificativo-explicativo
(85)	Explicitação do objectivo ilocutório: “ <i>Saiba vossemecê...</i> ”	Acto justificativo-explicativo
(86)	Repetição da forma verbal: “(...) <i>não é</i> (...)... <i>não é, não é!</i> ”	Acto coordenado de acrescento
(87)	Repetição da forma verbal: “ <i>Tenho</i> (...) <i>tenho</i> (...).”	Acto de confirmação ¹¹⁶
(88)	Citação do argumento de outra personagem: “ <i>O Zé tem razão</i> (...)”	Preliminar (acto de censura)
(89)	Pergunta retórica	Acto justificativo-explicativo
(90)	Pergunta retórica	Explicitação da condição de sinceridade: “ <i>E-vi-den-te-men-te.</i> ”; Pergunta “tag”: “ <i>Entendeu?</i> ”
(91)	Explicitação da condição de sinceridade: “ <i>Mas vou jurar à fé de quem sou</i> (...)”	Acto de retoma não parafrástica por expansão
(92)	Explicitação do objectivo ilocutório: “(...) <i>Quer saber?</i> ... <i>Quer saber?</i> ” (repetição)	Actos de retoma parafrástica por expansão; repetição: “ <i>Quem aqui vai</i> (...). <i>Quem aqui vai</i> (...).”
(93)	Repetições: “(...) <i>medo. Medo, medo, medo!</i> (...) <i>foi por isso, foi por isso...</i> ”	Intervenção reactiva: acto de confirmação
(94)	Repetição: “(...) <i>é pior... É pior, Miguel</i> (...).”; Credibilidade da fonte: “(...) <i> digo - te eu...</i> ”; Explicitação do objectivo ilocutório: emprego do vocativo ¹¹⁷ .	Acto justificativo-explicativo: “ <i>Mata-nos, Miguel, mata-nos! Espreita-nos, não nos larga...</i> ”; Explicitação da condição de sinceridade e do objectivo ilocutório: “ <i>Isto é verdade, verdadinha, Miguel!</i> ”

Qualquer uma destas fórmulas, características das asserções não defectivas, permite ao sujeito falante comprometer-se profundamente com a veracidade da informação que

¹¹⁶ O acto de confirmação é a expressão de uma reacção de apoio ao que havia sido afirmado na intervenção anterior pelo falante A.

¹¹⁷ Tendo o vocativo uma função de apelo, o emprego desta fórmula constitui, por vezes, uma referência explícita ao objectivo ilocutório.

transmite. Permite, por isso, intensificar a sua atitude firme e crente face à validade do conteúdo assertado, à qual se junta, por vezes, uma expressão de crítica/censura e julgamento.

Se, como tenho vindo a dizer, as asserções fortes indicam o conhecimento que o falante possui sobre um determinado estado de coisas, as asserções fracas marcam, pelo contrário, a sua opinião, carregada, por vezes, de dúvidas e muitas reservas. É, precisamente, deste tipo de ilocuições - asserções fracas/defectivas - de que me ocuparei de seguida.

1.2. Mecanismos de Atenuação Utilizados

Com respeito aos mecanismos linguísticos capazes de expressarem a mitigação de ilocuições assertivas, começarei, em 1.2.1., por fazer um comentário descritivo-explicativo desses mecanismos e, em 1.2.2. e 1.2.3., privilegiarei o registo de fórmulas. Adoptarei, portanto, um método idêntico ao já usado no estudo dos mecanismos de reforço.

1.2.1. Modificação Interna

Interessa-me, antes de mais, lembrar que, nos actos assertivos, a modalidade, definida como a atitude que o falante assume perante o conteúdo do enunciado, é expressa em graus de validade, que se repartem entre um pólo positivo e um pólo negativo. É, justamente, neste último pólo que colocarei as asserções mitigadas.

O uso específico de marcadores de atenuação serve, genericamente, para comunicar uma opinião reservada do falante e defende-o de fazer qualquer afirmação que o possa comprometer. É curioso notar que o locutor, ao dar o seu parecer sobre uma determinada matéria, está, de certa forma, a assumir a responsabilidade assertiva das

suas palavras. Isto é, embora o sujeito enunciadador esteja ciente de que a sua opinião tem um carácter precário, não deixa de a assumir como sua. Tomando como exemplos os enunciados (95), (96) e (97), ilustrarei, de seguida, o que acabo de dizer:

(95)

“ A - (...) *Agora cá eu, franqueza, franquezinha, antes queria ser o fidalgo da quinta da Ucha, boa brasa aos pés, bons bifes à manja, boas fêmeas para o gozo, que o pilorda que aqui vai por baixo de uma nevasca, Anjo Bento, que até se me afigura que deu feira no céu.*”

O Malhadinhas, Ribeiro, A.:134

(96)

“ A - (...) *Mas, se quiser ser sincero, devo dizer-lhe que me sinto mais belo do que eles (...): prefiro-me, portanto (...).*”

O Bailarino, Santareno, B.:99

(97)

“ B - (...) *Olga?! Vê lá esta casaca: está velha, não me assenta bem... Que achas? Devo mudar?...*

A (...) - *Acho que tu, Wladimir, serás, como sempre, o mais belo de nós todos... se tal festa se fizer, é claro!*”

O Bailarino, Santareno, B.:124

Um traço comum a estes enunciados prende-se com o facto de todos eles serem a expressão explícita das condições de sinceridade, expressão essa assinalada pelas fórmulas (95) “*cá eu franqueza, franquezinha*” e (96) “*se quiser ser sincero*” e pela forma verbal (97) “*Acho que*”, que integra a categoria dos verbos “*judicandi*”. Tais formulações comunicam uma tomada de conhecimento por parte do falante sobre uma determinada matéria, a propósito da qual exprime um juízo de valor ou uma opinião sincera e declaradamente pessoal, o que, ao contrário do que sucede com aqueles mecanismos que servem a modalidade do reforço - nos quais também se inclui, como vimos, a referência explícita às condições de sinceridade -, relativiza a afirmação feita, não lhe atribuindo, portanto, um carácter categórico e absoluto. Isto é, numa asserção mitigada, o estado de coisas enunciado não é visto como um facto que deveria ser do conhecimento “público”, mas antes como algo interno e dependente do sujeito da enunciação.

Acontece, por vezes, que, quando o falante se vê “forçado” a emitir um parecer sobre um assunto que se lhe afigura ameaçador para a face do seu interlocutor ou sobre o qual ainda não tinha reflectido e formado um juízo de valor, a opinião que exprime nem sempre corresponde às suas convicções. Por isso, para não se comprometer profundamente com a veracidade daquilo que asserta, serve-se, não raro, de certos meios linguísticos que lhe permitem comunicar a sua dúvida ou reserva relativamente aos factos sobre os quais incide o enunciado, prevenindo ou aligeirando, de certa forma, eventuais consequências negativas que resultariam de uma asserção não mitigada. Os exemplos que a seguir exponho ilustram claramente essa dimensão:

(98)

“ A (...) - *Paulo Ivanov! Mas tu... (...) Eu creio, Paulo Ivanov, que tu não estás bem: vai ao médico meu rapaz...(...).*”

O Bailarino, Santareno, B.:150

(99)

“ A1 - (...) Maria?... Onde te meteste tu, rapariga?! Prepara o vestido bonito para a menina Sónia.

B (...) - Comprido?

A2 - Sim, é claro. *Creio que nos convidará a todos para cear...*”

O Bailarino, Santareno, B.:123

(100)

“ A (...) - *Não tenho lembrança dum Setembro tão fervido!... (...) E daí, talvez não seja o tempo... Se calhar sou eu: sinto-me queimadinha cá por dentro, tenho o meu peito cheio de areia seca. Florinda!... (...) Mataram-me um filho... mataram-me o mais novo dos meus homens!...(...).*”

O Crime de Aldeia Velha, Santareno, B.:315

(101)

“ A - *Provavelmente apanhei sarampo. Ou bexigas (...).*”

Aventuras de João Sem Medo, Ferreira, J. G.:26

(102)

“ A - *O camarada parece que anda a modos doente...*”

Gaibéus, Redol, A.:213

(103)

“ A - Vou dar uma volta.

B - Hoje?! Cuidei que escavavas o bardo...

A - Vou... *Parece que anda um lobo na Alcária...*”

O Lopo, Torga, M.:97

(104)

“A - Noé, onde está o meu servo Vicente?”

(...)

B - Deve andar por aí... Vicente! Vicente! *Que é do Vicente?!...*”

O Senhor Nicolau, Torga, M.:129

Em todos estes enunciados, o falante toma uma posição relativamente ao grau de validade do estado de coisas descrito na proposição. Essa tomada de posição, sublinhando a defectividade da opinião emitida, é assinalada pelo verbo de opinião ((98)/(99) “(Eu) *creio*”), os verbos modais ((102)/(103) “*parece*” e (104) “*Deve (andar)*”), os advérbios ou palavras modais ((100) “*talvez*”/“*Se calhar*” e (101) “*Provavelmente*”), o “*hedge*” lexical ((102) “*a modos*”) e o futuro do indicativo ((99) “*convidará*”), tempo que, neste uso particular, exprime a ideia de eventualidade e, portanto, de possibilidade, ligada naturalmente à forma verbal “*creio*”. Por último, acrescentarei ainda a esta lista a pergunta ((104) “*Que é do Vicente?!...*”). Partindo do princípio de que toda a pergunta está, de certa forma, ligada à expressão de dúvida e incerteza, tal enunciado vem como que “intensificar” a expressão também dúbia contida na ilocução assertiva precedente. No entanto, entendo que as perguntas só constituem mecanismos internos de modificação caso substituam asserções mitigadas. Está, por isso, aqui presente o dispositivo de substituição de actos de discurso, que havia sido apontado por Lakoff (Lakoff,1980), Meyer-Herman (*ibidem*) e Holmes (Holmes, 1984).

Sendo, pois, a “pergunta” um dispositivo sintáctico correntemente usado para mitigar ilocuições assertivas, gostaria de anotar mais alguns exemplos:

(105)

“A - Guimar! *Onde raio se meteu o demónio da cachopa?*”

O Artilheiro, Torga, M.:179

(106)

“A - *Tu sentes-te boa, boa de todo?*”

O Milagre, Torga, M.:168

(107)

“A - *Ouvi dizer que já nem sardinhas comes?!...*”

(108)

“ A - Ouve lá: *disseram-me que mos andas a pôr para aí com todo o mundo?!’*”

Mago, Torga, M.:30

Observo que, em (107) e (108), para além da expressão dúbia associada ao uso da pergunta, há ainda uma desresponsabilização do locutor, que faz eco de outras vozes (“*Ouvi dizer*”/ “*disseram-me*”), sem as assumir.

Com respeito à categoria dos verbos de opinião, House e Kasper (House e Kasper, 1981) haviam-nos incluído no grupo dos “*downgraders*”, em particular, no subgrupo dos “- (*minus*) *Committer*”¹¹⁸. No entender dos autores, tal mecanismo é constituído por “sentence modifiers which are used to lower the degree to which X commits himself to the state of affairs referred to in the proposition. X thus explicitly characterizes his utterance as his personal opinion.” (*ibidem*:167). Tais formas haviam também sido anteriormente denominadas de “*hedges*” *frásicos* e de “*disclaimers*” por Lakoff (Lakoff, 1980) e Fraser¹¹⁹ (Fraser, 1980), respectivamente.

A designação de “*hedges*” *frásicos* suscita-me uma observação, em jeito de apontamento, a propósito do termo “*hedge*”, traduzido, em português, por “sebe”. Sendo a “sebe” uma cerca que demarca os limites de uma propriedade, parece-me que o linguista, ao transferir esse termo para o domínio da Pragmática Linguística, pretendeu, talvez, circunscrever o âmbito de validade da ilocução assertiva à esfera individual (= território) do *eu* que a produz. Daí que as formas verbais que se inscrevem nessa categoria tenham o seu ponto de partida na subjectividade do sujeito enunciador e, dado que exprimem dúvida e reserva sobre uma certa matéria, estão ao serviço de uma tentativa por parte daquele de atenuar a afirmação que acaba de fazer.

Neste primeiro grupo de exemplos, pretendi ilustrar os efeitos pragmático-comunicativos decorrentes do uso de mecanismos internos capazes de mitigar uma

¹¹⁸ Cfr *Primeira Parte*, capítulo II, 3.3.1.

¹¹⁹ cfr. *Primeira Parte*, capítulo II, 3.1.3.1. e 3.2.2.3., respectivamente.

ilocução assertiva, i.e., de atribuir à asserção um carácter precário, defectivo e, em alguns casos, pessoal.

Antes de tratar os marcadores usados na modificação externa, gostaria de anotar que, em quase todos os exemplos apresentados até este momento, em 1.2.1., as reticências são, curiosamente, o sinal gráfico de pontuação mais utilizado, sinal que, por si só, comunica a hesitação do locutor e está também ao serviço de ilocuições insinuativas que deixam em aberto raciocínios que facilmente se poderão depreender pelo contexto.

1.2.2. Modificação Externa

O modo como o falante avalia o valor de verdade da informação de que dispõe pode também ser comunicado por meio do emprego de mecanismos externos. Tomemos alguns exemplos:

(109)

“ A - Por acaso, parece que acertaste... (...) *É* danado, o garoto! Ontem encontrei-o nos Patões com três borregos às costas, acabados de nascer...”

O Marcos, Torga, M.:205

(110)

“ A - *O bichinho está doente. Se calhar é fome...*”

Mago, Torga, M.:32

(111)

“ A - *Hoje na cava, à hora do almoço, a Margarida chamou leproso ao Julião. E, se calhar, aqueles nascidos na cara...*”

O Leproso, Torga, M.: 67

(113)

“ A - *Os olhos dos carneiros fazem-me pena. (...) Não parece que se estão a queixar da escravidão sem glória a que o homem os sujeita?*

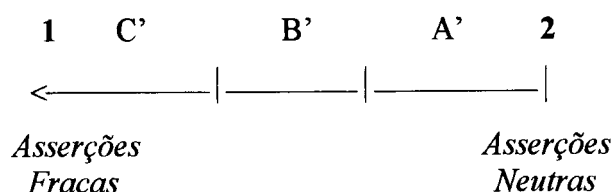
B - *É verdade: parece até que estão a olhar para nós e a chorar a costeleta que lhe havemos de talhar no flanco para o almoço (...).*”¹²⁰

Quando ao Gavião Cai a Pena, Aquilino, R.: 20

¹²⁰ Na intervenção reactiva, o sujeito B confirma a asserção de A (“*É verdade (...)*”) e reforça-a por meio do acto de acrescento (“*parece até que (...)*”).

Todos estes enunciados contêm formulações que transmitem uma tomada de compromisso por parte do falante quanto à validade do conteúdo assertado. São elas: o uso da pergunta “pseudo-tag” ((112) “Não parece que (...)?”); e de fórmulas que dão expressão a uma atitude reticente ((109) “(...) parece que acertaste...”) ou insinuativa ((112) “Se calhar é fome...”; (111) “E, se calhar, aqueles nascidos na cara...”), atitudes essas acompanhadas pelo sinal de hesitação, marcado convencionalmente pelas reticências. É claro que, ao deixar em suspenso e em aberto aquilo que diz, o falante pretende, em certa medida, desresponsabilizar-se pelas consequências que lhe adviriam de uma asserção não atenuada.

Distribuirei, agora, estes mecanismos e também alguns daqueles analisados em 1.2.1. numa das zonas - A', B', C' - delimitadoras da força da asserção fraca, representadas no esquema abaixo indicado:



Esquema 6: Zonas delimitativas da força da “Asserção Fraca”.

Na zona A', colocarei as perguntas “pseudo-tags” por serem usadas como pedidos de confirmação de um estado de coisas (que, à partida, não deixa grande margem para dúvidas) mais por uma questão de cortesia e de simpatia do que propriamente de incerteza. Em B', situam-se aquelas fórmulas que permitem ao sujeito enunciator assumir certas opiniões como suas, não obstante o seu carácter precário e relativo. Incluo, aqui, a explicitação das condições de sinceridade e o uso de verbos “*judicandi*”. Por último, na zona C', porei todos aqueles meios que servem para assinalar uma atitude de dúvida e incerteza por parte do falante. Insiro, nesta zona, os verbos de opinião, verbos modais, advérbios ou palavras modais, alguns empregos particulares do

futuro do indicativo, certas perguntas e, finalmente, o sinal gráfico que marca hesitação - as reticências.

Passarei, de seguida, à descrição das ilocuições assertivas qualificadas interna e externamente.

1.2.3. Modificação Interna + Modificação Externa

Para concluir a minha abordagem descritivo-explicativa da modificação de actos assertivos, resta-me considerar os casos em que se verifica cumulativamente modificação interna e modificação externa. Tomemos, assim, os exemplos seguintes¹²¹:

(114)

“ A - *Que fazes tu ao gado, criatura? Parece que o enfeitiças!*”

O Pastor Gabriel, Torga, M.:37

(115)

“ A - *Hoje na cava, à hora do almoço, a Margarida chamou leproso ao Julião. E, se calhar, aqueles nascidos na cara...*”

O Leproso, Torga, M.:67

(116)

“ B - Noé, onde está o meu servo Vicente?

(...)

A - *Deve andar por aí... Vicente! Vicente! Que é do Vicente?!...*”

O Senhor Nicolau, Torga, M.:129

(117)

“ A - *Não sei que faça. Se desça, se meta a direito...*”

A Caçada, Torga, M.:223

Fornecerei, de seguida, uma listagem dos mecanismos usados em cada um dos exemplos:

¹²¹ Em (115) e (116), retomo e desenvolvo, respectivamente, os exemplos (111) e (104) já analisados.

	Mecanismos de Modificação Interna	Mecanismos de Modificação Externa
(114)	Uso de uma pergunta, em vez da asserção mitigada correspondente: <i>“Que fazes tu ao gado, criatura?”</i>	Retoma não parafrástica por expansão - - acto de acrescento introduzido por um verbo modal: “Parece que o enfeitiças!”
(115)	O sujeito A faz eco do testemunho de outra personagem: <i>“Hoje na cava, à hora do almoço, a Margarida chamou leproso ao Julião.”</i>	Acto coordenado de acrescento: uso de uma expressão modal (“se calhar”); insinuação comunicada graficamente pelas reticências; evocação de indícios que justificam uma certa suspeita.
(116)	Emprego do verbo modal epistémico (“Deve”) com valor de dúvida e do sinal gráfico que marca uma atitude reticente: <i>“Deve andar por aí...”</i>	Utilização de um enunciado interrogativo e de reticências: “Que é do Vicente?!...”
(117)	Uso de uma fórmula que dá expressão a uma atitude de dúvida: <i>“Não sei que faça.”</i>	Retoma não parafrástica de uma ideia por expansão, acompanhada do sinal gráfico que denota dúvida: “Se desça, se meta a direito...”

O que mais nos chama à atenção, ao analisar este tipo específico de asserções, é o seu carácter defectivo, ligado ao grau de incerteza/dúvida com que o falante apresenta o estado de coisas contido na proposição que enuncia, grau esse que me parece mais forte do que aquele registado em ilocuições assertivas qualificadas apenas interna ou externamente. Colocarei, por isso, tais asserções na zona C’.

Nesta *Segunda Parte*, tentei, de um modo genérico, fornecer respostas claras e elucidativas às seguintes perguntas: Em que consiste a modificação de actos ilocutórios? Como é que se manifesta (não) linguisticamente? Em que circunstâncias do contexto situacional poderá ocorrer? Que características ou aspectos dos actos são modificados? Quais as suas consequências na relação interpessoal e na interacção verbal?

Feita a descrição-explicação dos meios accionados em português na qualificação de actos assertivos, rematarei a minha dissertação com uma breve conclusão-reflexão sobre a problemática da Modificação de Actos Ilocutórios.

CONCLUSÃO

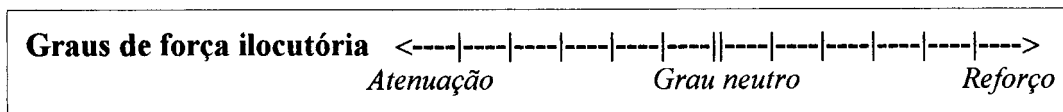
Julgo que as propostas de descrição contidas na *Segunda Parte* da minha dissertação constituem as aquisições principais da minha reflexão.

Dado ter tido o cuidado de, em cada capítulo, referenciar com suficiente clareza os elementos que me pareceram centrais no comentário descritivo-explicativo do meu *corpus*, não os retomarei aqui.

Gostaria, no entanto, de sublinhar algumas linhas basilares do meu trabalho.

De acordo com as perspectivas teóricas sobre a modificação de actos ilocutórios apresentadas neste estudo, os autores, de um modo geral, entendem que a escolha de uma realização linguística particular do acto ilocutório (mitigada ou reforçada) é co-determinada, entre outros factores, por duas condicionantes situacionais específicas, envolvidas na comunicação interpessoal: (a) factores sociais que incluem parâmetros atinentes à relação entre os participantes ((1) poder social e (2) distância social); e (b) contexto situacional. A interacção das alíneas (a) e (b) afecta, por um lado, a escolha de estratégias de acção apropriadas à consecução do objectivo comunicativo-informativo perseguido pelo sujeito falante e constitui, por outro lado, um factor crucial na determinação dos efeitos pragmáticos associados ao acto de discurso em questão. Nesse processo de tomada de decisão quanto à selecção de estratégias capazes de comunicar o objectivo pretendido, é facultada ao locutor a possibilidade de optar por uma acção discursiva com força ilocutória *neutra*, *reforçada* ou *atenuada*. Tomando como base estes dados, apresentarei um esquema que permitirá ilustrar os graus de força ilocutória associados a cada acto comunicativo:

Acto Ilocutório:



Esquema 7: Graus de intensidade de força ilocutória

Este esquema representa os graus de força ilocutória afectos a cada acto de discurso, graus esses representados num “*continuum*” - escala de valores - que se desenvolve a partir de um pólo negativo - situado na zona da modalidade de “atenuação” - até um pólo positivo - localizado na zona da modalidade do reforço -, e passando por diversas soluções intermédias que convergem para uma zona neutra. Se este valor neutro convoca os aspectos gerais e “primários” associados a cada acto, os valores de reforço e de mitigação, expressando diferentes graus de intensidade da força ilocutória, assinalam uma modificação, a nível pragmático, desse acto “geral”, fazendo emergir dimensões mais específicas. Isto significa que os marcadores (linguísticos e não linguísticos) responsáveis por estas modulações de intensidade acrescentam ao valor lógico-semântico do enunciado a que se agregam informações pragmático-contextuais concernentes a mudanças não só no estado de conhecimentos e no domínio de motivações do locutor, mas também no estado de obrigações dos intervenientes e na qualidade da sua relação: mudança, por exemplo, de uma relação não solidária para uma solidária ou, pelo contrário, para uma de natureza mais ameaçadora e impositiva. O que importa reter é que, na qualificação de actos, coexistem significações quantitativas, ligadas aos graus de intensidade expressos, e significações qualitativas ou enunciativo-pragmáticas emanadas do locutor.

Um enunciado modificado reflecte, pois, a atitude do sujeito falante em relação ao contexto conversacional, em particular as suas suposições acerca (1) da sua relação com o alocutário: a sua posição social, expectativas e sentimentos relativamente a ele; (2) da situação comunicativa concreta: grau de formalidade da situação; tipo de informação (semântica ou pragmática) que pretende transmitir; e, finalmente, (3) das

suas decisões no que concerne (1) e (2), i.e., ao efeito que pretende comunicar através do seu acto ilocutório: será que pretende modificar a situação comunicativa actual? reforçar a distância enunciativa entre ele (locutor) e o outro participante? ou, pelo contrário, atenuá-la? impressionar o alocutário com a sua atitude cortês? rude? insistente?...

Interessa também sublinhar que a qualificação do acto é operada por via interna, caso os marcadores se situem no núcleo do acto principal, ou externa, se se localizarem na periferia desse acto. Daí as designações de *Modificação Interna* e de *Modificação Externa*, respectivamente. Considero que o tratamento conjunto de mecanismos internos e externos veio trazer alguma novidade à descrição-explicação da modificação de actos. Muitos autores restringem-se à consideração do acto ilocutório principal e limitam-se a fazer listagens das formas mais usuais, que ilustram com exemplos-protótipo. Limitam-se, afinal, a analisar apenas aquelas fórmulas linguísticas utilizadas a nível interno, não tendo em conta aquelas que se situam na periferia do acto principal nem, por vezes, as funções interaccionais dos actos.

Outro ponto importante da minha investigação respeita à articulação entre a modalidade de mitigação e a estratégia de cortesia linguística, articulação essa que havia já sido apontada por Lakoff (*ibidem*), House e Kasper (*ibidem*) e Blum-Kulka (*ibidem*).

Neste domínio, revelou-se de particular interesse para o meu estudo a concepção teórica de Leech (Leech, 1983:123), em particular o conjunto de escalas que propõe e que integram o conceito de “*tacto*”. Numa tentativa de desenvolver e alargar a sua análise, procurei não só articular essas escalas com as condições de satisfação de Searle mas também combinar as diferentes escalas entre si. Desta combinação, resultaram distinções entre “*atenuação estratégica*” e “*atenuação real*” e, inversamente, “*reforço estratégico*” e “*reforço real*”, distinções essas que tiveram como base os factores [intencional] vs [não intencional] e [convencional] vs [real]. O que importa realçar mais uma vez é o facto de as zonas de actuação da “*atenuação estratégica*” e do “*reforço*

estratégico” estarem muito próximas (cfr. *esquema 2, Primeira Parte, capítulo II*), o que, em termos de efeitos ilocutórios, projecta, a nível do acto principal em curso, uma diversidade de matizes de valor pragmático.

Importará ter presente que o meu propósito na *Segunda Parte* foi o de analisar com atenção as intervenções iniciativas. Tendo em conta o tempo disponível, seria um objectivo demasiado ambicioso da minha parte tratar conjuntamente e com idêntica preocupação e cuidado as modalidades de atenuação e de reforço usadas nas intervenções iniciativas e correspondentes intervenções reactivas.

Deixo, então, uma sugestão: a abertura deste tema para um eventual prolongamento. Para além da proposta apresentada na *Introdução da Segunda Parte* - o cotejo do meu “*corpus*” literário com documentos recolhidos directamente das nossas conversas quotidianas -, uma outra direcção da pesquisa a explorar seria, pois, estender a análise da modificação de actos ilocutórios às intervenções reactivas, tendo em conta as articulações que se estabelecem entre as sequências discursivas. Essas sequências deveriam, como é evidente, ser apresentadas no respectivo esquema de interlocução - constituído, como sabemos, pelo conjunto alternado de intervenções iniciativas e reactivas.

Seria também interessante alargar o estudo da modificação àqueles actos que ficaram por analisar - os Expressivos e os Declarativos - e aprofundar o dos Comissivos.

Uma outra proposta seria tratar o papel da entoação, enquanto responsável por modulações de intensidade a nível da força ilocutória dos actos. É claro que o material de pesquisa deveria ser constituído por documentos orais autênticos.

Terminado o trabalho, fiquei com a sensação de que muito mais haveria que dizer. Mas, como nada é definitivo, este meu trabalho poderá também ser tomado como um ponto de partida ou um ponto de passagem para futuros alargamentos e, até mesmo, rectificações.

BIBLIOGRAFIA

1. BIBLIOGRAFIA CITADA

AUCHLIN, Antoine

- 1981 - "Marqueurs de structuration de la conversation et complétude.", in: *Cahiers de Linguistique Française 2. Les Différents Types de Marqueurs et de Détermination des Fonctions des Actes de Langage en Contexte*, Genève: Université de Genève, págs.141-159

AUSTIN, J. L.

- 1965 - *How to Do Things with Words*, London
1970 - *Quand Dire, c'est Faire*, Paris

BLUM-KULKA, Shoshana

- 1990 - "You don't touch lettuce with your fingers: Parental Politeness in Family Discourse", in: *Journal of Pragmatics 14*, págs. 259-288
1992 - "The metapragmatic of politeness in Israel society", in: Watts, Richard J. / Ide, Sachiko / Ehlich, Konrad (eds.) - *Politeness in Language: Studies in its History, Theory and Practice*, Berlin; New York: Mouton de Gruyter, págs. 255-280

BORILLO, Andrée

- 1982 - "Deux aspects de la modalité assertive: croire et savoir", in: *Langages 67*, págs.33-53

BROWN, Penelope / Levinson, Stephen

- 1978 - "Universals in language usage: Politeness phenomena", in: Goody, Esther N. (ed.),
1978 - *Questions and Politeness. Strategies in Social Interaction*, Cambridge: Cambridge University Press, págs.56- 324

BROWN, Roger / GILMAN, Albert

- 1966 - "The pronouns of power and solidarity", in: Sebeok, Thomas A. (ed.), 1966 - *Style in Language*, Cambridge: Massachusetts Institute of Technologie (M.I.T.) Press, págs.253-276

CARREIRA, Maria Helena Araújo

- 1987 - "Contribuição para uma análise discursiva do 'distanciamento' e da 'procura de adesão' em situação interlocutiva", in: *Actas do II Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*, Lisboa, págs:35-52

CHAROLLES, Michel / PETOFI, János S. / SOZER, Emel (eds.)

- 1986 - *Research in Texas Connexity and Text Coherence: A Survey*, Hamburg: Buske
(*Papers in Textlinguistics*, volume 53,1)

CUESTA, Pilar Vásquez / MENDES DA LUZ, Maria Albertina

- 1971 - *Gramática da Língua Portuguesa*, Edições 70

CUNHA, Celso / CINTRA, Lindley

- 1986 - *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Edições João Sá da Costa

DAVIDSON, Judy

- 1984 - "Subsequent versions of invitations, offers, requests, and proposals dealing with potential or actual rejection", in: Atkinson, J. Maxwell / Heritage, John -

Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis, Cambridge: Cambridge University Press

DIJK, Teun A. Van (ed.)

- 1985 - *Discourse and Communication: new approaches to the analysis of mass media discourse and communication*, Berlin, New York: de Gruyter (Research in Text Theory, volume 10)

ECO, Umberto

- 1987 - "Semantics, pragmatics, and text semiotics", in: Verschueren & Bertuccelli-Papi (eds) - *The Pragmatic Perspective*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, págs.695-713

ELUARD, Roland

- 1985 - *La Pragmatique Linguistique*, Éditions Fernand Nathan

FERGUSON, Charles A.

- 1981 - "The structure and use of politeness formulas", in: Coulmas, Florian (ed.) - *Conversational Routine*, The Hague, The Netherlands: Mouton Publishers, págs.21-35

FIGUEIREDO, J. M. Nunes de / FERREIRA, A. Gomes

- 1985 - *Compêndio de Gramática Portuguesa*, Porto Editora

FLORIAN, Coulmas

- 1981 - *Conversational Routine*, The Hague, The Netherlands: Mouton Publishers

FONSECA, Fernanda Irene

- 1994 - "Subjonctif et impératif. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPROCHE", in: *Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.29-36
"Gramática e pragmática: alguns aspectos do uso do conjuntivo perspectivados no quadro do ensino do Português como língua estrangeira", in: *Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.133-145

FONSECA, Joaquim

- 1992a. - *Linguística e Texto / Discurso, Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
1992b. - "As articulações discurso-metadiscurso e a sua exploração na didáctica do Português como Língua Estrangeira", in: Fonseca, Joaquim - *Linguística e Texto / Discurso, Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, págs. 293-313
1993a. - *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora"
1993b. - "Pragmática dos enunciados vazados nas sequências 'p! e q' e 'p! ou q'", in: Fonseca, Joaquim - *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.149-179
1993c. - "Predicação do complemento directo em português", in: Fonseca, Joaquim - *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.33-62
1993d. - "Pragmática das perguntas como p, se q? e como não p, se q?", in: *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. X
1994a.- *Pragmática Linguística, Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora"

- 1994b.- "Dimensão accional da linguagem e construção do discurso", in: Fonseca, Joaquim - *Pragmática Linguística, Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.105-131
- 1994c. - "Para uma iniciação metódica à Pragmática Linguística", in Fonseca, Joaquim - *Pragmática Linguística, Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto: Coleção Linguística "Porto Editora", págs.11-40
- FORNEL, M. de**
1980 - "Quelques remarques sur le rituel et les actes de language", in: *Semantikos, Homo Homini Lupus*, vol.4, nº2, Zuber, Ryszard (managing editor), págs.39-46
- FRANCO, António C.**
1991 - *Descrição Linguística das Partículas Modais no Português e no Alemão*, Coimbra: Coleção Linguística "Coimbra Editora"
- FRASER, Bruce**
1975 - "Hedged performatives", in: Cole, Peter / Morgan, Jerry L. (eds.) - *Syntax and Semantics. Speech Acts 3.*, New York: Academic Press, págs.187-288
1980 - "Conversational mitigation", in: *Journal of Pragmatics 4*, North-Holland Publishing Company
1983 - "The domain of Pragmatics", in: Richards, Jack C. / Schmidt, Richard W., 1983 - *Language and Communication*, London and New York, págs.28-59
1990 - "Perspectives on Politeness", in: *Journal of Pragmatics 14*, págs. 219-235
- GOUVEIA, Carlos A. M.**
1993 - "Sobre actos ilocutórios e ficção", in: *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, págs: 246-259
- GREVISSE, Maurice**
1988- *Le Bon Usage, Grammaire Française*, 12^e édition, Paris-Gembloux: Éditions Duculot
- GRICE, H. P.**
1975 - "Logic and conversation", in: Cole, Peter / Morgan, Jerry L. (eds.) - *Syntax and Semantics. Speech Acts 3.*, New York: Academic Press, págs.42-58
- GULICH, Elisabeth / KOTSCHI, Thomas**
1983 - "Les marqueurs de la reformulation paraphrastique", in: *Cahiers de Linguistique Française 5. Connecteurs Pragmatiques et Structure du Discours*. Genève: Université de Genève, págs.305-351
- HAVERKATE, Henk**
1979 - *Impositive Sentences in Spanish*, North-Holland Publishing Company
1984 - *Speech Acts, Speakers, and Hearers*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- HELD, Gudrun**
1992 - "Politeness in linguistic research", in: Watts, R. / Ide, S. / Ehlich, K. (eds) - *Politeness in Language*, Berlin: Mouton de Gruyter, págs.131-153
- HERINGER, J. T.**
1976 - *Some Grammatical Correlates of Felicity Conditions and Presuppositions*, Indiana
- HOLDCROFT, David**
1987 - "Conversational Relevance", in: Verschueren & Bertuccelli-Papi (eds) - *The Pragmatic Perspective*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, págs.477-495
- HOLMES, Janet**
1984 - "Modifying illocutionary force", in: *Journal of Pragmatics 8*, págs. 345-365

- 1986 - "Functions of *you know* in women's and men's speech", in: *Language in Society* 15, Cambridge: Cambridge University Press, págs. 1-21
- 1993 - "New Zealand women are good to talk to: An analysis of politeness strategies in interaction", in: *Journal of Pragmatics* 20, págs. 91-115
- HOUSE, Juliane / KASPER, Gabriele
- 1981 - "Politeness markers in English and German", in: Coulmas, Florian (ed.), 1981 - *Conversational Routine*, The Hague: Mouton Publishers, págs. 157-185
- KASPER, Gabriele
- 1990 - "Linguistic Politeness: Current research issues", in: *Journal of Pragmatics* 14, págs. 193-217
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine
- 1986 - *L'Implicite*, Paris: Armand Colin Éditeur
- LAKOFF, Robin
- 1973 - "The logic of Politeness; or, Minding your P's and P's" in: *Papers from the Ninth Regional Meeting Chicago Linguistic Society*, págs.292-305
- 1977 - "What you can do with words: Politeness, pragmatics, and performance", in: Rogers, A. / Wall, B. / Murphy, J. P. (eds.) - 1977 - *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions, and Implicatures*, Virginia: Center for Applied Linguistics, págs.79-105
- 1980 - "How to look as if you aren't doing anything with words. Speech act qualification", in *Versus, Quaderni di Studi semiotici*, 26/27, págs.29-47
- LAVER, John
- 1981 - "Linguistic routines and politeness in greeting and parting", in: Coulmas, Florian (ed.), 1981 - *Conversational Routine*, The Hague: Mouton Publishers, págs. 289-304
- LEECH, Geoffrey N.
- 1980 - *Explorations in Semantics and Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins B. V.
- MATOS, Gabriela / DUARTE, Inês
- 1986 - "Se 'impessoal': sua caracterização sintáctica", in: *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*, Lisboa, págs. 335-352
- MAUGER, G.
- 1968 - *Grammaire Pratique du Français d'Aujourd'hui*, Paris: Librairie Hachette
- MCLAUGHLIN, Margaret L.
- 1984 - *Conversation: How Talk is Organized*. Sage Series, Interpersonal Communication 3
- MEDEIROS, Sandi Michele de Oliveira
- 1993 - "Um modelo psico-sociolinguístico de formas de tratamento", in: *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*, Lisboa, págs: 330-342
- MEYER-HERMANN, Reinhard
- 1984 - "Formas de 'Atenuação' no ensino do Português como língua estrangeira", in: Carvalho, José G. Herculano de / Schmidt-Radefeldt, J. (eds.) - *Estudos de Linguística Portuguesa*, 1, Coimbra: Coimbra Editora, (= Col. Linguística 1), págs. 173-194
- MOESCHLER, Jacques
- 1985 - *Argumentation et Conversation. Éléments pour une Analyse Pragmatique et du Discours*, Hatier - Paris: LAL
- MOESCHLER, Jacques / REBOU, Anne
- 1994 - *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*, Éditions du Seuil
- NORRICK, Neal R.

- 1995 - "Hunh-tags and evidentiality in conversation", in: *Journal of Pragmatics* 23, págs. 687-692
- NUCCETELLI, Susana
1992 - "Speech acts and semantics: A review of *Meaning and speech acts: Principles of language use*", in: *Journal of Pragmatics* 18, págs.59-69
- NWOYE, Onuigbo G.
1992 - "Linguistic politeness and socio-cultural variations of the notion of face", in: *Journal of Pragmatics*18, págs. 309-328
- OLIVEIRA, Fátima
1986 - "O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais", in: *Actas do I Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, págs:353-373
- OLSHTAIN, Elite
1987 - "Complaints: A study of speech act behaviour among native and nonnative speakers of Hebrew", in: Verschueren, Jef / Bertuccelli-Papi, Marcella (eds.), 1987- *The Pragmatic Perspective: selected papers from the 1985 International Pragmatics Conference*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, págs: 195-208
- PEDRO, Emília Ribeiro
1993 - "À volta dos diminutivos - uma análise contrastiva entre o português e o inglês", in: *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*, Lisboa, págs: 402-417
- PINILLA, José António Sabino
1993 - "Sobre alguns apêndices modalizadores em português", in: *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguistas*, Lisboa, págs:442-450
- RÉCANATI, François
1982 - "Déclaratif / non déclaratif", in: *Langages* 67, págs. 23-31
- RENKEMA, Jan
1993 - *Discourse Studies: An Introductory Textbook*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- REYES, Graciela
1990 - *La Pragmática Lingüística: el estudio del uso del lenguaje*, Barcelona: Montesinos Editor
- RICHARDS, Jack C. / Schmidt, Richard W.
1983 - "Conversational analysis", in: Richards, Jack C. / Schmidt, Richard W. - *Language and Communication*, London and New York, págs.116-154
- RIO-TORTO, Graça Maria O. S.
1987 - "Estruturas léxicas de intensificação no português contemporâneo", in: *Separata do Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, vol. II, págs.87-113
- ROULET, Eddy
1980 - "Stratégies d'interaction, modes d'implication et marqueurs illocutoires", in: *Cahiers de Linguistique Française* 1, Genève, págs. 80-103
- ROULET, E. / AUCLIN, A. / MOESCHLER, J. / RUBATTEL, C. / SCHELLINGS, M.
1985 - *L'Articulation du Discours en Français Contemporain*. Peter Lang, págs. 85-193
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen
1977 - "On so-called "rhetorical" questions", in: *Journal of Pragmatics*1,4, págs.375-392
- SEARLE, John R.
(1969) 1972 - *Speech Acts*, Cambridge: Cambridge University Press; tradução francesa *Les Actes de Langage: essai de philosophie du langage*, Paris: Collection Savoir Hermann

- 1975 - "Indirect speech acts", in: Cole, Peter / Morgan, Jerry L. (eds.): *Syntax and Semantics*, volume 3, Academic Press, págs. 59-82
- (1971) 1976 - *A Taxonomy of Illocutionary Acts*, Linguistic Agency University of Trier
- (1971) 1977 - "What is a speech act?", in: Searle, J. R. (ed.): *The Philosophy of Language*, 4ª ed., London: Oxford University Press, págs. 39-53
- (1979) 1982 - *Expression and Meaning. Studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge University Press; tradução francesa *Sens et Expression: études de théorie des actes du langage*, Paris: Les Éditions de Minuit
- SEARLE, Jonh R. / KIEFER, Ferenc / BIERWISCH, Manfred (eds.)
- 1980 - *Speech Act Theory and Pragmatics*, Dordrecht, Holland: D. Reider Publishing Company
- SCOLLON, Ron / SCOLLON, Suzanne B. K.
- 1983 - "Face in interethnic communication", in: Richards, Jack C. / Schmidt, Richard W. - *Language and Communication*, London and New York, págs. 156-188
- SPENGLER, Nina
- 1980 - "Première approche des marqueurs d'interactivité.", in: *Cahiers de Linguistique Française 1. Actes de Langage et Structure de la Conversation*, Genève: Université de Genève, págs. 128-148
- STEVEN, Davis
- 1987 - "The distinction between pragmatics and semantics", in: Verschueren & Bertuccelli-Papi (eds) - *The Pragmatic Perspective*, Amsterdam / Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company, págs. 685-693
- STILES, W. B.
- 1981 - "Classification of intersubjective illocutionary acts", in: *Language in Society 10*, Cambridge; Cambridge University Press, págs. 227-249
- TAYLOR, Talbot J. / CAMERON, Deborah
- 1987 - *Analysing Conversation: Rules and Units in the Structure of Talk*, Oxford: Pergamon Press
- VANPARYS, Johan
- 1987 - "Towards a pragmatic approach to modality: the case of permissive *can* and *may*", in: Verschueren & Bertuccelli-Papi (eds) - *The Pragmatic Perspective*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, págs. 229-237
- VERSCHUEREN, Jef
- 1985 - *What People They Say They Do with Words*, volume XIV, Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation
- VERSCHUEREN, Jef / BERTUCCELLI-PAPI
- 1987 - *The Pragmatic Perspective*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- VILELA, Mário
- 1995 - *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina
- VILELA, Mário / WINFRIED, Busse
- 1986 - *Gramática de Valências*, Coimbra: Livraria Almedina
- WATTS, Richard J. / IDE, Sachiko / EHLICH, Konrad (eds)
- 1992 - *Politeness in Language*, Berlin: Mouton de Gruyter
- WEBER, Elizabeth G.
- 1993 - *Varieties of Questions in English Conversation*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company
- XAVIER, Maria Francisca / MATEUS, Maria Helena
- 1990 - *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, Lisboa: Edições Cosmos

ZENONE, Anne

1981 - "Marqueurs de consécution: le cas de donc.", in: *Cahiers de Linguistique Française*
2. *Les Différents Types de Marqueurs de Détermination des Fonctions des Actes de*
Langage en Contexte, Genève: Université de Genève, págs.113-139

2. FONTES DO CORPUS

FERREIRA, José Gomes - *Aventuras de João Sem Medo*, 15ª edição, Moraes Editores, 1983

GEDEÃO, António - *R.T.X. 78/24*, 2ª edição, Guimarães Editores, 1978

REDOL, Alves - *Gaibeús*, 17ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1989

RIBEIRO, Aquilino - *Quando ao Gavião Cai a Pena*, Lisboa, Bertrand Editora, LDA., 1985a.;

A Via Sinuosa, Lisboa, Bertrand Editora, LDA., 1985b.;

O Malhadinhas, Livraria Bertrand, 1987;

Romance da Raposa, 21ª edição, Livraria Bertrand, 1989.

SANTARENO, Bernardo - "A Promessa", "O Bailarino", "A Excomungada", "O Lugre", "O Crime de Aldeia Velha", in: *Obras Completas*, volume I, 2ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1984.

TORGA, Miguel - "O Leproso", "O Milagre", "O Artilheiro", "O Marcos", "O Senhor", in: *Novos Contos da Montanha*, 10ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1981.

- "Nero", "Mago", "O Senhor Nicolau", "Vicente", in: *Bichos*, 11ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1981.

